



REVISTA DE
ESTUDOS
CABO-VERDIANOS

II EIRI

ENCONTRO INTERNACIONAL DE REFLEXÃO E INVESTIGAÇÃO

NÚMERO ESPECIAL / ATAS

Edições ●
uni 



REVISTA DE
ESTUDOS
CABO-VERDIANOS

Atas

II Encontro Internacional de Reflexão e Investigação

Edições ●
uni >

DEZEMBRO DE 2014

Ficha Técnica

Título

Revista de Estudos Cabo-Verdianos
Número Especial / Atas

Propriedade

Universidade de Cabo Verde

ISSN

2073 – 9419

Directora

Maria de Fátima Fernandes

Conselho Editorial

Adriana Mendonça
Carlos Belino Sacadura
Daniel Costa
Daniel Medina
Dominika Swolkien
Edéwin Pile
Manuel Brito-Semedo
Iolanda Évora
João Lopes Filho
Leopoldo Amado
Lívio Sansone
Lourenço Gomes
Maria Adriana Sousa Carvalho

Revisão

Arminda Santa Cruz Brito
José Esteves Rei
Maria Goreti Varela Freire Silva
Mariana Rodrigues Faria

Coordenação Editorial

DSDE - Direcção dos Serviços de Documentação e Edições

Paginação

GCI - Gabinete de Comunicação e Imagem

Edições Uni-CV

Praça Dr. António Lerenó
Caixa Postal 379-C
Praia, Santiago, Cabo Verde
Tel (+238) 260 3851 – Fax (+238) 261 2660
E-mail: edicoes@adm.unicv.edu.cv

Praia, Maio de 2017

II EIRI

ENCONTRO INTERNACIONAL DE REFLEXÃO E INVESTIGAÇÃO

REVISTA DE ESTUDOS CABO-VERDIANOS

NÚMERO ESPECIAL / ATAS

II Encontro Internacional de Reflexão e Investigação

Praia, 15 -16 maio 2014

J. Esteves Rei, Fátima Fernandes, Mariana Faria (Org.)

Comissão Científica

Amália Melo Lopes, *Universidade de Cabo Verde*

Ana Paula Arnaut, *Universidade de Coimbra*

António Manuel Andrade, *Universidade Católica Portuguesa*

António Tavares de Jesus, *Universidade de Cabo Verde*

Carlos Bellino Sacadura, *Universidade de Cabo Verde*

Carlos da Costa Assunção, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*

Cláudia Beato, *A Universidade da Beira Interior*

Corsino Tolentino, *Fundação A. Cabral*

Crisanto Barros, *Universidade de Cabo Verde*

Eurídice Furtado Monteiro, *Universidade de Cabo Verde*

Florenço Mendes Varela, *Instituto Universitário de Educação*

Isabel Ponce de Leão, *Universidade Fernando Pessoa*

Iva Cabral, *Universidade Lusófona de Cabo Verde*

João Lopes Filho, *Universidade de Cabo Verde*

Maria Adriana Sousa Carvalho, *Universidade de Cabo Verde*

Maria Luísa Álvares Pereira, *Universidade de Aveiro*

Pedro Borges Graça, *Universidade de Lisboa*

Simone Caputo Gomes, *Universidade de São Paulo*

Vladmir Silves Ferreira, *Universidade de Cabo Verde*

Xosé Xerardo Pereiro Pérez, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro*

Índice

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

- A questão linguística no ensino colonial: imperialismo ou síntese de culturas?*
Maria Adriana Sousa Carvalho..... 13
- Utopia e construção do sujeito na pedagogia de Paulo Freire*
Elter Carlos.....23

CIÊNCIAS SOCIAIS

- A reconstrução do poder católico como o sentido dos posicionamentos públicos do governo da diocese perante as mudanças políticas em Cabo Verde (1975-2001)*
Adilson Filomeno Carvalho Semedo35
- Direito à cidade e direito à habitação, vulnerabilidade social e violência urbana. Caso de estudo: cidade da Praia – Cabo Verde*
Ana Mafalda Rodrigues.....43
- O debate contemporâneo sobre a nação em Cabo Verde: perspectivas e perplexidades*
João Paulo Madeira.....53
- Pluralismo metodológico dos estudos africanos*
Pedro Borges Graça..... 61
- Reflexão sobre Cabo Verde e as afirmativas desenhadas e implementadas pelo governo da República de Cabo Verde (1975-1990) para o desenvolvimento integral*
Artur Monteiro Bento..... 71
- Reflexões metodológicas e lugares de enunciação em contextos pós-coloniais*
Vladimir Silves Ferreira79
- Revisitando a consolidação da democracia em Cabo Verde*
Crisanto Barros85
- Sobre a segurança energética do Golfo da Guiné: Presente e futuro*
Luís Paulo Carvalho de Almeida 95

FILOSOFIA

<i>A Filosofia como metáfora e as metáforas da Filosofia</i> Yakelin Rodríguez Agüero	105
--	-----

HISTÓRIA

<i>A instituição Arte e a Arte Contemporânea, uma relação de amor/ódio</i> Sergio Luis Hernández Morales	117
<i>A última grande conquista do Rei D. João II: o Tratado de Tordesilhas (1494)</i> Alexandre António da Costa Luís	127
<i>Cabo Verde: a criação de um projeto de civilização (1822-1841)</i> Eduardo Adilson Camilo Pereira	137

LÍNGUAS LITERATURAS E CULTURAS

<i>A reinvenção da <i>pasárgada</i>: entre o desejo e a repressão</i> Eurídice Furtado Monteiro.....	149
<i>Algumas singularidades linguísticas na obra narrativa de Mário Cláudio</i> Carla Sofia Gomes Xavier Luís	157
<i>Os castelhanismos nos primeiros livros impressos em língua portuguesa</i> José Barbosa Machado.....	167

NOTAS BIOGRÁFICAS DE AUTORES

NOTAS CONCLUSIVAS

Sessão de Encerramento, 16 de maio de 2014

.....

Nos dias 15 e 16 de maio de 2014, teve lugar no Auditório do Campus do Palmarejo da Uni-CV o *II Encontro Internacional de Reflexão e Investigação* do Departamento de Ciências Sociais e Humanas.

[.....]

Entre as conclusões gerais, registamos as seguintes:

- A confirmação da vocação aberta do EIRI, pela origem diversificada das áreas científicas e das Unidades Orgânicas;

- A juventude dos comunicadores, etária e académica, com provas académicas recentes, o que augura um longo futuro à investigação em Cabo Verde;

- A origem de provas académicas – mestrados e doutoramentos – da maior parte da investigação apresentada;

- O alargamento do interesse pelo II EIRI por parte da sociedade civil, nomeadamente, das áreas educacional e política;

- A adesão da comunicação social ao evento científico, pela presença de duas televisões e de uma rádio, tendo mesmo a televisão nacional aproveitado o II EIRI, para fazer um Debate sobre a Investigação em Cabo Verde, com a participação de um membro da Comissão Organizadora;

- O interesse crescente de investigadores, oriundos de várias instituições, que vemos unirem esforços no âmbito da investigação, ocorrendo ao evento e divulgando objectos, métodos e percursos de investigação;

- A relevância científica e académica dos temas em estudo pelos docentes universitários, dando cumprimento à sua obrigação estatutária de investigarem e aproveitando a oportunidade de refletirem e partilharem o produto dos seus trabalhos, a serem avaliados por pares, sob a forma de *blinded review*, para publicação nas Atas.

[.....]

A Comissão Organizadora agradece a todos os que viabilizaram o espírito de academia que conseguimos corporizar, nomeadamente:

- à Reitoria da Uni-CV e ao Camões IC e da Língua; ao DCSH na pessoa do seu presidente e às Coordenações dos cursos de Ciências Sociais e Línguas Literaturas

e Culturas / Estudos Ingleses, nas quais se enxertou institucionalmente este II EIRI; e, ainda, aos membros da Comissão Organizadora, que não se furtaram a esforços para o sucesso do evento;

- aos nossos queridos alunos: Ângela Cardoso, Ângelo Pereira, Edilene Maocha, Elisângelo Brito, Flávio Brito, Flávio Fernandes, Jessica Gonçalves, Maria Natalina Cabral, Maria Celeste Gomes, Maritza Milão, Rosiane Fernandes e Nerilanda Freire, pela colaboração generosa.

Seguimos o lema deste II EIRI: QUESTIONAR AS PRÁTICAS – PRODUZIR CONHECIMENTO – DIVULGAR CIÊNCIA.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A QUESTÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO COLONIAL: IMPERIALISMO OU SÍNTESE DE CULTURAS?

Maria Adriana Sousa Carvalho
Universidade de Cabo Verde
adriana.carvalho@docente.unicv.edu.cv

Resumo

A comunicação aborda a questão linguística, em Cabo Verde, num contexto de submissão colonial. Os registos discursivos analisados colocam-nos numa dualidade: a hegemonia formal da língua portuguesa – por estratégias de interdição e de transferência do crioulo para funções menores – e a hegemonia afetiva e social do crioulo, nobilitado pela criação literária. O poder colonial admitia que a população falava o crioulo, “corruptela do português arcaico” e o português, com o sotaque «crioulo» (Catálogo da exposição colonial, 1931). Os paladinos da homogeneização linguística propugnavam formas de falar e de reproduzir a norma culta do estado colonizador e proibiram a comunicação em crioulo nas escolas. Num desafio ao poder estabelecido, Baltasar Lopes (1957) reconhecia “as imensas possibilidades expressionistas” que o crioulo oferecia aos alunos, repudiando a tese da diluição do crioulo face ao português e considerou a língua cabo-verdiana, “a criação mais perene nestas ilhas” (1956).

A presente comunicação não pretende responder à questão linguística: imperialismo ou síntese de culturas?, mas, tão somente, tocar ao de leve em temas fundamentais para a mundividência crioula: códigos diferenciados, ambivalência da língua-mãe, dialeto proibido, língua de ensino, identidades reprimidas.

Palavras-chave: Ensino, língua portuguesa, crioulo, colónia.

Abstract

This communication addresses the linguistic issue, in Cape Verde, within a context of colonial submission. The analysis of the discursive records presents us with a duality: the formal hegemony of the Portuguese language - through strategies of prohibition and relegation of Creole for minor functions - and Creole's emotional and social hegemony, exalted through literary creation. The colonial power accepted the fact that the population spoke Creole, “a corruption of archaic Portuguese” and Portuguese, with a “Creole” accent (Colonial Exhibition Catalogue, 1931). The defenders of linguistic homogenization advocated ways of speaking and of replicating the standard language of the colonial state and banned the use of Creole in schools. In a challenge to the *status quo*, Baltasar Lopes (1957) acknowledged “the enormous expressionistic possibilities” that creole offered students, and rejected the thesis of Creole's dilution in the face of the Portuguese, and considered the Cape-verdean language to be “the most enduring creation of these islands” (1956).

The intent of the present communication is not to answer the linguistic question: imperialism or cultural synthesis? Rather, it intends to address, in passing, fundamental questions for the Creole worldview: differentiated codes, ambivalence regarding the mother-tongue, forbidden dialect, language of education, repressed identities.

Keywords: Education, Portuguese language, Creole, colony.

A percepção social da língua cabo-verdiana

Certamente estranharão que, num *Encontro Internacional de Reflexão e Investigação*, ouse apresentar uma comunicação, cuja temática central – a questão linguística, nada tem a ver com a minha área de especialização – a História da Educação.

Porém, e por se tratar de um fórum onde se pensa a investigação, julguei pertinente apresentar os resultados de um percurso de levantamento documental sobre o ensino da língua portuguesa, durante a administração colonial, suscitado por perguntas que nortearam a construção da minha tese de doutoramento.

Permitam-me uma consideração prévia: a natureza deste levantamento documental reveste-se de carácter histórico e tem como limites cronológicos 1910 e 1975. Devido a este recorte temporal, não tomei em consideração importantes estudos contemporâneos sobre a problemática da língua em Cabo Verde, com relevo para a obra de Manuel Veiga.

Vou começar enunciando as perguntas de investigação a que, há pouco, me referi:

- Qual a percepção social da convivência das duas línguas (a portuguesa e a crioula) na então colónia?

- Qual o papel das línguas do cabo-verdiano no ensino, nesta época?

Começamos por tecer considerações em torno da primeira pergunta.

Leão Gomes de Pina, no jornal *O Eco de Cabo Verde* de que foi diretor, divulgou a tese defendida no Congresso Colonial pelo Cónego António Miranda de Magalhães, que os cabo-verdianos só falavam o crioulo.

“Apesar da presunção de inteligentes – e essa é exacta, os caboverdeanos não falam a língua portuguesa, mas sim o «crioulo», que foi, segundo eles, introduzido no arquipélago por Camões.

É certo que em Cabo Verde a população fala o «crioulo» – corruptela do português arcaico – mas a maioria fala vulgarmente o português, com o sotaque «crioulo».

O «crioulo» deve ser considerado um dialecto com influências – que de ilha para ilha se notam e diferenciam – todas explicáveis.” (31 Outubro 1934)

O Catálogo da Exposição do Mundo Colonial informa que em “Cabo Verde [se fala] a língua portuguesa e o creoulo, um dialecto que se modifica de ilha para ilha [...], tornando-se deveras interessante falado pelas mulheres, que o usam com certa elegância e meiga garridice, empregando meias palavras e terminações com adorável infantilidade” (Galvão, 1940, p. 63).

Baltasar Lopes, no artigo “Uma experiência românica nos trópicos

II”, publicado na *Claridade* número 5 (Setembro 1947), sobre “o pensar linguístico de índole diferente” escreveu: “Este problema de estudo e até da simples consideração de uma linguagem ultramarina neo-europeia parece conter em si elementos belicosos decorrentes, se não erro, de nacionalismos mal entendidos” (p. 1).

Para Eugénio Tavares, poeta da língua materna, o crioulo era “um documento glotológico de uma das mais interessantes transformações da língua portuguesa”, que resultou do “contacto de duas raças diferentes, num consórcio de séculos; ressentindo-se da influência exercida, em longas gerações de colonos, por multidões de escravos” (*O Manduco*, 1924). Com o título provocatório “Língua de pretos” (1924), aí escreveu:

“Língua, quem a ouve, não a julgará entroncada nos *Lusíadas*...

[...] E a chamá-la língua de pretos, melhor seria dize-lo língua de brancos mal ensinada a pretos, – a pretos que criaram os filhos desses brancos, que os trouxeram ao colo, e que lhes acalentaram os sonos da infância com as tristíssimas melopeias da saudade dos lares distantes e do sofrimento da escravidão;

[...] Aligeirando razões, permita-se-me a seguinte conclusão: O dialecto caboverdeano pode falar-se e grafar-se.”

Pedro Cardoso, numa conferência proferida no Teatro Virgínia Vitorino, na cidade da Praia, no dia 30 de Dezembro de 1933, enquanto “amador da ciência da linguagem” propôs-se “desagravar o dialeto crioulo das profanações de que há sido vítima”, afirmando que “nós, crioulos, por falarmos o português que nos consente a fatalidade da nossa constituição psico-fisiológica, não o deturpamos,

não o corrompemos; buscamos aprendê-lo, não de outiva, mas com os mestres mudos que ensinam sem fastio” (1934, p. 29). Em defesa dos direitos da língua cabo-verdiana manteve uma longa polémica com João Miranda, professor do ensino primário, para quem “o português [era] um idioma de progresso e expansão, ao passo que o crioulo dialecto de estreito ambiente”, era “a língua que marca e manda, [...] [sendo] o crioulo uma enxada rudimentar e o português uma charrua aperfeiçoada” (*Notícias de Cabo Verde*, 15 Setembro 1937). Esta querela só terminou com o falecimento de Pedro Cardoso, em 1942.

A tese de Baltasar Lopes de que o crioulo se nobilitou no contacto com a língua portuguesa está vertida na sua obra linguística. No texto “Uma experiência românica nos trópicos I”, publicada na *Claridade* número 4 (Janeiro 1947) escreveu:

“É um esforço generalizado de aristocratização [...]. Elucidativa a conversa de certas senhoras idosas, da época, parece que infelizmente passada, em que, nas reuniões de amigos, se contavam em crioulo os romances e folhetins que cada qual tinha lido – crioulo especial, repleto de fenómenos linguísticos reinóis. E também a fala crioula das raparigas de hoje, que fizeram o seu liceu, que lêem o seu Stephan Zweig, conversam com bacharéis e sorvem imagens do mundo em «jornais e revistas atrasadas».” (p. 17)

Em torno da questão linguística, surge nova querela, quando Baltasar Lopes, na Rádio Barlavento, no ano de 1956, se insurgiu contra Gilberto Freyre pelo emprego do verbo «repugnar» e do substantivo «repugnância» para caracterizar o crioulo. O escritor e filólogo cabo-

verdiano não compreendia que o sociólogo brasileiro aceitasse e louvasse as expressões regionais daquilo a que chamou o «mundo que o português criou» e, ao mesmo tempo, lhe repugnasse o crioulo de Cabo Verde. A possível diluição da língua-mãe face à língua portuguesa foi liminarmente rejeitada por Baltasar Lopes, que questionava:

“Mas, que fez e faz todos os dias o crioulo em face do português? Rende-se? Sujeita-se à perspectiva de uma morte inevitável, embora lenta? Nada disso. O crioulo, em contacto quotidiano com a língua mãe, não se dissolve nela; pelo contrário, mantém intacta a sua personalidade. Oportunisticamente, pragmaticamente, vai-se aristocratizando, mas com um sentido seguro de defesa dos redutos essenciais.” (*Cabo Verde visto por Gilberto Freyre*, 1956, p. 33)

No texto “Na hora di bai”, Almerindo Lessa considera o crioulo “uma língua românica que não realiza apenas um «falar útil», como um idioma completo, cheio ao mesmo tempo de europeísmos e de regionalismos; rico de sons e de plasticidade” (*Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Janeiro, 1957, p. 7). Acrescenta que “embora seja essencialmente oral, um idioma de poupança (uma língua de economia fonética, como lhe chamou Augusto Casimiro), [o crioulo] é maleável, fluido” (idem, *ibidem*).

Esta maleabilidade e lucidez torna-o uma língua literária. A este propósito, Carlos Alberto Monteiro Leite¹, na crónica intitulada “Sobre o crioulo, como língua literária”

1. A crónica “Sobre o crioulo, como língua literária” publicada no *Cabo Verde Boletim* é assinada por C. A.. Segundo Arnaldo França, trata-se de Carlos Alberto Monteiro Leite, representante do Boletim em S. Vicente (com Nuno Miranda). (Carvalho, 2006, p. 37)

advogava ser “lícito reconhecer-se, por igual, como inatacável, ao escritor caboverdiano, o direito de se servir, nas suas criações, tanto do português como do crioulo de Cabo Verde” (*Cabo Verde, Boletim*, Fevereiro, 1959, p. 29). Resumia assim a problemática do crioulo como língua de expressão literária:

“Concretamente: não é o caso de decidir pelo emprego unilateral do crioulo (como instrumento lícito na composição de obras literárias cabo-verdianas) e pelo conseqüente abandono da língua portuguesa, do português da Europa.

[...] Do que verdadeiramente se cuida é de tomar posição – atenta a nossa característica personalidade ou originalidade – no problema da legitimação, da coerência e das vantagens ou não, da utilização do nosso crioulo como língua literária.” (idem, pp. 29/30)

Sobre a língua cabo-verdiana, Manuel Ferreira (1967, p. 88) questionava: “onde o caminho ideal? Ou melhor: que trilhos linguísticos irão optar os poetas [sic] e contadores de histórias para com perfeita coerência consigo próprios, que o mesmo é dizer com inteira consciência, penetrarem na mundividência insular?”

Encontramos possíveis respostas num fragmento de *A aventura crioula*:

“É irreversível: o dialecto crioulo, de longe mostrando-se apto para uma expressão lírica de carácter popular, caminha hoje para a posse de recursos que lhe permitirão sondar mais fundo a complexidade da alma crioula.

[...] Anotemos uma ou outra moderna experiência poética crioula de Teixeira de Sousa, Jorge Pedro, Gabriel Mariano, Mário Macedo Barbosa, Sérgio Frusoni (todos em Claridade), Jorge Miranda Alfama, Olavo Bilac e, em termos mais recuados, Belmiro Alfama, o

Cónego Costa Teixeira, que fundou o Almanach Luso-Africano, e Pedro Cardoso. Na prosa refra-se ainda o caso actual de Sérgio Frusoni «que na Rádio Mindelense, há alguns anos, alcançou um verdadeiro sucesso com as suas crónicas semanais, cheias de pilhéria e de jocoso senso crítico.» (1967, pp. 88/91)

A língua de ensino

Não obstante o reconhecimento do crioulo como língua de expressão literária, nas escolas e liceus estudava-se poesia e prosa em língua portuguesa. Esta asserção recorda-me a segunda pergunta que norteou esta pesquisa documental: Qual o papel das línguas do cabo-verdiano no ensino, nesta época?

No plano sócio-afetivo, o domínio da língua portuguesa – pela via do ensino – torna-se, na época colonial, fator de homogeneização cultural e de valorização pessoal. Para a investigadora Ana Isabel Madeira, “através da homogeneização linguística, a escola colonial procurou assegurar a subordinação a um campo unificado e relações de poder articulatórias, formas de falar e de reproduzir, com «correção» e «distinção», a norma culta do Estado colonizador” (2003, p. 31). No arquipélago, a homogeneização linguística (português) foi perturbada pela vitalidade da língua materna (o crioulo).

O “imperialismo” linguístico passou pela proibição do uso do crioulo na escola. No ano de 1920, o governador da colónia², tendo “na visita às escolas das diferentes ilhas dêste arquipélago notado, com grande

desgosto, que em algumas delas o ensino se faz ainda em *crioulo*, ou mixto de crioulo e português”, proibiu expressamente a comunicação em crioulo nas escolas e determinou que a inobservância desta ordem seria considerada desobediência e, como tal, punidos todos os professores que a infringissem” (Portaria 303, de 8/5/1920).

Permitam-me registar um curioso desvio a esta diretiva oficial: João Miranda, purista da língua portuguesa, criticou um governador (trata-se de António Alvares Gudes Vaz)³ que enviou para as escolas primárias panfletos em crioulo em defesa da árvore, devendo os professores ler (cito) “a algaravia do dialeto nas aulas aos alunos” (10 Setembro 1942, p. 10). Transcrevemos o texto intitulado “Súplica ao viandante”:

“Pidido qui alve tá fâzê quem qui tá passa

Bó qui sa ta tá passa e bu tá labânta bu braço pá mi, antes di bu bulim odja m bem.

Ê mi qui ê calor di bu funco na frieldade di noti di Fêbrêro, ê mi que é sombra amigo qui bu tá átacha ó qui bu tá fazê jornada dibaixo di sol d’ Agosto, e n’ nha fruta ê frescura sábi qui tá matá-bo sédi na caminho.

E mi que ê cumêra di bu casa, ê mim que ê tagoa di bu mesa, câncâram que tá descança-bo e pó di bu nâbio.

Ê mi qui ê cabo di bu inxada, porta di bu morada, pó di bu cama e tagoa di bu squife.

E mi qui ê pon di sabura e frol di bélêza

2. Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães (1919-1921).

3. Pela data da “Súplica da árvore ao viandante”, publicada no *Boletim Oficial*, de 27/4/1942, presumimos tratar-se do governador António Alvares Guedes Vaz (1927-1931).

Ê bô qui tá passa! Spiam drêto ê ... cá bu fâze'm mal."

"Tu que passas e ergues para mim o teu braço antes que me faças mal. Olha-me bem.

Eu sou o calor do teu lar nas noites frias de Inverno, sou a sombra amiga que tu encontras quando caminhas sob o sol de Agosto e os meus frutos são a frescura apetitosa que te sacia a sede nos caminhos.

Eu sou a trave amiga da tua casa, sou a táboa da tua mesa, a cama em que tu descansas e o lenho do teu berço.

Eu sou o cabo da tua enxada, a porta da tua morada, a madeira do teu berço e o conchego do teu caixão.

Sou o pão da bondade e a flor da beleza." (*Boletim Oficial de Cabo Verde*, de 27/4/1928)

A hegemonia formal da língua portuguesa no ensino – por estratégias de interdição e de transferência do crioulo para funções menores – convivia com a hegemonia afetiva e social do crioulo, nobilitado pela criação erudita. Apesar de ser “expressamente proibido falar crioulo dentro e fora do liceu” (art. 3º, Regulamento do Liceu Infante D. Henrique, de 10/10/1931) “os alunos falam-no constantemente”, lamentava João Miranda em 1934 (*Notícias de Cabo Verde*, 21 Junho).

Apesar do seu estatuto de língua interdita, invadia quotidianamente os corredores e pátios das escolas, estando presente nas salas de aulas durante as ausências ou distrações dos professores. Na “Mesa Redonda sobre o Homem Cabo-verdiano”, Baltasar Lopes afirmava: “Todos nós que ensinamos português no liceu, verificamos que o crioulo já oferece

hoje aos alunos imensas possibilidades expressionistas. Eu já ouvi à saída dos exercícios de Matemática e até de Filosofia os alunos a discutirem sobre o exercício em crioulo” (Lessa & Ruffié, 1957, p. 137).

Segundo Marques de Oliveira (reitor e professor do liceu da Praia) “é o crioulo que impera e é ele o instrumento de comunicação de ideias entre a massa estudantil que frequenta pela primeira vez a escola”. Na crónica “Reacção do estudante cabo-verdiano a certos fatores mesológicos – Perante a língua” dá-nos conta da realidade:

“Ao entrar na escola pela primeira vez, a criança caboverdiana ou fala exclusivamente o crioulo – a grande maioria, em especial no interior das ilhas – ou fala também o português, mas um português que é vencido constantemente pelo predomínio do crioulo, com todas as consequências que isso pode trazer no plano escolar.

[...] Mas nas aulas o professor ensina em português, fala em português para crianças que não o falam ou falam mal. E se uma por outra entende parte do que o professor diz, a maioria ou compreende mal ou não compreende. Para atenuar essas dificuldades quantas vezes o professor, se é natural de Cabo Verde, não terá de se socorrer do crioulo para fazer entender a expressão primeiramente dita em português...” (*Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*, Julho 1959)

Os paladinos da política linguística oficial, ao mesmo tempo que valorizavam os códigos linguísticos da administração, estigmatizaram o crioulo por contaminar, negativamente, a língua portuguesa. O professor João Miranda instava à “guerra sem tréguas contra o crioulo, dialecto anárquico de cada ilha”.

O insucesso escolar era, recorrentemente, justificado pelo “uso e abuso do crioulo” (Moniz, 1964, Novembro 26). O professor Olavo Moniz, estribado na “longa prática do magistério”, sentiu-se habilitado a afirmar “que a principal causa do fracasso de muitos alunos – para além do uso e abuso do crioulo – é a deficiente preparação com que saem dos primeiros anos, mas que é difícil, senão impossível, de eliminar subsequentemente”.

Imperialismo ou síntese de culturas?

Não gostaria de concluir sem propor para debate (aqui ou debates futuros) a questão central que o título desta conversa encerra.

Questão linguística: Imperialismo ou síntese de culturas?

Consintam-me, contribuir para este debate com as últimas considerações sobre a questão linguística em tempos de submissão colonial.

A imposição de uma língua sobre outra – neste caso do português sobre o crioulo – foi designado por Baltasar Lopes como um ato de ascendência cultural, “uma espécie de imperialismo *sui generis*”. Sem subestimar a hegemonia linguística da administração portuguesa, Baltasar Lopes advertia, em 1947, que é possível descortinar “a concorrência de um outro prestígio, o brasileiro” (Setembro, pp. 8/9). Outra particularidade do imperialismo linguístico português, segundo Baltasar Lopes, teria sido a “premeditação aristocratizante” do crioulo, a que me referi anteriormente. Dizia Baltasar Lopes:

“O arquipélago conta com uma massa considerável de filhos seus que escrevem e falam o português; mas, por outro lado, mesmo os ilustrados empregam o crioulo a par do português. Não é de estranhar, por isso, que, ou por virtude de hábitos decorrentes do uso do português, ou por razões determinadas por uma premeditação aristocratizante, o crioulo seja por eles nobilitado com pronúncias ou com formas, crioulas, sim, mas contaminadas pelo português, e que o comum do povo vai adquirindo.” (Idem, p. 9)

As permeabilidades mútuas consentidas – o (re)fluir do português para o crioulo e vice-versa – aconteceram (e acontecem) dada a “democracia social reinante em Cabo Verde [que] possibilita o contacto permanente entre o instruído e o povo iletrado [...] e a «mobilidade vertical», a qual dá um acentuado carácter de fluidez à posição de cada indivíduo ou família na escala das hierarquias sociais” (idem, *ibidem*).

Esta fluidez social potenciou o uso sincrónico das duas línguas, em função dos domínios conquistados e das cargas valorativas envolventes. Forjou-se uma síntese de culturas?

Gabriel Mariano defendeu que em Cabo Verde confluíram “elementos introduzidos pelos portugueses [que] foram incorporados na paisagem moral do arquipélago [...] e elementos levados pelos afro-negros [que] foram assimilados pelo branco europeu, tornando-se comum aos dois grupos étnicos” (1959, p. 27). Sustentava ainda que com a convivência linguística “só ganhará a língua portuguesa que assim irá adquirindo tantas fisionomias quantas as parcelas do mundo luso-tropical”.

O título desta comunicação “Questão linguística: imperialismo ou síntese de culturas?” cria a ilusão de uma resposta. Ao perscrutarmos o mundo da linguagem, no Cabo Verde colonial e, mais concretamente em registos escritos sobre a língua, apenas toquei ao de leve em questões que julgo fundamentais para a mundividência crioula: códigos diferenciados (de língua e de conduta),

(re)fluxos centro-periferia, identidades reprimidas, ambivalência da língua-mãe (a portuguesa e a crioula), dialeto proibido, língua de ensino, língua falada pelos alunos, recriação literária, repugnância e nobilitação...

Evidentemente, não tenho uma resposta para a questão central aqui colocada.

Legislação consultada

Portaria 303: Proibição do crioulo nas escolas. Boletim Oficial de Cabo Verde, 19, de 8/5/1920.

Regulamento Interno do Liceu Infante D. Henrique, de 10/10/1931. Boletim Oficial de Cabo Verde, 11, de 12/3/1932.

Súplica da árvore aos viandantes. Boletim Oficial de Cabo Verde, 17, de 27/4/1928.

Referências bibliográficas

Cardoso, Pedro (1934). Conferência lida no Teatro “Virgínia Vitorino” (Praia) em 30 de Dezembro de 1933. Porto: Empresa Industrial Gráfica, Lda.

Ferreira, Manuel (1967). A aventura crioula. Lisboa: Editora Ulisseia.

Galvão, Henrique (1940). Álbum comemorativo da primeira exposição do mundo português. Secção colonial. Porto: Lit. Nacional.

Leite, Carlos Alberto Monteiro (C. A.) (1959, Fevereiro). Sobre o crioulo como língua literária. Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação, 113, pp. 29-30.

Lessa, Almerindo & Ruffié, Jacques (1957). Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: mesa redonda sobre o homem caboverdeano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

Lopes, Baltasar (Setembro 1947). Uma experiência nos trópicos II. Claridade: Revista de Arte e Letras, 5, pp. 1-10.

Lopes, Baltasar (1956). Cabo Verde visto por Gilberto Freire (Apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento). Praia: Imprensa Nacional.

Madeira, Ana Isabel (2003). Sons, sentidos e silêncios da lusofonia: Uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa. Cadernos Prestige (18). Lisboa: Educa.

Mariano Gabriel (1959). Do funco ao sobrado ou o mundo que o mulato criou. In Colóquios cabo-verdianos. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos Políticos e Sociais, pp. 27-49.

Miranda, João (21 Junho 1934). Questões de linguagem. Notícias de Cabo Verde, 93, p. 4.

Miranda, João (15 Setembro 1937). Em prol da língua portuguesa. Notícias de Cabo Verde, 153, pp. 1-2.

Miranda, João (10 Setembro 1942). O crioulo condenado como crime de lesa língua oficial. Notícias de Cabo Verde, 216, p. 2.

Moniz, Olavo (26 Novembro 1964). Ensino (intervenção no Conselho Legislativo). O Arquipelago, 120, p. 3.

Oliveira, Marques de (Julho 1959). Reacção do estudante cabo-verdiano a certos factores mesológicos I – perante a língua. Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação, 118, pp. 25-28.

Pina, Leão Gomes de (31 Outubro 1934). Uma atitude desassombrada. O Eco de Cabo Verde, 24, p. 1.

Tavares, Eugénio (30 Janeiro 1924). Língua de pretos. O Manduco, 11, p. 1.

UTOPIA E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE

Elter Carlos

Universidade de Cabo Verde
elter.carlos@docente.unicv.edu.cv

Resumo

Centrando-se no pensamento filosófico-pedagógico de Paulo Freire, este estudo procura objetivar uma reflexão sobre o lugar da Utopia enquanto ideal de construção do sujeito educativo. Na verdade, se o homem não nasce acabado e nem no estado de perfectibilidade, é graças à educação que ele consegue desafiar, constantemente a si mesmo rumo à dimensão antropológica da perfectibilidade. É neste sentido que surge a utopia como desafio para a mudança: mudança como motor da educação. Mudança como processo de personalização e socialização de sujeitos.

Palavras-chave: Utopia, sujeito, pedagogia.

Abstract

Focusing on philosophical thought-pedagogical of Paulo Freire, this study seeks objectify a reflection on the place of utopia while ideal for construction of educational subject. In fact, if the man is born not finished and not in the state of perfectibilidade, is thanks to the education that he manages to constantly challenge himself toward the anthropological dimension of perfectibilidade. It is in this sense that the utopia as challenge to change: change as the engine of education. Change such as customization and socialization of individuals.

Keywords: Utopia, subject, pedagogy, Paulo Freire.

Hóspede da aventura existencial entre o nascimento e a morte, o ser humano vê-se confrontado com *situações-limite* de várias categorias, tendo como alternativa possível consciencializar-se destas situações bem como interpelá-las mediante a prática de uma radicalidade crítica e exigente. Perante este cenário existencial, se o humano se circunscrever ao reino do imobilismo pessoal e social, perdendo assim o teor de esperança e a capacidade

de imaginação e racionalidade, circunscreve-se, equivocadamente, ao legado do determinismo, aniquilando assim a sua capacidade de criar e transformar a sua própria história. Portanto, arruína-se enquanto desafiador das próprias “situações-limite” (Jaspers, 1958). Subtrai-se ao pessimismo existencial. Perde-se a capacidade de narração, de antecipação e, conseqüentemente, de projeção do seu ser na sensibilidade do tempo e do espaço.

Sendo, então, um ser temporal que se constrói mediante um diálogo profícuo entre os horizontes do passado, do presente e do futuro, o humano (e a educação que faz dele um *ser mais humano*) não vê outra alternativa, a não ser um pensamento crítico direcionado para a (trans)formação de si e do meio sócio-económico e cultural onde está inserido.

Conturbado pelas marcas da irracionalidade, do acriticismo e da intolerância (nas suas múltiplas expressões), o sujeito educativo contemporâneo (educador e educando) sente-se *imerso* numa trama complexa de relações de força, restando-lhe como única alternativa possível, no seio desta “imersão” (Freire, 1970), a instalação paulatina de um pensamento crítico conducente à *práxis* transformadora. Nesta óptica, a utopia assume uma preocupação fundamental, visto que motivando o sujeito para a mudança faz da escola uma condigna instituição crítica; uma efetiva *casa da palavra* transformadora e da esperança e tolerância activas.

Uma escola que se (pre)ocupa com a formação holística dos formandos terá na luta um dos pilares fundamentais de um humanismo prenhe de valores nobres da condição humana. Sendo activa por parte do sujeito que a objetiva a luta é, sem dúvida, a *situação-limite* mais dramática da existência humana. Pela sua força mobilizadora, a luta surpreende a própria historicidade das experiências humanas, acontecendo, assim, a utopia como um poder mobilizador. Um poder mobilizador que, antecipando a realidade, projeta o homem num tempo e num lugar outros, denunciando e anunciando situações, conciliando, assim, a crítica

à criatividade, a reflexão à imaginação, a razão à esperança (Carvalho, 2000). E é assim que o pensamento filosófico, político e educacional de Paulo Freire conseguiu influenciar em termos teóricos e práticos a educação em todo o mundo. Negando criticamente propostas fixistas e a-históricas, propostas estas incompatíveis com a liberdade humana, Paulo Freire propõe como alternativa possível uma Utopia destinada à construção de um sujeito livre, crítico e insatisfeito com qualquer sistema de ideias fixas e predadoras de sentido.

Na medida em que o pensamento filosófico-educacional de Paulo Freire nutre-se de uma luta constante pela personalização e socialização de sujeitos que se encontravam em situação de exclusão, tendo sempre a pessoa humana como *fim em si mesma*, não deixa de ser uma *utopia criadora* de novas possibilidades de existência. Neste contexto, reconhecemos que o legado do seu pensamento e acção, quando hermeneuticamente acolhida no desvendar da *práxis* educacional actual, poderá traduzir-se num projeto holístico de formação humana integral.

Na verdade, a educação pensada por Paulo Freire, ao aproximar-se da epistemologia da complexidade de Edgar Morin, corporalizada numa multiplicidade de manifestações complementares entre si, deixa lugar merecido à construção de uma subjetividade integral; de um sujeito cuja formação vai de encontro às dimensões ética, estética, política, social, ideológica, manifestando-se, em simultâneo, como uma crítica à lógica unidimensional que norteia o mundo globalizado. Nesta ótica, não

é de se estranhar que no conjunto do seu legado apareçam obras que, pelas suas próprias denominações e pelas circunstâncias histórico-sociais concretas donde brotaram, mereceram a designação de: “Pedagogia do oprimido” (1970), “Pedagogia da pergunta” (1985), “Pedagogia: diálogo e conflito” (1985), “Pedagogia da esperança” (1992), “Pedagogia da tolerância” (2005) (obra póstuma), “Pedagogia da autonomia” (1996), “Pedagogia da indignação” (2000) (obra póstuma). Além destas, aparecem várias outras obras que, não tendo como título necessariamente a palavra “pedagogia”, acabam por, ao que nos parece, traduzirem outras formas de pedagogias complementares entre si.

Como se pode constatar, são várias as pedagogias que desde as primeiras reflexões do autor se vêm complementando entre si, conforme as circunstâncias espaço-temporais, contribuindo para a formação de um único homem na sua qualidade de ser bio-psico-sócio-cultural: na formação do *homem todo* (nas suas facetas ético-moral, estética, político-ideológica) e de *todo o homem* (o seu pensamento e ação marcaram o mundo todo). Logo, trata-se de um pensamento universal. Paulo Freire, pelos efeitos das suas obras e ações, continua sendo um homem universal.

Este educador, político e filósofo da educação brasileiro (mas também um cidadão do mundo), devido às várias circunstâncias histórico-políticas e ideológicas que profundamente vivenciou, fez da sua vida, da sua obra e da sua ação uma forma criadora de libertar sujeitos que viviam (e continuam vivendo hodiernamente)

em condições desumanas. Os efeitos das suas ações e das suas ideias, ações sociais pelo alcance que continuam tendo, seguem celebrando ainda a (re) escrita de consequências benéficas na contemporaneidade educativa.

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), este educador cujo pensamento e ação contribuiu para transformar a vida de muitos homens e mulheres que viviam como objetos, nasceu no Recife, Estado de Pernambuco, Brasil, a 19 de Setembro de 1921, de uma família de classe média. A exemplaridade de uma educação baseada na tolerância e no respeito pela alteridade do Outro fez dele, desde a infância, uma pessoa diferente. Economicamente pobre (numa fase da sua vida) mas moralmente rico, Paulo Freire soube jogar, já na infância, com um coração grande e um amor desmedido para com a libertação dos excluídos: dos *sem voz*, dos *sem terra* e dos *esfarrapados do mundo*, para usar aqui as suas próprias palavras. E é nesta medida que valores nobres da condição humana influenciaram a sua vida e obra.

Na medida em que dedicou a sua vida e obra à causa da libertação dos povos e sujeitos oprimidos, não deixa de ser um personagem exemplar que escreveu uma história exemplar. Uma história que continua sendo a história de todos os humanos que diariamente lutam para uma educação como prática de cidadania. Um legado que continua fazendo eco em qualquer canto do planeta onde haja opressão e desrespeito pelos direitos das pessoas. Considerar Paulo Freire um personagem exemplar, como teremos oportunidade de constatar, não significa fazer apologia do seu pensamento e ação como se um

mito fosse. Significa, sim, acolher na contemporaneidade educativa as potencialidades hermenêuticas de sua obra e da sua acção, aplicando-as noutros contextos de interpretação, o que não deixa de ser um desafio irrecusável no mundo globalizado e excludente em que atualmente se vive.

Práticas opressoras por natureza e por motivação tendem a prevalecer nas sociedades actuais, embaraçando o natural desenvolvimento de uma educação voltada para a cidadania participativa, uma educação onde os seus protagonistas pudessem sonhar e lutar pelos direitos civis e políticos. Em suma, uma “*Educação como prática da liberdade*” (Freire, 1967), capaz de afirmar a presença de valores nobres da condição humana e de negar a presença da palavra alienada, excludente e disjuntiva, fruto de gramáticas unidimensionais.

Como se pode ver, diferente de qualquer positivismo educacional subsidiário de uma linguagem unidimensional, a linguagem que Freire ambiciona na construção do sujeito educativo é aquela que, “grávida de mundo” (Freire, 1970; 1985), traz para o debate educativo o mundo vivido por homens e mulheres na sua qualidade de sujeitos construtores da história e da cultura. Neste sentido, convidar à *leitura da palavra* – leitura esta que é uma *continuidade da leitura do mundo* (Freire, 1992) – significa criar condições de possibilidade para que o sujeito leia a sua *própria* vida na primeira pessoa, com vista a poder construir as suas interpretações plurais.

As interpretações plurais afiguram-se como condição necessária à construção da subjetividade humana dialógica por oposição aos desígnios de um “sujeito monádico” e próximo das

posturas essencialistas da metafísica tradicional (Lopes, 2001). Esta postura é típica do humanismo clássico e identifica-se com o conceito freireano de “educação bancária” (Freire, 1970, 1985, 1996), isto é, de uma proposta de educação onde o sujeito manifesta-se mais na qualidade de objeto do que na de sujeito da sua (auto)construção.

O pensamento de Paulo Freire, tivemos a oportunidade de realizar alguns estudos neste sentido (cf. Carlos, 2012 & Carlos, 2008), ao abrir espaço a uma subjetividade que tenha como primado a relação de alteridade, contribuiu juntamente com outros teóricos para a “configuração de um neo-humanismo” na educação (Lopes, 2001: 49). De facto, uma educação utópica e linguisticamente inclusiva jamais aceitaria a lógica de um sujeito instrumentalizado pelos discursos e práticas dominantes. A educação tem, nesse sentido, a missão de ajudar o sujeito a tornar-se pessoa – e daí a influência personalista de Paulo Freire.

A missão de Paulo Freire foi mesmo a de conduzir o sujeito, mediante uma *pedagogia da esperança* e dos *sonhos possíveis*, a alcançar o mais alto de si através do diálogo ético-crítico. E daí a educação ser utópica pelo desafio que se coloca ao sujeito em desafiar-se a si mesmo e sua radical alteridade. De facto, não nascendo educado, a pessoa faz-se no diálogo e na *comunhão* com as circunstâncias históricas-sociais, consciente de que a educação, uma forma de intervenção no mundo, deve ser utópica e esperançosa. E o que é a utopia em Paulo Freire? Ora, no nosso autor, a utopia tem o sentido de denúncia e anúncio, um esforço do sujeito educativo em comprometer-se com a *práxis* transformadora, fazendo

da realidade, através da mudança que nasce da *crítica ética*, uma realidade mais humana.

Como se pode ver, esta educação é utópica e realista. Nesta lógica, a utopia – e convém esclarecer que o nosso autor considere uma *utopia realista e não meramente idealista* –, é um ideal de educabilidade onde o humano tende sempre a desafiar-se a si mesmo e às suas circunstâncias históricas. É esta *radical alteridade*, este *ainda-não* da esperança utópica que o sujeito deseja alcançar, que faz da educação uma utopia, provocando, ambigualmente, o fascínio e o medo, a razão e a imaginação, a esperança e o desejo, a inovação e a repetição, a liberdade e o constrangimento, o tempo e a história (Carvalho, 2000).

Vê-se então que o pensamento pedagógico-político de Paulo Freire não deixa de ser uma utopia, na medida em que visa libertar o sujeito da ideologia da dominação e ajudá-lo a construir-se como sujeito da sua própria destinação histórica, desafinado a si mesmo e à realidade sócio-económica e cultural onde ele se encontra inserido. Alguns trechos do pensamento do autor dão-nos a perceber o sentido da utopia na sua obra.

Em “Pedagogia da esperança” Paulo Freire pensa que: “numa autêntica utopia não há como que falar em esperança se os braços se cruzam e passivamente se espera [...] a espera só tem sentido quando cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro anunciado [...]” (1992: 59). Ainda, na mesma obra, o nosso autor concebe que: «pensar que a esperança sozinha transforma o mundo [...] é um modo excelente de tombar na desesperança, no

pessimismo, no fatalismo.” (1992:10). Mais: “prescindir da esperança para melhorar o mundo [...] é frívola ilusão. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar concretude histórica” (1992:11).

Já no livro “A educação na cidade” Paulo Freire afirma: “Sou leal ao sonho. Minha acção tem sido coerente com ele. Exigente com a ética, considero que ela tem a ver com a coerência que se vive no mundo. Coerência entre o que se diz e o que se faz.» (Freire, 1991: 144).

Estes enunciados do pensamento do autor nos dão a perceber que o exercício utópico é expressão da necessidade do ser humano em denunciar situações, comportamentos, rotinas e doutrinas que, quando concebidos *neutralmente*, não reconhecendo o pendor político da educação, transformam as sociedades em espaços e tempos subsequentemente violentos e, portanto, dissimuladores. Paulo Freire nos mostra nas suas reflexões e ações que a educação é alvo de configurações políticas, sendo necessário uma indissociabilidade entre política e educação.

Neste sentido, o *telos* da utopia de Freire consiste em libertar o sujeito, fazer dele o contrário do que com ele fizeram sob a égide de práticas de dominação, sobretudo num momento histórico onde reinava um certo pessimismo existencial, na América Latina, Europa, África, reinando uma visão da escola como espaço de reprodução social das ideologias. E não é de se estranhar que contrariamente a esta proposta, Paulo Freire, próximo dos ideais da Escola de Frankfurt, nomeadamente de teóricos como Adorno, Horkheimer, Marcuse, Habermas, irá propor como alternativa

uma escola como instituição crítica, uma escola onde reina uma pedagogia crítica como forma de devolver o sujeito (através da luta e da crítica social) as condições necessárias para construção da sua liberdade. A pedagogia crítica surge, então, como alternativa à racionalidade instrumental que sustenta uma visão reprodutora e dominante de educação.

Para fazer face a esta visão reprodutora e pessimista da escola, Paulo Freire irá instaurar na educação um optimismo existencial e uma fé na natureza humana, mediatizada por uma linguagem contestatária, mobilizadora, utópica e esperançosa, dando lugar a uma pedagogia de transformação intersubjetiva da consciência humana, portanto, fazendo da educação um espaço de construção de sujeitos ativos e participativos, assim como mandam as exigências de uma verdadeira educação para a cidadania.

Uma educação voltada para a formação de cidadãos livres e responsáveis, cidadãos que lutam pelos seus direitos civis e políticos, em suma, de cidadãos com competências que lhes direcionam a participar na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Para isso, Paulo Freire começou por desencadear uma crítica à *concepção bancária de educação*, essa visão narradora e violenta de educação que limita a reproduzir *para* os educandos um discurso unidimensional, estático e coisificado da realidade.

Nesta lógica, a utopia freireana, ao promover um discurso e uma prática educativa inclusivos, ajuda o sujeito a tornar-se pessoa, encontrando-se aí a vocação ético-crítica de uma *pedagogia*

da não-violência. De uma pedagogia social e comunitária comprometida com a libertação do sujeito educativo das amarras de discursos e práticas desumanizantes, tendo sempre como fim último transformar a realidade opressora onde estão inseridos os sujeitos numa realidade alternativa; numa realidade onde os valores da dignidade, da liberdade das consciências, da tolerância ativa, do amor, da coragem (pois, educação é um ato de amor e coragem), da mudança, da esperança ativa, sejam tidos como categorias antropológicas inadiáveis na fundação de uma Cidade educativa mais justa e mais igualitária.

Na verdade, a própria forma como Freire denunciou a ideologia dominante trouxe consigo um pendor utópico e esperançoso direcionado para o futuro, sem por isso pôr de parte, no presente vivido, o passado enquanto enraizamento histórico-social do homem. É justamente nesse contexto que o autor utiliza já na *Pedagogia do Oprimido* o conceito de “*inédito viável*” (futuro a construir), em que, visa consciencializar e *conscientizar* das situações-limite através da *praxis*, onde, portanto, consciência e mundo, acção e reflexão, subjetividade e objetividade, teoria e prática são indissociáveis.

Esta concepção de indissociabilidade entre o homem e o seu mundo pela *praxis* levou a que o nosso autor preconizasse um método pedagógico crítico e dialógico onde aprender a ler e a escrever significa aprender a dizer e a interpretar o mundo pela palavra significante, desempenhando a linguagem um papel de relevo, pois é pela linguagem que se coloca o problema pedagógico fundamental, sendo que cada sujeito deve *aprender*

a pronunciar a *sua* própria palavra, o *seu* próprio mundo.

Como se pode ver, o segredo da pedagogia freireana, uma pedagogia da alteridade e da dialogicidade, reside na tónica que coloca no *sujeito* (na *aprendizagem*) e não meramente no ensino. Pois, “ninguém educa ninguém, nem tampouco ninguém educa a si mesmo. Os homens educam-se uns aos outros mediatizados pelo mundo, mediatizados pelos objectos cognoscíveis” (Freire, 1975: 97).

Como se pode compreender, a aprendizagem desencadeia-se na primeira pessoa do singular (o *eu*, a identidade) e na primeira pessoa do plural (o *nós*, a alteridade), uma aprendizagem onde, a partir de um *método dialógico de inspiração socrática*, cada sujeito vai construindo o seu próprio caminho, o seu próprio pensar, o seu próprio mundo, dialogando criticamente em torno do mesmo objeto cognoscente, com vista a desvelar o seu mundo de experiências e, no mesmo movimento, auto-desvelando-se a si mesmo. Assim como o escultor que esculpe a pedra para dar configuração a uma bela imagem, Paulo Freire, no cenário pedagógico proporcionado pelo seu método, convida o oprimido em condições de desumanização a esculpir o seu mundo de experiências ao mesmo tempo que se esculpe *esticamente* a si mesmo. E para isso, o oprimido tem sempre como matéria plástica os seus próprios problemas, a saber, as próprias *situações-limite* que o despersonalizam.

Como é evidente, este ato de plasticidade pedagógica nada mais é do

que uma forma de desafiar a finitude humana. Um ato de transcender o objeto de investigação nos “círculos de cultura”, em suma, um ato de transcender o mundo retratado pelas “palavras geradoras” que refletem a violência simbólica que oprime estes sujeitos. De facto, o objeto cognoscente é (re)apresentado na “palavra grávida de mundo”, palavra que anseia em dar a luz aos espíritos famintos da sua sabedoria (Freire, 1970; 1992; 1996). O processo pedagógico dá-se, então, nos “círculos de cultura”, lugar onde se dinamiza o conhecimento e a aprendizagem, espaço público de participação e luminosidade onde, parafraseando Enrique Dussel, nos círculos de cultura “a vida é o tema, o meio, o objectivo, a alegria alcançada, em que, portanto, situando-se no “lugar” onde a crítica ética é possível [...] o sujeito se torna origem da própria transformação da realidade” (Dussel, 2000:440). Uma realidade que não é dada, mas, sim, conquistada pela “conscientização”, enquanto processo de inserção crítica do sujeito na sua comunidade relacional, eliminando paulatinamente situações de opressão e sofrimento humano conduzidas pela *conceção bancária de educação*.

A *conceção bancária de educação*, enquanto expressão da pedagogia tradicional, limita-se a transmitir aos formandos narrativas já ideologicamente estruturadas, sendo, por isso mesmo, comunicados e não comunicação, impedindo cada sujeito de narrar a sua própria história de vida. De historicizar-se. De *autobiografar-se*, como interessantemente expressa a fenomenóloga Ernani Maria Fiori, no prefácio à “*Pedagogia do Oprimido*”.

A utopia freireana, como se pode ver, deixa marcas profundas no cenário educativo actual. Se a educação foi sempre utópica desde Platão, Morus, Rousseau, contemporaneamente, deve sê-lo ainda mais. A contemporaneidade pode ser definida como utopia. Na verdade, a contemporaneidade *não se esgota no presente*. Se o presente é condição da contemporaneidade, convém sabermos que *a contemporaneidade é mais do que presente* (Carvalho, 2000). Portanto, já não faz sentido contar somente com as narrativas do presente. É preciso contar com o há-de- vir, ainda que não saibamos o que ele há-de-ser. Um exemplo concreto do que acabamos de afirmar prende-se com as questões de ética ambiental: que futuro para o nosso planeta em termos ecológicos? Como agir perante as várias formas de opressão que vêm assolando o humano? E, para fazer jus, lançamos um repto: que futuro para o pensamento de Paulo Freire no seio desta conjuntura atual?

Ora, permitimo-nos pronunciar que onde haja seres humanos poderá sempre acontecer o fenómeno da opressão e da violência. Mas, por outro lado, permitimo-nos afirmar que onde perdure a opressão haverá sempre a necessidade de re-interpretarmos o pensamento de Paulo Freire: a necessidade primordial de uma educação crítica e voltada para a mudança. Mais felizes ficaríamos se o pensamento de Paulo Freire estivesse ultrapassado (assim como muitos pensam). Na verdade, isto significaria que as várias formas de opressão, bem como os problemas relativos aos direitos humanos e à cidadania estariam diminuindo da face da Terra. Estar ultrapassado significaria isso mesmo: a eliminação desta opressão que, contemporaneamente, vem tomando parte dos vários segmentos da sociedade. Logo, a educação é cada vez mais utópica e esperançosa e o legado de Paulo Freire é cada vez premente.

Referências bibliográficas

Bacelar, M. G. (2001). Violência e educação. In Carvalho, A. Dias de (org.). Filosofia da educação – Temas e problemas. Porto: Afrontamento.

Carlos, E. (2008). Palavravundo. A educação como criação de condições para a leitura e escrita da existência. In Carvalho, A. Dias de (coord). Limiaries críticos da educação contemporânea. Porto: Afrontamento.

Carlos, E. (2012). Alteridade e dialogicidade na pedagogia de Paulo Freire: o lugar da palavra numa pedagogia emancipatória. IRevista Itinerários de Filosofia da Educação, nº 11, IFUP. Porto: Afrontamento.

Dussel, E. (2000). Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão. Petrópolis: Editora Vozes.

Carvalho, A. Dias de (2000). A contemporaneidade como utopia. Porto: Afrontamento.

Freire, P. (2000). A importância do acto de ler. São Paulo: Cortez Editora.

Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (1992). Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P & Faundez, A. (1985). Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1980). Conscientização. Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Editora Moraes.

Freire, P. (1979) Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Freire, P. (1975). Pedagogia do oprimido. Porto: Edições Afrontamento.

CIÊNCIAS SOCIAIS

A RECONSTRUÇÃO DO PODER CATÓLICO COMO O SENTIDO DOS POSICIONAMENTOS PÚBLICOS DO GOVERNO DA DIOCESE PERANTE AS MUDANÇAS POLÍTICAS EM CABO VERDE (1975-2001)

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Universidade de Cabo Verde

adiguido@hotmail.com; adilson.semedo@docente.unicv.edu.cv

Resumo

Este artigo apresenta um dos principais resultados da investigação que procurou compreender como o Governo da Diocese de Cabo Verde se posicionou publicamente quando a administração das ilhas passou para os agentes mais poderosos do processo nacionalista cabo-verdiano em 1975; perante o processo de implementação do regime democrático pluralista; e na circunstância dos processos eleitorais de 2001, destacando que a construção do moderno espaço público cabo-verdiano, encetada quando os partidos políticos emergiram como os exclusivos e principais agentes sócio-transformadores, processo que excluiu as confissões religiosas da esfera das decisões político-administrativas do arquipélago, possibilitou o reforço da autonomia e independência da Igreja Católica de Cabo Verde, de modo que, mesmo tendo convergido em determinadas circunstâncias os seus interesses com alguns interesses políticos, não atualizou nem a aliança sagrada do período colonial nem edificou uma nova.

Palavras-chave: Cabo Verde, Governo da Diocese, religião, política, posicionamento público.

Abstract

This article presents one of the main results of an investigation that aims to understand how the government of the Diocese of Cape Verde has positioned itself publicly when the administration of the islands passed to the most powerful agents of Cape Verdean nationalist process in 1975, before the implementation process of the scheme pluralistic and circumstance of democratic electoral processes in 2001, noting that the construction of modern Cape Verdean public space, initiated when political parties emerged as the socio-exclusive and main agents of change, a process that excluded religious denominations from the main political and administrative decisions sphere, made it possible to strengthen the autonomy and independence of the Catholic Church of Cabo Verde, so that even having converged in certain circumstances their interests with some political interests, not updated or the sacred covenant of the colonial period or built a new one .

Keywords: Cape Verde, Government of the Diocese, religion, politics, public positioning.

Perante a celebração da independência nacional de Cabo Verde, em julho de 1975, o Governo da Diocese de Cabo Verde posicionou-se a favor, de forma explícita, por via da oralidade, sem pronunciamentos escritos, públicos e oficiais, no enquadramento de um processo que descrevemos como «caboverdianização da Igreja local».

Constatamos que na eminência da passagem da administração política aos nacionalistas cabo-verdianos, o Vaticano nacionaliza o Governo da Diocese de Cabo Verde. Em termos factuais e temporais, no dia 21 de abril de 1975, a Santa Sé nomeia o Pe. Paulino Livramento Évora, natural da ilha de Santiago, Cabo Verde, bispo da Diocese de Santiago de Cabo Verde; no dia 01 de junho dá-se a sua sagração episcopal; no dia 22 de junho toma posse da diocese e celebra a sua sagração na catedral da diocese (Vaschetto, 1989). No dia 05 de julho de 1975 representa a Igreja local nas cerimónias da Independência Nacional e celebra no final desse mesmo dia, na catedral, uma missa em honra do evento.

No contexto de implementação da democracia pluralista em Cabo Verde, o Governo da Diocese posicionou-se a favor, de forma explícita, promovendo a democracia como um valor católico, com a particularidade de ter, oficialmente, fornecido orientações sobre as características do partido que deveria merecer o voto católico e enfatizado a desaprovação de partidos cujos princípios ideológicos, os objetivos e os processos preconizados ou a realização histórica para que tendem, são incompatíveis com a conceção cristã do homem.

Este posicionamento tem o pormenor de ter ocorrido tanto ao nível da liturgia, da pastoral como da ação social e de não ter encontrado no corpo ministerial, ao nível das comunicações públicas, vozes dissonantes.

Por último, constatamos que o Governo da Diocese assumiu, de forma explícita e oficial, uma posição favorável perante o que definimos como o simbólico processo eleitoral de 2001, traduzido no apelo à «participação cívica dos cidadãos», com a singularidade de ter-se pronunciado sobre a manipulação política do fator religioso e não sobre as características político/partidárias adequadas à administração política de Cabo Verde. Nesse momento, o posicionamento do governo da Diocese não se apresenta como um processo, mas essencialmente como um acontecimento possibilitado por irritações originárias do seu ambiente.

Depois de considerarmos a autoreferencialidade dos posicionamentos do Governo da Diocese perante as mudanças políticas que selecionamos como uma dimensão analítica dos dados recolhidos e de adoptarmos a conceptualização de poder como “uma oportunidade de aumentar a probabilidade de ocorrência de contextos seletivos improváveis” (Luhmann, 1985, p. 11), pudemos inferir que os referidos posicionamentos, mais do que reflexos, ou adaptações ao ambiente, traduzem a construção das possibilidades de ocorrência de eventos religiosos improváveis, num contexto em que eles não são evidentes ou implicitamente tomados como evidentes, ou seja, traduzem a reconstrução do poder religioso mediante a reestruturação da realidade social. Ora vejamos:

A data de 5 de julho de 1975 é, também, uma data relevante no que tange ao reforço da inclusão de Cabo Verde na sociedade moderna, quando esta é entendida sociedade estruturalmente organizada sob a primazia do critério da diferenciação funcional (Luhmann, 2007b). Pela via política, com a constituição do Estado cabo-verdiano, portanto, pela diferenciação do subsistema político, a inclusão desta região na sociedade mundial deixou de ser balizada por Portugal.

Entretanto, notamos que este processo foi marcado pela diferenciação do subsistema político do subsistema religioso e pela relativa desdiferenciação em relação a outros subsistemas de função, como a educação, a economia, a ciência, os meios de comunicação ou a saúde, por exemplo, quando o âmbito político reclamou para si a organização das condições operacionais e de autonomia destes âmbitos operativos de função.

Com isso, à semelhança do que já ocorria no regime político colonial, o subsistema político manteve o princípio da substituição do subsistema religioso em alguns âmbitos, nos quais, nas sociedades pré-modernas, este cumpria uma função, como a garantia de validade das normas, fundamentação da autoridade política, fundamentação do saber, por exemplo. Mas, a partir de uma nova conceptualização do imaginário de nação, o subsistema político fechou as possibilidades de acoplamento com o subsistema religioso católico, nos moldes operacionalizados no contexto do Estado Novo.

Atestamos que o subsistema religioso católico no arquipélago beneficiou

dos efeitos desta diferenciação. Esta fez com que a sua comunicação fosse visível como um modo de operação específico e isto não somente na situação, mas também sobre a base de fronteiras sistémicas duradouras. Todavia, por outro lado, os primeiros anos após a independência nacional foram anos de reestruturações, em que a compatibilização da Igreja local com as demandas nacionalistas emergiu como uma prova de fogo para as autoridades eclesiásticas. A crítica nacionalista ao colonialismo não podia deixar de lado a crítica ao catolicismo que era, parafraseando Marx, tido como o guardião moral, a consciência invertida do mundo invertido que era a ordem colonial.

No entanto, ao abrigo dos efeitos da diferenciação funcional, enquanto forma de organização da vida social no arquipélago, ficou patente, em 1975, a não erradicação do subsistema religioso, particularmente do católico, mesmo que se considerasse que as organizações e as estruturas que operacionalizavam a partir deste subsistema haviam pervertido o sentido da sua missão.

Pelo contrário, a partir de 1975, passou a ser reivindicado, não exclusivamente por vozes políticas, a redescoberta deste sentido de missão em compatibilidade com a perspetiva do subsistema político sobre este assunto.

Assim, posicionando-se da forma como se posicionou entre 1974/75, a Igreja local apareceu, aquando de 5 de julho de 1975, comprometida com o passado criticado, mas não comprometida perante a dinâmica política que culminou com o reconhecimento da autonomia política

da nação cabo-verdiana. Se o bispo goês lembrou, na sua despedida, que Cabo Verde estava na Igreja, podemos dizer que, na data supra indicada, ficou assente a primeira conquista da Igreja de Cabo Verde. Havia-se garantido que a Igreja Católica permanecia em Cabo Verde, o que vale dizer que, neste contexto territorial, as cautelas assumidas na encíclica *Fidei Donum* foram atendidas.

Outras conquistas adviriam de outros efeitos da diferenciação funcional. Estes provocam problemas derivados a grande escala que não são elaborados adequadamente nos sistemas funcionais e que em certa medida persistem como sobrantes (Luhmann, 2007a). Outorgando-se o título de centro da vida social em Cabo Verde, assumindo uma postura desdiferenciada em relação a determinados âmbitos de funções sociais, o subsistema político foi sendo obrigado a gerir as deceções de expectativas que gerou, à medida que crescia a sua intromissão em âmbitos de funções que reclamam autonomia e que não operam a partir do *medium* poder.

Por exemplo, a questão da unidade Guiné-Cabo Verde demonstrou que o meio de comunicação simbolicamente generalizado do subsistema político era insuficiente para resolver os imbróglis identitários que tal proposta suscita. Ainda, é exemplificativo que a planificação estatal da economia não conduziu, de forma direta, ao desenvolvimento e à dignificação do homem cabo-verdiano, propósitos e valores sobre os quais erigia o regime de partido único a sua legitimidade.

Ainda, se considerarmos que, durante a I República, a inclusão das

pessoas nos subsistemas funcionais era condicionada de forma apertada pelo crivo partidário/estatal, (tomemos como ilustração que a formação dos quadros superiores da administração política passava pelo processo de seleção política que era a atribuição das bolsas de estudo), pode-se constatar que, definindo-se como um veículo promotor da igualdade e da liberdade, o Partido/Estado gerou deceções de expectativas quando determinou que o acesso à igualdade e à liberdade estaria submetido à compatibilização com as suas determinações programáticas, paradoxalmente, em defesa da igualdade e da liberdade.

Deste modo, assumindo-se como o «cérebro social» (Durkheim, 1950), como o órgão central da vida coletiva e o órgão do pensamento social, o Partido/Estado viu-se na contingência de reforçar continuamente o trabalho ideológico à medida que ia reconhecendo a autonomização dos outros âmbitos funcionais, particularmente o jurídico e o económico, como desafios incontornáveis.

Por outro lado, se aceitarmos que uma das funções parciais do subsistema religioso é a absorção da deceção de expectativa (cf. Luhmann, 2009b, pp. 124-128), que os sistemas religiosos podem converter-se em centros de cristalização de interesses institucionalizados de relativo longo prazo e que os desenvolvimentos institucionais em outras áreas podem apoiar-se nestes interesses (idem, p. 165), torna-se compreensível como foi possível que esta estrutura religiosa, a Igreja particular de Cabo Verde, se tenha rodeado do que se designou de “auréola tribunícia” (Koudawo, 2001, p. 124).

Como ocorre com as diferenciações sistêmicas, as posições dos observadores codiferenciam-se e, a partir de cada sistema, vê-se outra coisa distinta do ambiente (Luhmann, 2007a). Incapaz de impossibilitar os efeitos da diferenciação funcional, o subsistema político assiste ao aquartelamento de observadores de segunda ordem no círculo católico, numa confluência de interesses que atinge o seu amago em 1991, com a derradeira diferenciação do subsistema político no arquipélago.

Se a diferenciação funcional e as vantagens que oferece a religião se relativizam sobre os regimes orientados de maneira nacionalista e sobretudo em regime de partido único, que deixam nas mãos do partido a definição das únicas opiniões válidas (idem), o caso cabo-verdiano evidencia que, quando foram crescendo os problemas sobrantes, o sistema de função religiosa, particularmente o subsistema católico, foi encontrando espaços que lhe possibilitaram sair do mero âmbito de defesa da fé, passando a ser o porta-voz no arquipélago, do policentrismo da sociedade moderna, reclamando a pluralidade das “diferenciadas arenas de sentido” (King & Thornhill, 2003, p. 96).

Correlativo a este considerando, é outro aspeto demarcável a constatação de que, em 1975, se reforçou a autonomia dos modos de seleção de sentido comunicativo e se reforçaram as fórmulas de contingência, desde o início desligadas da religião, como por exemplo, o bem comum para a política, a escassez para a economia, a normatividade para o direito, em separado da fórmula de contingência Deus.

Contudo, percebemos que apesar deste sucesso evolutivo, o catolicismo, cuja função, enquanto religião, é a de viabilizar a comunicação do indeterminável a partir do determinado, não deixou de relacionar Deus com o seu ambiente. Por exemplo, através da *Cáritas* cabo-verdiana, Deus era interligado com a satisfação de necessidades e, a partir da liberdade religiosa, a religião reclamou perante a política e o direito um âmbito para a crença em Deus.

De forma recorrente, as estruturas religiosas exploraram, nos acoplamentos com estruturas que operam segundo outras formulações sistêmicas, uma das características do seu ambiente, ou seja, as interpenetrações dos sistemas psíquicos com o subsistema religioso cristão: a tradicional adesão da maioria da população ao cristianismo.

As pesquisas bibliográficas e documentais mostraram-nos que na condição de principal agente sócio-transformador, mas consciente das suas incertezas e fragilidades e das tradicionais e contemporâneas da sociedade que supostamente dirigia, o Partido/Estado PAIGC/CV viu-se na eventualidade de moldar a sua atuação em função da realidade. Divisamos que a laicidade do regime assumiu essas limitações que a configuraram como uma «laicidade útil» aos interesses das instituições envolvidas, em que foi consensual a instrumentalização do diálogo público como forma de resolução das divergências e em que lógicas e perspetivas diferenciadas buscaram pontos de convergência – sem construir parcerias –, dado que o conflito explícito não se afigurava vantajoso a nenhuma das partes.

Por exemplo, a conexão da maioria da população com o catolicismo serviu como um desses pontos de convergência.

A intensidade dos acoplamentos religiosos/políticos da I República ficou evidenciada ao longo da dinâmica que conduziria à implementação do regime democrático pluralista em 1991. Na iminência da implementação de um regime político que teria como principal tarefa o reconhecimento, a salvaguarda e a promoção da compatibilização da vida social em Cabo Verde com as estruturas da sociedade moderna, enquanto sociedade essencialmente policêntrica, que pressupõe o pluralismo nas suas próprias condições possibilitadoras (King & Thornhill, 2003, p. 96), e que encontra na democrática relação entre os sistemas de funções uma das suas características centrais (idem, p. 110), a superação do viés nacionalista foi assegurada na reprovação do partido conotado com o regime de partido único, opinião que permitiu o acoplamento dos interesses de uma outra determinada estrutura política com os das estruturas religiosas católicas.

No entanto, este reparo, que deriva da nossa investigação, não sustenta cientificamente que a posição do Governo da Diocese responde linearmente pela vitória do Movimento para a Democracia (MpD) e pela derrota do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e do Presidente Aristides Pereira nas eleições de janeiro e fevereiro de 1991. No limite, as constatações aqui apresentadas podem constituir um ponto de partida para uma investigação que se debruce sobre esta questão.

A reestruturação da realidade social, no sentido da inserção de Cabo Verde na sociedade mundial, passou pela convergência de interesses que conduziu ao surgimento de uma nova modalidade performativa da religião em relação à política. Esta, porém, manteve distante a possibilidade de uma «sagrada aliança», expressada na união da religião católica com o campo político, no sentido de aí defender e prosseguir as suas causas e os seus interesses (religiosos, sociais e políticos), e na união do campo político com a religião católica no sentido de, com ela e por ela, apresentar-se como um espaço social sagrado, retirando, sobretudo, efeitos de dominação simbólica permitidos por essa aliança (Borralho, 2013).

Despontando a democracia como o reconhecimento da diferenciação sistémica do subsistema político, mas também como o reconhecimento do pluralismo na sociedade, no qual nenhum sistema pode assumir total autoridade sobre toda a sociedade, ou sobre uma específica arena de operação na sociedade (King & Thornhill, 2003), o poder católico evidenciado em 1990/91 constituía um desafio para o âmbito político, para o diversificado âmbito religioso e, internamente, para o círculo católico, enquanto uma específica arena de operação religiosa.

Ou seja, a consolidação da democracia, a razão do envolvimento da hierarquia católica local na dinâmica desencadeada em 1990/91, quer a partir de uma determinação lógica interna, quer a partir de outras vozes religiosas e/ou políticas, exigiu que este círculo limitasse o poder manifestado e não se erigisse como um centro hegemónico.

Que o Governo da Diocese estivesse atento ao enraizamento do regime democrático pluralista ficou evidenciado nas suas observações sobre a carta constitucional e sobre os novos símbolos nacionais. Que o poder católico constituía um desafio ao pluralismo ficou patente nas observações acerca da questão da interrupção da gravidez, quando se elevou a Igreja local à categoria de guardiã de uma específica moral, que reclamava a sua hegemonia, alegando estar conectada com as convicções religiosas e morais da maioria da população e ser depositária dos princípios decorrentes da única mensagem capaz de fundamentar a dignidade humana e motivar um género de convivência que tivesse como ponto de referência fulcral a busca, na verdade e na justiça, do bem comum.

Quando se confirma que o peso da variável religiosa não era mobilizável apenas em períodos de mudanças estruturais, mas também no contexto da mera alternância política/partidária, aspeto que fica vincado nas eleições legislativas de 1995, extrema-se, nas confrontações políticas, a tematização da destruição de estruturas materiais da Igreja local, situação que irritou a hierarquia da Igreja, obrigando-a a posicionar-se, inicialmente, como uma estrutura/cabeça de um corpo, e, posteriormente, como uma estrutura solitária.

Esta evolução é interdependente à constatação que o subsistema católico estava frouxamente interpenetrado com as consciências individuais descritas como católicas, situação que, no nosso entender, deve ter tornado imperativo a problematização dos limites e da eficácia da evangelização

desenvolvida. Mas, nesta direção, apenas ficou evidenciado que, em 2001, o Governo da Diocese defendeu a total diferenciação do religioso em relação ao político, renegando qualquer centralidade do catolicismo em outros âmbitos autónomos.

As profanações puseram a nu que, se o Governo da Diocese orientava as suas intervenções sociais para o bem do que era tido como o «povo de Deus», uma parte constituinte deste povo não acusou o mesmo interesse na proteção da Igreja local e das suas estruturas materiais. O significado do catolicismo, como a confissão religiosa da maioria da população, precisava ser redescoberto mediante um trabalho reflexivo autorreferente.

Assim, como um dos principais lugares de chegada do projeto de investigação *Religião e Política em Cabo Verde: Os Posicionamentos Públicos do Governo da Diocese perante as Mudanças Políticas (1975/2001)* (cf. Carvalho Semedo, 2014) propomos que os posicionamentos públicos estudados, mais do que cumprimento da função religiosa, ou manifestação da relação da religião com outros sistemas de funções da sociedade, exteriorizam a edificação da compatibilidade estrutural de um específico subsistema religioso com as dinâmicas do seu ambiente. Portanto, uma relação reflexiva que possibilitou, perante quadros de circunstâncias diferenciadas, a reconstrução de oportunidades de aumentar a probabilidade de ocorrência de contextos seletivos católicos improváveis.

Referências bibliográficas

Borrvalho, Álvaro (2013). *A Sagrada Aliança: Campo Religioso e Campo Político nos Açores, 1974-1996*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Carvalho Semedo (2014). *Religião e Política em Cabo Verde: Os Posicionamentos Públicos do Governo da Diocese perante as Mudanças Políticas (1975/2001)*. Tese de doutoramento não-publicada, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Durkheim, Émile (1950). *Leçons de Sociologie: physique des mœurs et du droit*. Paris: Presses Universitaires de France.

King, Michael & Thornhill, Chris (2003). *Niklas Luhmann's Theory of Politics and Law*. [New York]: Palgrave Macmillan.

Koudawo, Fafali (2001). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Luhmann, Niklas (1985). *Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Luhmann, Niklas (2007a). *La religión de la sociedad*. Madrid: Editorial Trotta.

Luhmann, Niklas (2007b). *La sociedad de la sociedad*. México: Herder; México: Universidad Iberoamericana.

Luhmann, Niklas (2009). *La Dogmática Religiosa y la Evolución de las Sociedades*. In Luhmann, Niklas, *Sociología de la religión* (pp. 75-194). México: Herder; México: Universidad Iberoamericana.

Vaschetto, Bernardo (1987). *Ilhas de Cabo Verde: Origem do povo caboverdiano e da diocese de Santiago de Cabo Verde*. Boston: Edição Farol.

DIREITO À CIDADE E DIREITO À HABITAÇÃO, VULNERABILIDADE SOCIAL E VIOLÊNCIA URBANA. CASO DE ESTUDO: CIDADE DA PRAIA – CABO VERDE

Ana Mafalda Rodrigues

Universidade de Coimbra

amafaldacristo@ces.uc.pt; amcristo@gmail.com

Resumo

Governar democraticamente as cidades, de modo a que a gestão e as políticas públicas resultem no respeito pelos direitos humanos, na eliminação das desigualdades sociais e das práticas de discriminação e segregação social, oferecendo uma vida condigna, é um dos maiores desafios do séc. XXI. Compreendendo o Direito à Cidade e Direito à Habitação, este estudo pretende dar a entender a relevância da análise da vulnerabilidade social e da violência urbana à escala municipal, como uma necessidade instrumental para fundamentar opções de modelos, instrumentos e políticas públicas de habitação de interesse social, em contexto de regeneração dos assentamentos de génese informal, no âmbito da prevenção, redução ou mitigação do risco, tendo como caso de estudo a cidade da Praia.

Palavras-chave: Direito à Cidade, Direito à Habitação, Vulnerabilidade Social, Habitação de Interesse Social (HIS), Cidade da Praia.

Abstract

Democratically governing cities, so that the management and public policies result in respect for human rights, the elimination of social inequalities and practices of discrimination and social segregation, providing a decent life, is one of the greatest challenges of the century. XXI. Bearing in mind the comprehension of the right to the city and housing, this essay aims to provide an insight into the relevance of the analysis of the social vulnerability and urban violence at a municipal scale. This analysis, which is based on the study of Praia city, the capital of Cape Verde, is a key necessity when it comes to supporting the choice of models, instruments and HIS public policies regarding the regeneration of the foundations of informal genesis in the area of prevention and risk reduction or mitigation.

Key words: right to the city, right to housing, social vulnerability, social interest housing, Praia

I. Notas prévias

De acordo com o *Revision of World Urbanization Prospects* (ONU, 2007), estimava-se que metade da população mundial viveria em zonas urbanas até ao final de 2008, bem como que a população urbana deveria duplicar de 2007 até 2050, passando de 3,1 mil milhões para 6,4 mil milhões. Segundo o Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas, existe cerca de um bilhão de pessoas no mundo inteiro a viver em habitações inadequadas, milhões de pessoas em todo o mundo vivem em risco de vida ou saúde, em favelas superlotadas e assentamentos informais, ou em outras condições indignas. Por ano, milhões de pessoas são desalojadas à força, ou permanecem sob ameaça de despejo das suas casas. (OHCHR, 2009)

Governar democraticamente as cidades, de modo a que a gestão e as políticas públicas resultem no respeito pelos direitos humanos, na eliminação das desigualdades sociais e das práticas de discriminação e segregação social, oferecendo uma vida condigna, é um dos maiores desafios do séc. XXI. Compreendendo o Direito à Cidade e Direito à Habitação, é importante entender a relevância da análise da vulnerabilidade social e da violência urbana à escala municipal, como uma necessidade instrumental para fundamentar opções de modelos, instrumentos e políticas públicas de habitação de interesse social, em contexto de regeneração dos assentamentos de génese informal, no âmbito da prevenção, redução ou mitigação do risco.

2. Vulnerabilidade social e violência urbana: cidade da Praia - Cabo Verde

Após a Independência, a cidade da Praia atraiu grande parte da população

do país. O crescimento demográfico, acentuado pelo êxodo rural, migrações de outras ilhas e, recentemente, pela imigração proveniente da África Ocidental, deu origem a um crescimento urbano caótico, enorme deficiência no planeamento e na gestão racional do solo, favorecendo o crescimento de construções clandestinas, num ambiente de grande défice de habitação, (sobretudo, para as camadas mais pobres e de baixo rendimento) e forte pressão sobre as infra-estruturas básicas de água, energia e saneamento. Como resultado desse processo, de acordo com os últimos dados estatísticos (Censo 2010), cerca de 96,6% da população do concelho da Praia (127.832 habitantes) é urbana.

Por conseguinte, as áreas ocupadas ilegalmente são expressões diretas da ausência de políticas urbanas, onde se incluem as de habitação de interesse social, que impedissem a formação de áreas urbanas irregulares e ilegais. Os assentamentos informais constituem um fenómeno urbanístico com uma grande expressão em Cabo Verde, nomeadamente na capital, onde atinge proporções significativas, pois cerca de 57% da área da cidade é ocupada por construções clandestinas, de acordo com o Relatório de Caracterização e Diagnóstico do anteprojeto do Plano Director Municipal da Praia. (CMP, 2014) O Direito à Habitação condigna, reconhecido como um direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), aparece consagrado na Constituição da República de Cabo Verde, no seu Artigo 71º, estabelecendo que para garantir o direito à habitação, incumbe aos poderes públicos promover a criação de condições económicas, jurídicas institucionais e infraestruturais adequadas, inseridas no quadro de uma

política de ordenamento do território e do urbanismo, assim como fomentar e incentivar a iniciativa privada na produção de habitação e garantir a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico.

As políticas habitacionais realmente preocupadas em solucionar o alarmante problema são recentes, sendo as propostas já implementadas, ainda insuficientes e ineficazes devido a diversos fatores políticos, sociais, económicos e culturais. Podemos falar da vulnerabilidade social das populações e violência urbana associada à ausência de políticas públicas que deem corpo ao Direito à Cidade e Direito à Habitação. De acordo com os dados do estudo, financiado pela ONU, na cidade da Praia, a distribuição dos equipamentos colectivos de segurança de ordem pública está circunscrita a cinco

bairros para cobrir mais de trinta bairros, alguns dos quais apresentam grande insegurança. (MAHOT, 2011)

Na cidade da Praia, o rácio médio é 1 policial para cada 403 habitantes quando a recomendação das Nações Unidas é de 1 para cada 250 habitantes. Esta realidade acrescida de um desenho urbano irregular de ruas (quando existentes) e um excessivo número de becos (passagens pedonais estreitas), e de estreitas e densas habitações, facilita a desordem pública e a violência. (MAHOT, 2011)

A insegurança pública e violência urbana são, assim, facilitadas pela estrutura física dos bairros, a precariedade em termos de iluminação pública aliada a existência de bloqueios que resultam da ocupação desordenada do espaço urbano, que dificulta, por seu lado, uma intervenção rápida das instituições de segurança.

Quadro I. Estatísticas Criminais, segundo o tipo e o bairro, 2008

ANO 2008	CIDADE DA PRAIA																			
	TOTAL	PLATEAU	BAIRROS																	
			PAIOL / CASTELÃO	ACHADA GRANDE	ACHADINHA	EUGÉNIO LIMA	VILA NOVA	SAFENDE	FAZENDA	CALABACEIRA	PONTA D'ÁGUA	SÃO FILIPE	LÉM CACHORRO	PENSAMENTO	ASA KELEM	ASA MEIO	TERA BRANCA	PALMAREJO	TIRA CHAPÉU	VÁRZEA
Homicídio	16		1	2	3			1	1			3	1			1		3		
Crimes Sexuais	20		2	4			1		2	3	1				2	1	4			
Maus-tratos a mulher	127		10	7	6	5	7	10	3	8	10	4	4	7	6	3	5	10	14	8
Agressão física	1236	34	59	88	87	69	51	37	51	61	99	41	20	63	137	56	46	72	62	67
Posse ilegal de arma de fogo	52	1	1	3	2	1	1	4			3			2	8	3	7	5	5	6
Tráfico de droga	7		1		2	1														3
TOTAL	1458	35	110	98	101	77	63	51	55	70	115	48	24	76	152	62	60	89	85	87
Furto	1885	55	83	124	230	145	77	55	98	57	89	49	45	76	196	59	72	179	115	81
Roubo	1274	46	81	49	212	60	31	32	136	38	40	16	20	24	136	49	61	103	87	53
Uso de veículo	460	31	14	17	41	11	13	4	65	4	18	15	8	7	47	29	37	70	13	16
TOTAL	3619	132	178	190	483	216	121	91	299	99	147	80	73	107	379	137	170	352	215	150
TOTAL GERAL	5077	167	288	280	584	293	184	142	354	169	262	128	97	183	531	199	230	441	300	237

Fonte: MAHOT, 2011

Quadro 2. Estatísticas Criminais, segundo o tipo, 2009

ANO 2009	CIDADE DA PRAIA																			
	TOTAL	PLATEAU	BAIRROS																	
			PAIOL / CASTELÃO	ACHADA GRANDE	ACHADINHA	EUGÉNIO LIMA	VILA NOVA	SAFENDE	FAZENDA	CALABACEIRA	PONTA D'ÁGUA	SÃO FILIPE	LÉMI CACHORRO	PENSAMENTO	ASA KELEM	ASA MEIO	TERA-BRANCA	PALMAREJO	TIRA-CHAPÉU	VÁRZEA
Homicídio	17		1		4	1	1	1				2	1		2	1			3	
Crimes Sexuais	18				2	3				3		1	1	2	1			2	2	2
Maus-tratos a mulher	174		14	9	4	15	2	5		8	12	12	2	10	22	3	11	19	13	13
Agressão física	1351	31	116	69	89	66	49	70	41	62	88	44	33	66	172	33	39	101	117	65
Posse ilegal de arma de fogo	14	2	1		1	3		2			1		1		1				1	1
Tráfico de droga	3				2				1											
TOTAL	1577	33	132	78	98	89	55	78	42	72	103	58	37	80	197	36	50	122	136	81
Furto	2070	44	118	129	179	173	84	97	95	68	111	45	55	60	245	33	58	196	161	119
Roubo	1313	64	61	54	120	57	45	39	127	32	38	21	21	29	169	55	61	152	94	73
Uso de veículo	571	48	19	22	33	26	18	11	70	12	21	20	9	12	67	18	41	88	19	17
TOTAL	3954	156	198	205	332	256	148	147	292	112	170	86	85	101	481	106	160	436	274	209
TOTAL GERAL	5531	189	330	283	430	345	203	225	334	184	273	144	122	181	678	142	210	558	410	290

Fonte: MAHOT, 2011

Os dados criminais do estudo indicam que os Bairros com maior violência na Cidade da Praia são de Achadinha, ASA Kélem, Palmarejo, Tira Chapéu, Fazenda, Paiol/Castelão, Eugénio Lima, Várzea, todos com registos de mais ou menos um crime grave por dia.

Na cidade da Praia, os bairros onde residem as populações mais pobres “são os menos ou mais deficientemente infraestruturados, com menos equipamentos económicos, culturais e de recreação, onde o desemprego é maior, os rendimentos são mais baixos e também os problemas sociais tendem a ser mais importantes”. (MAHOT, 2011:40).

Na linha do pensamento de Pedrazzini, parece-nos assim, que quem mais sofre com a violência na

cidade da Praia “são os moradores de bairros mais pobres considerados como produtores da violência humana, segundo a crença de que a miséria torna o homem violento são, em realidade, suas maiores vítimas”. (Pedrazzini, 2006:19)

Segundo os dados estatísticos do Censo 2000, cerca de 67,7% dos agregados familiares habitavam em casa individual, 22% em parte de uma casa, e 9% em apartamentos. Apenas 0,4% dos agregados familiares habitavam em barracas, e 0,8% em vivendas. Considerando que as barracas e parte de casa não são consideradas habitações apropriadas visto que não dispõem das condições necessárias de uma habitação condigna, estes dados estatísticos (Censo 2000) denotavam uma precaridade em termos habitacionais que afecta 22,4% dos agregados familiares.

Esquema I. Tipo de alojamento e nível de conforto na Cidade da Praia

32.967 ALOJAMENTOS	NÍVEL DE CONFORTO
51% - APARTAMENTOS	8,5% - MUITO BAIXO
48,3% - MORADIAS	32,5% - BAIXO
0,6% - BARRACAS	34% - MÉDIO
	16,6% - ALTO
	7,9% - MUITO ALTO

Fonte: INE, Censo 2010

Os dados estatísticos mais recentes (Censo 2010) apontam para a existência de 32.967 alojamentos na cidade da Praia, dos quais 41% apresentam níveis de conforto baixo e muito baixo.

Segundo Furtado (2008), na distribuição espacial das populações da cidade da Praia, os migrantes do interior e os imigrantes da costa africana, constituem a maioria da população dos bairros periféricos, de origem informal. Na sua maioria, as condições de habitabilidade dos espaços que habitam são precárias: o número de divisões é insuficiente; as condições higiénicas muito débeis; e o acesso à água domiciliária e à rede pública de esgoto muito raro. Por conseguinte, entende-se que a melhoria do modo como os espaços são geridos, produzidos e apropriados pode consistir num importante instrumento de mitigação da vulnerabilidade social e da violência urbana.

Parece que o incremento da implementação do Direito à Cidade e Direito à Habitação adequada em Cabo Verde passará pela atualização dos dados referentes à avaliação da vulnerabilidade social e pobreza urbana, mas também por avaliar as

políticas de Habitação de Interesse Social e sua articulação com as políticas urbanas em processos de regeneração urbana, e seu enquadramento internacional, e avaliar a função da habitação e estratégias habitacionais na requalificação e estruturação do território, bem como nos planos territoriais e instrumentos de mitigação de riscos.

3. O direito à cidade e à habitação adequada

Como demonstram as estatísticas internacionais, o crescimento populacional, a migração para as áreas urbanas, a ausência de posse de terra e os recursos financeiros insuficientes resultam no aumento dos sem-abrigo e de habitações inadequadas. Reconhecidos internacionalmente, o Direito à Cidade, o Direito à Habitação adequada e demais direitos humanos, os Estados têm o dever de criar leis e promover políticas públicas na área habitacional de forma a incrementar o acesso à habitação, sobretudo para as camadas mais desfavorecidas da população. A realização destes direitos tem o contributo de outros atores, como sejam a sociedade civil, agências multilaterais, instituições financeiras, construtoras, etc.

O Direito à Cidade concebido como o direito à cidadania em 1992 e consagrado na Carta Mundial do Direito à Cidade, de 2001, como “um direito colectivo de todas as pessoas que moram na cidade, ao seu usufruto equitativo dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social”, constitui uma resposta às desigualdades sociais criadas em contexto urbano, que se manifestam nas dualidades: cidade dos ricos/

cidade dos pobres; cidade legal/cidade ilegal; exclusão social de uma cidade determinada pela lógica da segregação espacial; mercantilização do solo urbano e valorização imobiliária; apropriação privada dos investimentos públicos em habitação, transportes públicos, equipamentos urbanos e na generalidade dos serviços públicos.

Para proteger e fazer cumprir adequadamente o Direito à Cidade, são necessárias a inclusão jurídica de princípios, regras e instrumentos destinados ao reconhecimento e à institucionalização de direitos para as pessoas que moram nas cidades, assim como atribuir competências ao Poder Público – particularmente ao municipal – para aplicar instrumentos que consigam cumprir com a função social da propriedade urbana, assim como a promoção de políticas públicas destinadas a tornar efectivo esse direito e os direitos com ele associados e interrelacionados.

Parece claro que o Direito à Cidade deve ser incorporado nas diferentes atividades que o governo desenvolve, bem como nas políticas públicas. Desta forma, para que o Direito à Cidade se concretize, deve-se trabalhar em vários aspectos: (1) normas jurídicas; (2) organismos de governo; a designação de instituições e entidades de governo, responsáveis pelo desenvolvimento das actividades e pelo cumprimento dos direitos humanos; (3) orçamentos públicos.

As políticas públicas têm grande impacto na vida dos habitantes das cidades, cada vez mais precárias, segregadoras e ausentes de condições dignas de vida para as maiorias pobres. Por conseguinte, um aspeto muito importante será sempre o

investimento na consciencialização, no saber de persuadir e convencer, tanto os cidadãos quanto os governos a respeito da importância de incorporar e garantir o Direito à Cidade, dentro das políticas públicas aplicadas.

O contexto social, cultural e político local deve ser tido em consideração na procura dos mecanismos apropriados que levem a alcançar os objetivos da Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Destes mecanismos de alcance, fará parte a inclusão de instrumentos específicos dentro das políticas públicas aplicadas pelos governos.

Os governos centrais e locais devem assumir como compromissos elaborar e promover marcos institucionais que consagrem o Direito à Cidade e construir plataformas associativas, com ampla participação da sociedade civil, para promover a sustentabilidade do desenvolvimento nas cidades. Aos organismos internacionais caberá empreender todos os esforços para sensibilizar, estimular e apoiar os governos para assumirem os compromissos da Carta Mundial do Direito à Cidade e monitorizar e promover a aplicação dos pactos de direitos humanos e outros instrumentos internacionais que contribuam para a realização do Direito à Cidade.

É expectável que o Direito à Cidade conduza as políticas urbanas no sentido da construção de uma cidade inclusiva, compartilhada, digna, equitativa, justa, pacífica, solidária e cidadã. Os instrumentos necessários para a realização do Direito à Cidade podem dividir-se em categorias de: participação, planeamento, tributários, compulsórios ou de intervenção, provisão de solo e

reconhecimento da habitação social. Como alguns destes instrumentos capazes de contribuir para o garante do Direito à Cidade, podemos apontar os planos municipais – Planos Diretores, Planos de Urbanização e Planos de Detalhe – e os demais instrumentos do ordenamento territorial. Este processo de planeamento/projeção da cidade deve ser participativo, de modo que fique garantida a inclusão das necessidades das populações mais desfavorecidas, nas projeções de uso do solo, tanto na cidade real já existente, quanto na cidade a ser planeada.

A regularização como processo a implementar nas áreas da cidade que surgiram e cresceram informalmente e fora dos processos legais de planeamento, é outro dos instrumentos a ser considerado. Este processo compreende dois componentes: 1) legalização de títulos de propriedade a favor dos ocupantes para garantir a segurança jurídica da posse; 2) reconhecimento urbanístico das construções existentes assim como a sua incorporação dentro dos planos oficiais.

Outra das prioridades da intervenção pública compreende os processos de regeneração urbana, com vista à melhoria do tecido urbano, provisionando a abertura de vias, redes de serviços públicos, etc.

As estatísticas provam a dificuldade que os governos têm em garantir aos seus cidadãos o acesso à habitação, sendo frequente ouvi-los alegarem falta de capacidade e recursos para implementar programas e empreender as reformas necessárias à criação das condições para o alargamento do acesso à habitação. Mas mais ainda que o Direito à Cidade, o Direito à Habitação

adequada levanta questões complexas sobre até onde deve ir esta obrigação governamental no cumprimento deste direito humano básico dos cidadãos. Ainda que a habitação seja considerada uma necessidade humana básica não é impositivo que os governos devam proporcionar a todo o seu cidadão terra, quatro paredes e um teto. Parece que interessa antes pensar no que os governos, não se demitindo da sua quota de responsabilidade, devem fazer para apoiar os cidadãos a exercerem os seus direitos e obterem uma habitação.

O Direito à Habitação constitui um direito que assiste todas as pessoas a adquirir e sustentar uma casa numa comunidade segura onde possam viver condignamente e em segurança, independentemente do género ou idade, de raça, de cor, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de condição económica, etc. Embora o modo de atuação de qualquer governo seja intrínseco aos inúmeros fatores económicos, culturais e sociais do seu país, entende-se que o incremento do acesso à educação ou ao mercado de trabalho podem ser considerados como estratégia e medidas complementares a serem tomadas pelos Estados para assegurar o direito à habitação visto que a realização desses direitos, por norma, proporcionam meios conducentes a um mais fácil acesso à habitação.

Difícilmente os Estados se podem demitir da necessidade de providenciar habitação social, pois, não obstante o sucesso das medidas complementares, existirão sempre cidadãos cuja incapacitação os limita e impossibilita de reunirem condições para acederem à habitação. Nestas situações, os governos são obrigados a facilitar

o acesso à habitação, por meio da construção de unidades. Não obstante as políticas e planos de Habitação existentes, e subsequentes programas, os Estados podem considerar como instrumentos capazes de contribuir para o garante do Direito à Habitação adequada, a criação de zonas especiais de interesse social e zonas culturais, bem como a concessão de uso especial para habitação social.

Uma intervenção habitacional corresponde sempre a uma intervenção urbanística, em que se associa a resolução do problema habitacional à melhoria dos contextos urbanos e paisagísticos pré-existentes. O desenho urbano dos conjuntos habitacionais assume, assim, um papel relevante, como meio para a mitigação de riscos, integração e coesão territorial e social, e infraestruturação.

Num cenário marcado pela instabilidade económica e pela insuficiência/ineficácia das políticas públicas na resolução do problema habitacional, urge repensar a política de habitação de interesse social e

modelos de intervenção, criando estratégias e instrumentos de mitigação dos riscos.

No contexto presente, o conceito de processo evolutivo aplicado à habitação e urbanização, reconhecido na conferência da ONU “Habitat II” (Istambul, 1996), onde se abordou o tema do direito progressivo à habitação adequada para todos e ao desenvolvimento sustentado e eficiente na reabilitação de áreas degeneradas, parece ser um conceito possível de implementar em prol do acesso à habitação e do planeamento urbano mais democráticos, coesos, integrados e sustentáveis.

Independentemente das circunstâncias, os governos devem funcionar como sistemas justos e estáveis através dos quais os seus cidadãos podem alcançar a satisfação dos seus direitos. E não podem omitir a obrigação de proporcionar os meios para a realização do direito a um nível de vida condigno, ao qual os seus cidadãos podem aceder livremente.

Referências bibliográficas

Cabo Verde. Constituição da República (1995). Praia, Assembleia Nacional. [<http://www.wipo.int/wipolex/en/details.jsp?id=6160>], Consultado em 09/09/2013.

CMP (2014), Anteprojecto do Plano Director Municipal da Praia, 3ª versão, Praia.

Carta Mundial Pelo Direito à Cidade. In V Fórum Social Mundial, 2005, Porto Alegre. [<http://www.unhabitat.org/>], Consultado em 10/09/2013.

Chueca, Eva Garcia (2009), Os governos locais e o direito à cidade – experiências, debates e novos desafios. In Boletim Direito à Moradia e à Cidade na América Latina. Ano 2, nº 6, Maio de 2009, pp. 9-10.

Furtado Cláudio, et al. (2008), Dimensões da Pobreza e da Vulnerabilidade em Cabo Verde: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar. Praia: CORDESIA, Série de Monografias.

INE, Censos 2010, Cabo Verde.

MAHOT (2011), Estudo sobre a relação da organização do Espaço Urbano e a Violência Urbana em Cabo Verde. Praia: UN-HABITAT.

OHCHR; UN-Habitat. The right to adequate housing. Geneva: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights; New York: UN-Habitat, 2009. [http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf]. Consultado em: 20/04/ 2014.

ONU (2007), Revision of World Urbanization Prospects. [<http://www.unric.org/pt/actualidade/15573>], Consultado em 20/10/2014

Osório, Leticia Marques. Direito a Cidade como Direito Humano Coletivo. In ALFONSIN, Betânia; Fernandes, Edésio. (coord). Direito urbanístico – estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, pp.193-214.

Pedrazzini, Yves (2006), A violência das cidades. Petrópolis: Editora Vozes.

Saule Júnior, Nelson. Instrumentos de Monitoramento do direito humano à moradia adequada. In ALFONSIN, Betânia. Fernandes, Edésio. (coord). Direito urbanístico – estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey: 2006, p. 215

UN-HABITAT. O estado das cidades no mundo 2006/2007. [<http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2101>], Consultado em 20/04/2014.

O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A NAÇÃO EM CABO VERDE: PERSPECTIVAS E PERPLEXIDADES

João Paulo Madeira
Universidade de Cabo Verde
joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

Resumo

Este artigo procura compreender a integração regional do Arquipélago de Cabo Verde, na base do debate contemporâneo sobre a Nação. Resultado de cruzamento e convergência entre povos e culturas oriundos de dois espaços geográficos (África e Europa), a Nação cabo-verdiana afirma-se e consolida-se na margem dos debates perspectivados e delineados por diferentes gerações de intelectuais, políticos e académicos nacionais e estrangeiros. Estes procuram compreender e analisar a integração de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a aproximação às Regiões Ultraperiféricas (RUP) e a Parceria Especial com a União Europeia (UE). A análise expressa no presente artigo, além de distinguir a posição geográfica privilegiada do arquipélago, enfatiza também aspetos de ordem cultural, política, económica, comercial e de segurança, relevantes para a construção da Nação em Cabo Verde.

Palavras-chaves: Debate Contemporâneo, Nação, África, Europa.

Abstract

The article seeks to understand the regional integration of the Cape Verdean Archipelago, based on contemporary debate. Resulting from the crossing and convergence between people derived from two geographic spaces (Africa and Europe), the Cape Verdean nation establishes itself on the fringe of perspective debates outlined by various generations of intellectuals, politicians, and national and foreign academics who seek to understand and analyze Cape Verde's integration into the Economic Community of West African States (ECOWAS), its approximation to the Outermost Regions (ORs) and its special partnership with the European Union (EU). Besides distinguishing the privileged geographic position of the archipelago, the analysis presented in this article also emphasizes aspects such as culture, politics, economy, commerce and security, relevant to the building of the Cape Verdean Nation.

Key words: Contemporary Debate, Nation, Africa, Europe.

Notas prévias

Cabo Verde assumiu uma posição geoestratégica privilegiada, desde

o período da descoberta/achamento do arquipélago em 1460-1462. Por ter acolhido nas suas terras, diferentes grupos raciais e culturais

provenientes da África e da Europa, suscitou discussões no que se refere à sua pertença à Europa ou a África. O povoamento das diferentes ilhas decorreu em períodos diferentes. As ilhas de Santiago e Fogo foram as primeiras a ser povoadas sobretudo a partir de 1461. Quarenta anos depois, inicia-se o processo de povoamento das ilhas da Boavista e do Maio e, posteriormente da Brava e de Santo Antão. No século XVII, foi povoada a ilha de São Nicolau e, somente nos séculos XVIII e XIX, as ilhas de São Vicente e do Sal.

Os contingentes populacionais que participaram no povoamento provieram de diferentes contextos geográficos e culturais, nomeadamente, escravos oriundos da costa ocidental africana e *homens livres* que acompanhavam os comerciantes e capitães de navios nas suas deslocações, dos quais se destacam os *cassangas* e os *brâmanes*, bem como espanhóis, franceses, ingleses e holandeses.

Porém, a discussão acerca da pertença do arquipélago a um ou outro continente não se deveu somente à sua posição geográfica, mas liga-se igualmente a aspectos, em especial de ordem cultural, política, económica, comercial e de segurança, com particular destaque para a construção do Estado-Nação em Cabo Verde. O debate a respeito da integração de Cabo Verde na União Europeia ou Africana suscita, ainda hoje, diferentes pontos de vista entre intelectuais, políticos e académicos. Pois, com uma posição geoestratégica entre a Europa e a África, e os sucessos obtidos por Cabo Verde no desenvolvimento e consolidação da democracia, “tornam a sua experiência particularmente

interessante e merecedora de estudo” (Vasconcelos & Macedo, 2004: 9).

É neste sentido, que se busca, através deste artigo, compreender o processo de integração de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e a Parceria Especial com a União Europeia (UE). Em torno destes processos procura dar-se uma particular atenção aos debates que marcam o panorama político e académico em Cabo Verde.

I. A formação da elite cabo-verdiana orientada para a construção da identidade

Pela sua história, com um passado de colonização que, conseqüentemente, trouxe consigo uma forma de estruturação política e administrativa, atribuíam-se à elite cabo-verdiana, a partir do Estado Novo, um lugar de destaque entre as colónias africanas, sobretudo na ocupação de posições de relevo na administração pública. Neste sentido, Adriano Moreira (2009) visita o arquipélago em 1962 e reconhece haver interesse, por parte dos intelectuais cabo-verdianos, na concessão de um estatuto semelhante ao que era praticado em Angola ou Moçambique.

Entretanto, a partir da década de cinquenta, com a *geração de Cabral*, as divergências em torno dos processos de integração e de adjacência, adquiriram um impacto ainda maior. Foi discutido o processo de integração de Cabo Verde em África, até ao ponto de se reivindicar a *reafricanização dos espíritos* (Fernandes, 2002). Cria-se o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), como

elo de ligação entre a África e Cabo Verde. Portanto, atribuir o estatuto de adjacência, que Adriano Moreira pretendia para Cabo Verde seria mais difícil do que inicialmente se pensava (Silveira, 2005).

O debate acerca da integração de Cabo Verde em África ou na Europa ficou marcado nas décadas seguintes, por uma acentuada ambivalência de pensamento e discurso, como testemunha Adriano Moreira aquando Ministro do Ultramar (1961-1963). Esta ambivalência acentuava, por um lado, a discussão acerca daqueles que defendiam a assimilação e, conseqüentemente, o estatuto de adjacência e, por outro, aqueles que defendiam uma maior integração de Cabo Verde no contexto africano (Pinto, 2007).

Cabo Verde por estar “cada vez mais envolvido em grupos e organizações, de natureza mais diversa, desde as políticas às económicas e culturais” (Almada, 2006: 31), permitiu a intensificação do debate no seio de intelectuais, políticos e académicos, com a preocupação central de se desconstruírem alguns aspectos da política cabo-verdiana e do próprio desenho e arquitetura da construção do Estado-Nação em Cabo Verde.

1.1 O debate em torno da integração regional

Do entrelaçar da sua história com Europa e África, Cabo Verde serviu como base cultural, administrativa e identitária dos grupos presenciais neste arquipélago. Nesta linha, os intelectuais cabo-verdianos serviram de base ao conceito de “identidade mestiça”, para justificar

as divergências sobre o desenho que se pretendia desenvolver acerca da sua integração regional.

O ano de 1950 ficou marcado por incitações por parte da *geração de Cabral*, que se reunia com outros intelectuais cabo-verdianos, no sentido de se debater acerca do *homem cabo-verdiano* (Andrade, 1997). Nas décadas anteriores aos anos 50, a geração dos nativistas valorizava o “nativo” de Cabo Verde, pretendendo que fosse reconhecido o estatuto de igualdade política, social e jurídica perante os portugueses da metrópole, amparados na ideia de que Cabo Verde usufruía da necessidade e do direito de lhe ser confirmado o estatuto de adjacência. Adriano Moreira refere que “o Estado da Índia, Macau e Cabo Verde constituíram sempre excepção à regra” (do indigenato) (1964: 194). Cabo Verde foi considerado diferente em relação às outras colónias que tiveram este estatuto pelo facto de se encontrar “mais perto” da metrópole e, desde logo dos arquipélagos dos Açores e Madeira, designados de “ilhas adjacentes”. Cabo Verde usufruía igualmente, de certo modo, desse estatuto, embora de forma informal e particularmente no que se refere às elites cabo-verdianas.

A *geração dos Claridosos*, considera que o homem cabo-verdiano é culturalmente semelhante ao europeu e que Cabo Verde é diferente das outras colónias africanas, visto ter um tratamento reconhecido pela metrópole como algo de particular, possuindo uma identidade distinta das demais.

A integração de Cabo Verde na matriz africana ou europeia advém de um processo histórico, político e

social, cujo resultado consistiu na elaboração de explicações de modo coerente e convincente, em torno de duas posições diferenciadas acerca da integração: uma de componente europeia e outra de componente africana. Isto originou a discussão em torno dos debates, que constituem o pensamento de intelectuais com posições diferenciadas. Esta forma de pensar é, por exemplo, ainda hoje evidenciada no atual processo de integração regional de Cabo Verde na CEDEAO e igualmente no processo de uma maior aproximação com a UE.

2. Integração regional na CEDEAO e a parceria especial com a UE

A partir da subscrição de Cabo Verde no tratado constitutivo (Reis, 2008), que aconteceu dois anos após a independência oficial, tem-se vindo a questionar a sua integração na CEDEAO, nomeadamente no que diz respeito aos benefícios e desafios que esta integração poderia trazer.

Mesmo não existindo uma convicção profunda, parece que a CEDEAO é um projeto de integração condenado ao fracasso, porque “primeiro, trata-se de uma comunidade criada por uma potência hegemónica, a Nigéria [...]; segundo, trata-se de desarmonia de valores políticos entre os Estados da região [...]; terceiro, além de não existir partilha, de facto, de valores públicos, é pouco popular, mas é inevitável fazer-se alusão a factores identitários” (Delgado, 2007: 133-135). Por outro lado, “a instabilidade que afectou vários países da África do Oeste, nos finais do século XX, colocaram o arquipélago numa situação de *cavaleiro solitário* (Semedo, 2008).

Apesar do efeito menos positivo que a integração de Cabo Verde na região da CEDEAO possa representar, como por exemplo a livre circulação de cidadãos nesta região, Fernandes (2008) acredita que essa mesma circulação tenha tido como resultado uma maior consciência global, que aposta na necessidade de mão-de-obra, e, conseqüentemente, de um reforço de humanização nas agendas políticas e de uma maior intervenção nas questões humanitárias.

No que se refere à dimensão económica da integração de Cabo Verde na CEDEAO, acredita-se que “muitos países e dirigentes africanos estavam imbuídos da falsa convicção de que a simples ascensão à independência ou adesão a espaços político-económicos constituía condição suficiente para que se tornassem desenvolvidos e os povos felizes” (Reis, 2008: 84). A tarefa essencial dos países da CEDEAO consistia na avaliação realista dos problemas que esta integração acarretava, lembrando que esta comunidade foi criada no auge da independência nacional, pelo menos para os países sob a dominação portuguesa, no qual Cabo Verde se encontrava incluído.

O desejo e a ambição, e, mais do que tudo, a “falsa convicção” do desenvolvimento económico, deram lugar à criação de uma comunidade sem fundamentos e sem estudo prévio. A CEDEAO “enquanto espaço económico, esbarrou, até agora, com dificuldades quase insuperáveis, exactamente pelas motivações subjacentes à sua própria fundação.” (Reis, 2008: 86). Com opinião divergente de Reis, acredita-se ser profícua para a economia cabo-verdiana a integração regional, alertando e concordando que “dada a

sua pequena dimensão, a economia cabo-verdiana terá de se inserir num mercado regional vasto, permitindo ao país enfrentar com sucesso os conflitos latentes e permanentes” (Duarte, 2004: 119).

No mesmo contexto, mas pela dimensão cultural/identitária, acredita-se que, se aprofundarmos a questão numa lógica de diferenças culturais, temos de ter em consideração que “estas sempre existiram entre os mais próximos países se não no seio de um mesmo país e hoje sabemos que o diálogo das culturas [...] é a via da sabedoria contra todo o tipo de fundamentalismo” (Rocha, 2008: 124). Mesmo sob a base de um distanciamento cultural, tudo nos leva a crer que a diferença cultural entre os países da CEDEAO necessita de um diálogo cultural permanente, a ponto de tomar em consideração estas diferenças na construção de uma comunidade sólida. A justificativa para este facto é que, mesmo no interior de alguns países, se verificam diferenças entre as regiões, principalmente no que diz respeito à cultura e às suas especificidades. As posições entre os analistas divergem em relação à integração de Cabo Verde na CEDEAO.

A integração na CEDEAO não é a única que tem vindo a suscitar debates entre intelectuais em Cabo Verde. A integração na União Europeia, concretamente no que diz respeito à Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, origina debates acerca da possibilidade de um diálogo entre estes, não pondo de parte, por outro lado, as possíveis consequências nefastas que ela poderá trazer ao arquipélago, devido a uma possível

exploração e proveito, por parte da Europa da posição estratégica de Cabo Verde.

2.1 A parceria especial com a União Europeia

Em Novembro de 2007, Cabo Verde estabeleceu oficialmente uma Parceria Especial com a União Europeia, impulsionada pelo desejo de uma parceria sólida que pudesse de alguma forma abrir novos horizontes para o arquipélago no meio do Atlântico. “Num momento em que a União Europeia repensa as suas relações com as vizinhanças próximas, a posição de Cabo Verde e o seu relacionamento com a Europa ganham também uma nova qualidade” (Vasconcelos e Macedo, 2004: 9). Pois, “a excelência da cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde é unanimemente reconhecida por todos” (Costa, 2007: 116).

Neste sentido, “talvez valha a pena referir que foi num Congresso em Tenerife, no já longínquo ano de 1994, que Mário Soares começa a delinear a ideia de uma aproximação de Cabo Verde aos arquipélagos ultraperiféricos que fazem parte de Portugal e de Espanha” (Pinto, 2012: 193). Significa que a Parceria Especial foi já pensada há algumas décadas, onde personalidades portuguesas, como Adriano Moreira e Mário Soares desempenharam um papel de tal modo relevante que foram considerados como representantes da mesma.

A Parceria Especial com a União Europeia poderia trazer benefícios para Cabo Verde, no âmbito de cooperação da UE com as regiões Ultraperiféricas ou da Macaronésia.

“Occasionnellement, émergent des discussions au Cape-Vert sur la future association au Portugal et à l’Europe, au moyen de laquelle l’archipel pourrait bénéficier du soutien européen au titre des régions ultra périphériques, à l’image des Açores, de Madère, e des Îles Canaries” (Cravinho, 2005 : 95).

Esta parceria possibilitou a Cabo Verde “aceder a determinados instrumentos de cooperação da União Europeia” (Silva, 2004: 37). Ainda antes da sua efectivação, originou alguns debates entre os que se declararam ser “contra” e os que se declararam a “favor” da adesão de Cabo Verde à UE. Entretanto, a Comissão das Comunidades Europeias (2007: 2) deixa claro, através do comunicado ao Conselho e Parlamento em Bruxelas, que Cabo Verde partilha os “laços históricos, humanos, religiosos, linguísticos e culturais inextricáveis com a Europa” e “a sociedade cabo-verdiana é o resultado da fusão dos povos europeu e africano e do diálogo entre as respectivas culturas”.

Para Almada (2006) os cabo-verdianos não são, em nenhum momento, europeus e nem Cabo Verde em si é Europa, embora a cultura cabo-verdiana esteja imbuída dos valores europeus e/ou, como alguns pensam, trazidos pela cultura

europeia. As argumentações colocam em evidência a inacessibilidade de integração e da parceria especial entre Cabo Verde e a UE, por Cabo Verde não se compatibilizar com alguns aspetos daqueles que são a “favor” da integração colocam em destaque, nomeadamente com os ideais europeus. Existem entre os “culturalistas” cabo-verdianos, os que advogam que o arquipélago possui uma identidade cultural própria (como é o caso dos *Claridosos*), e que neste sentido, não há “abstracto cultural que justifique e sedimente uma integração africana”. Entretanto, existe uma clara valorização dos “aportes” europeus, facilitando a tal Parceria Especial (Furtado, 2013: 640)

Estas posições possibilitaram debates, que ainda hoje persistem e fazem eco na academia científica, possibilitando leituras diferentes baseadas também em perspetivas teóricas díspares. Considera-se que concluir este artigo seria um equívoco, pelo que, se deixam em aberto outras possíveis leituras e conclusões por parte do leitor, que se encontram imbuídas de perspetivas e paradigmas diferentes. Pergunta-se o que é melhor para Cabo Verde: África ou Europa? (Tolentino, 2013: 621).

Referências bibliográficas

Almada, D. H. (2006). Pela cultura e pela identidade: Em defesa da caboverdianidade. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Andrade, E. S. (1996). As ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” à Independência Nacional: 1460-1975. Paris: L’Harmattan.

Andrade, M. P. de (1997). As Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa 1911-1961. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Cabral, A. (1978). *Obras Escolhidas*. Porto: Seara Nova.

Comissão Das Comunidades Europeias (2007). *Comunicação da Comissão ao Conselho e Parlamento Europeu sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Costa, S. F. (2007). Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos, Dossier Especial, nº1, Dezembro*, pp. 113-141.

Cravinho, J. G. (2005). *Les Relations Post-Coloniales Portugaises. Pôle Sud : Revue de Science Politique de l'Europe Méridionale, Le Portugal du Politique, nº22, Mai*, pp. 89-100.

Delgado, J. P. (2007). A Vinculação de Cabo Verde ao mecanismo de segurança da CEDEAO. *Direito e Cidadania, ano IX, nº27, 2007/2008*, pp.133-135.

Duarte, J. A. (2004). *As Relações Externas de Cabo Verde na África Ocidental e os Quadros Regionais de Cooperação da União Europeia. Estratégia: Revista de Estudos Internacionais, 20, 1º Semestre*, pp. 117-126.

Fernandes, G. (2008). Cabo Verde e CEDEAO: uma questão identitária. In I. Cabral & C. Furtado (Coords.). *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, (pp. 53-67). Praia: Gráfica da Praia.

Fernandes, G. (2002). A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial. Florianópolis: UFSC.

Furtado, C. (2013). Cabo Verde e a Integração na África do Oeste: Dissonâncias Discursivas e Identitárias. In C. Sarmiento & S. Costa (Orgs.). *Entre a África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*, (pp. 623-652). Coimbra: Almedina.

Moreira, A. (2009). *Tempo de Véspera*. Coimbra: Almedina.

Moreira, A. (1964). *Batalha da Esperança*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Pinto, J. F. (2012). Cabo Verde e a União Europeia: Da parceria à Integração. In F. Cristovão (Dir. e Coord.). *Ensaio Lusófonos*, (pp. 193-204). Coimbra: Almedina.

Pinto, F. J. (2007). *Adriano Moreira: uma Intervenção humanista*. Coimbra: Almedina.

Reis, J. A. dos (2008). As políticas públicas de Cabo Verde, no âmbito da integração na CEDEAO e da estratégia global de desenvolvimento. In I. Cabral & C. Furtado (Coords.). *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, (pp. 83-95). Praia: Gráfica da Praia.

Rocha, J. L. (2008). Dimensão económica da integração regional: CEDEAO e o caso de Cabo Verde. In I. Cabral & C. Furtado (Coords.). *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, (pp. 113-126). Praia: Gráfica da Praia.

Semedo, J. M. (2008). A especificidade de um Estado insular e diaspORIZADO. In I. Cabral & C. Furtado (Coords.). Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde, (pp. 37-51). Praia: Gráfica da Praia.

Silveira, O. (2005). A Democracia em Cabo Verde. Lisboa: Edições Colibri.

Silva, A. L. da (1957). O perfil psicossocial do homem caboverdiano. In A. Lessa, & R. Jacques Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano, (pp. 89-99). 1ª Edição. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Silva, A. C. e (2004). Canárias no Horizonte. Revista Estratégia, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, nº 20, pp. 31-37.

Tolentino, C. (2013). A difícil Integração Africana. In C. Sarmiento & S. Costa (Orgs.). Entre a África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde, (pp. 609-622). Coimbra: Almedina.

Vasconcelos, Á. de & Macedo, J. B. de (2004). Nota de Abertura. Revista Estratégia, Cabo Verde: Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, nº 20, pp. 1-9.

PLURALISMO METODOLÓGICO DOS ESTUDOS AFRICANOS

Pedro Borges Graça⁴
Universidade de Lisboa
pbgraca@gmail.com

Resumo

Os Estudos Africanos são uma área de conhecimento sobre a realidade social sujeita a abordagens que privilegiaram no passado conceitos ideológicos em detrimento de conceitos cientificamente objectivos. “Desideologizados”, os Estudos Africanos são uma área interdisciplinar em que convergem e interagem uma multitude de disciplinas e conceitos em torno dos problemas prioritários recorrentes do Desenvolvimento, do Estado e da Nação, reflectindo um *pluralismo metodológico* indutor de conhecimento. Neste início do século XXI, existe todavia uma tendência no sentido de esse conhecimento ser gerado principal e seletivamente a partir do espaço anglófono, acentuando um *défice de representatividade lusófona*, em particular dos países africanos de língua oficial portuguesa. A valorização do *multiculturalismo científico* contraria unanimismos exteriores à produção de conhecimento em língua portuguesa.

Palavras-chave: estudos africanos, pluralismo metodológico, objectividade científica, multiculturalismo científico.

Abstract

In the past, African Studies had an ideological bias that perverted scientific objectivity. Without that strong charge, African Studies are an interdisciplinary area with a multitude of concepts and disciplines interacting on the approach of the main problems of Development, State and Nation, a *methodologic pluralism* approach. In the 21st Century we are now confronted with a tendency of selective production of knowledge from its base in the anglophone space, originating a *deficit of lusophone participation*, namely from african countries that adopted Portuguese as an official language. The valorization of *scientific multiculturalism* is value that must be preserved concerning the production of knowledge in Portuguese language.

Keywords: african studies, methodologic pluralism, scientific objectivity, scientific multiculturalism.

4. Com o apoio da Fundação Portugal-África.

I. A área dos estudos africanos

Num sentido lato, os *estudos africanos* dizem respeito a tudo o que se relacione com África, tanto no domínio das Ciências Sociais como no das naturais. Num sentido restrito, podemos considerar que estamos apenas no domínio das Ciências Sociais, particularmente no campo dos chamados *area studies*.

Os *area studies* são em certa medida um sucedâneo do conceito de *culture area* desenvolvido principalmente pela antropologia americana entre as duas guerras mundiais (Herkovits.1948:183ss; Kroeber.1993:89ss). O novo conceito de *area studies* apareceria e seria todavia divulgado por americanos e ingleses no contexto da 2ª Guerra Mundial, obedecendo principalmente a um critério militar de definição geográfica, linguística e cultural tanto dos inimigos como dos aliados, com o propósito de obtenção de *informações* que optimizassem as operações. Terminada a guerra, a nova orientação geopolítica dos Estados Unidos gerou uma certa abundância de fundos em instituições, primeiramente privadas (Fundações Carnegie, Rockefeller e Ford) e depois públicas (Social Sciences Research Council), vocacionadas para o financiamento das Ciências Sociais; as universidades americanas aproveitaram a ocasião para desenvolverem um conjunto de projectos, criando para o efeito centros e programas de investigação interdepartamentais e consequentemente interdisciplinares. A Inglaterra acompanhou a tendência, aliás onde se cultivava já desde o século XIX os *oriental studies*. Após a Guerra, ao lado dos *oriental studies* apareceram, portanto, de imediato,

por razões óbvias, os *russian studies* e também os *east european studies* e os *slavonic studies*, e por extensão também os *african studies*, cujo primeiro centro de investigação americano, sob a designação *Program of African Studies*, foi criado em 1948 por Melville Herskovits na Northwestern University. Os *area studies* multiplicaram-se pois de acordo com os interesses das universidades, migrando o conceito além fronteiras, surgindo inclusivamente, entre outros, os *american studies*, os *european studies* e os *latinamerican studies*. A “moda” de centros interdisciplinares propagou-se e, principalmente a partir dos anos 70 e até ao presente, assistimos a uma profusão de *area studies* que entretanto acrescentaram ao inicial critério geográfico um critério temático, com a respectiva consagração em revistas especializadas, como é o caso dos *development studies*, *cross-cultural studies*, *third world studies*, *cultural studies* e os mais recentes *subaltern studies* e *global studies* (Karp.1997). O fenómeno é no entanto sentido com mais força nos Estados Unidos do que em qualquer outra parte, levando por exemplo, nomeadamente por razões que se prendem com a americaníssima atitude do “politicamente correcto”, ao desenvolvimento dos *women studies* e dos *gay and lesbian studies*, estes últimos mais recentemente redefinidos como *lesbian*, *gay*, *bisexual* and *transgender studies*.

2. Marxistas e não-marxistas, afrocêntricos e eurocêntricos

Com as chamadas implosão soviética e queda do Muro de Berlim, deixou de ser funcional a tendência marxizante de um grande número de africanistas

americanos e africanos nas universidades americanas, apoiados por fundos governamentais que, no contexto da Guerra Fria, alimentavam *canais de recolha de informações e de comunicação* com os regimes africanos marxistas. Jan Vansina, por exemplo, explicou com algum detalhe, a partir da sua própria experiência, o que foi o processo de marxização (consciente e inconsciente) dos departamentos africanistas das universidades americanas, envolvendo professores e estudantes na “onda” pacifista, a partir de meados dos anos 60 (1994:137ss). Terminada a bipolarização da Guerra Fria, a grande maioria dos autores deixou de defender veementemente e de declarar explicitamente as suas simpatias em relação ao marxismo mas, em face dos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial, aplicados a partir dos anos 80, os quais possuem enquadramentos teóricos não-marxistas de proveniência principalmente americana, esses mesmos autores produziram críticas cerradas e constantes a esses mesmos programas, reclamando um crescimento substancial da ajuda financeira ao desenvolvimento. Ademais, a fórmula da administração Clinton, continuada por Bush, passara a ser fria e pragmaticamente *trade not aid*, perspectiva que não foi abandonada por Obama e que é justificada enquanto duplo benefício para África e os Estados Unidos. Essas críticas foram abundantes sob a forma de artigos publicados nas principais revistas especializadas, mesmo em números mais recentes, como o *Journal of Modern African Studies*, o *Journal of Southern Africa Studies* e a *Review of African Political Economy*. Sobre a orientação *trade not aid*, estão acessíveis na

internet os discursos de Clinton perante o Congresso dos Estados Unidos relativamente à política a adoptar em relação à África no século XXI. Na percepção americana, a África (incluindo o Norte) configura um mercado potencial aproximado de mil milhões de consumidores, correspondendo já a 100.000 empregos americanos, como registado num estudo recente do prestigiado *think-tank* americano *Brookings Institution* (Banks.2013:11).

Podemos considerar que actualmente existem nos *estudos africanos* duas fraturas epistemológicas complementares: uma que separa a perspetiva marxista da não-marxista e outra a percepção afrocêntrica da eurocêntrica.

A clivagem entre marxistas e não-marxistas não é um fenómeno específico dos estudos africanos porquanto abrange a generalidade das Ciências Sociais e conseqüentemente as análises sobre as várias áreas geográficas do chamado *terceiro mundo*. Contudo, os marxistas pretenderam criar um modelo específico de interpretação da realidade social africana, por Marx não ter tratado da “questão africana”, o que resultou numa adaptação localizada do clássico conceito de luta de classes, como o de *modo de produção parental ou africano*, procurando nos factores internos as causas da prolongada crise; ou então buscando-as nos factores externos por meio da transposição desse mesmo conceito para o plano internacional, contrapondo à dinâmica de *cooperação norte-sul* a dinâmica de *conflito norte-sul*. Depois da implosão soviética, o discurso marxista foi efetivamente reformulando-se por intermédio das malhas intrincadas

do discurso chamado pós-moderno e também pós-colonial. Abandonados os conceitos clássicos ou pelo menos atenuada a sua utilização, a análise foi manifestando-se sobretudo de forma recorrentemente crítica, invocando razões técnicas, relativamente às orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Na verdade, estas orientações traduzem uma *ressurgência* da “velha” perspetiva não-marxista do *africanismo americano*, a que os marxistas depois chamariam, entre outras designações, *escola da modernização*, descredibilizando-a durante anos. Descendendo diretamente do antigo conceito de *nation-building*, os principais conceitos operacionais e mobilizadores passaram a ser *institution-building* e *capacity-building*, ou seja, reforma das instituições e formação profissional, este último tornado comum sob a palavra *capacitação* nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Por seu turno, a fratura entre a perceção eurocêntrica e a perceção afrocêntrica remete-nos para um debate eivado de contradições ainda hoje não resolvidas. Depois das independências, o *eurocentrismo* foi apontado como a característica essencial da colonização e da perspetiva não-marxista e consequentemente como a principal causa do subdesenvolvimento africano. Em contraposição, com raízes que se desenvolveram a partir do movimento anticolonial, o *afrocentrismo* surgiu como o valor supremo orientador das elites africanas. Porém, do ponto de vista das suas implicações políticas e económicas, podemos considerar que o *afrocentrismo* se divide em *verdadeiramente afrocêntrico* e *tendencialmente afrocêntrico*. A

realidade mostrou que a prática todavia não se coadunava com a teoria, uma vez que existia uma contradição intrínseca provocada pela indução do marxismo, uma perceção indubitavelmente eurocêntrica com uma proposta de mudança para África muito mais radical que a que vigorara no tempo colonial. Por isso é que podemos afirmar que a *perceção verdadeiramente afrocêntrica* só existiu e poderá continuar a existir apenas enquanto teoria, porquanto na realidade o que tem existido é uma *perceção tendencialmente afrocêntrica* que se vê confrontada inevitavelmente com o fenómeno da modernização, com a interação da herança africana com o legado colonial, quer este tenha sido marxizado ou não.

A situação resultou consequentemente numa espécie de conciliação aparentemente paradoxal entre os elementos desta dupla fratura epistemológica. O tema do *desenvolvimento* continuou a ser preponderante: por um lado, temos uma política macro-económica definida segundo parâmetros não-marxistas, por outro lado, temos estruturas sociais modernas fortemente informadas pelo marxismo ao nível das elites e funcionários públicos, nomeadamente, no que respeita ao conceito de *controlo social*, cuja função implicou ser o meio condutor dessa mesma política; por um lado, temos uma *conceção eurocêntrica* do desenvolvimento, por outro lado, temos uma *conceção afrocêntrica* empenhada em implantar e consolidar um Estado moderno por via de um projeto nacional que para todos os efeitos se encontra em processo de definição. A conciliação, o consenso relativamente ao desenvolvimento africano encontra-se num objetivo

geral comum: a modernização da realidade social africana através do crescimento económico acelerado. O diferendo encontra-se no processo, o qual passou a estar sob pressão para ser entendido como eficazmente realizável por intermédio da Democracia e da Economia de Mercado.

A implosão soviética causou efetivamente um ambiente favorável à implantação dos programas de ajustamento estrutural e correspondente processo de democratização dos Estados africanos. É a partir dessa altura que o debate africanista se aviva e surge um conjunto de obras de africanos a quem o marxista Bernard Foundu-Tchuigoua (1997) chamou *jovem geração culturalista*, como Daniel Etounga-Manguellé (1990) e Axelle Kabou (1991), que puseram a ênfase na cultura africana como principal causa do subdesenvolvimento, recuperando ao mesmo tempo, em certa medida, a perspetiva geral da já velha *escola da modernização* e a esquecida ou desprezada antiga perspectiva crítica de René Dumont no seu livro *L'Afrique Noire est mal partie*, publicado nos inícios dos anos 60, visão pessimista que contrariava a euforia optimista do momento. O camaronês Etounga-Manguellé, um multifacetado engenheiro civil e politólogo, pós-graduado em Gestão por Harvard e Doutor em Economia pela Sorbonne, proprietário de uma firma de consultoria e membro do Conselho de Consultores Africanos do Banco Mundial, defendia pois que era de importância primordial questionar os valores básicos africanos, especialmente os culturais (1994:221).

Sem dúvida, uma exceção no meio dos africanistas, a posição

de Etounga-Manguellé era não-marxista e pragmática e estas palavras foram proferidas num contexto de debate africanista algo especial e inovador. Com efeito, na sequência do fracasso dos programas de ajustamento estrutural dos anos 80, o Banco Mundial elaborou um estudo aprofundado sobre a situação com base numa amostra de 29 Estados e respectivos desempenhos entre 1987 e 1991 (AAVV.1994). Globalmente, a análise oscilava entre o otimismo e o pessimismo, mas a conclusão era clara: se a África quisesse crescer economicamente, teria de imitar o processo que levava ao chamado *milagre asiático*. Esta era, porém, uma solução deficiente que reproduzia o erro básico repetidamente cometido, depois das independências em África, de se querer implantar um modelo e uma dinâmica de crescimento económico acelerado sem se tomar, devidamente, em conta a especificidade dos condicionalismos socioculturais.

O papel desses condicionalismos foi na verdade o objetivo de uma reflexão levada a cabo pelo Banco Mundial após as vicissitudes dos programas de ajustamento estrutural em África e do seu correspondente estudo. Publicada sob o título *Culture and Development in Africa* (Serageldin.1994), nesse mesmo ano, essa reflexão reuniu 42 reputados africanistas durante dois dias. Mas daí não saíram orientações vinculativas para o Banco Mundial, no sentido de se equiparar em importância os fatores socioculturais aos fatores político-económicos, o que é compreensível por virtude da amplitude do tema proposto, permitindo a eventual orientação do debate para a questão da identidade cultural e para problemas de custos

com museus e preservação de monumentos e vestígios arqueológicos, na linha, aliás, das preocupações da UNESCO e da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, então em curso.

Essa reflexão não deixou, porém, de nos apresentar algumas abordagens consentâneas com a “velha” *escola da modernização*. À parte o caso de Etounga-Manguellé, a principal foi sem dúvida a de Mamadou Dia, então chefe da divisão de *capacity-building*, isto é, da formação profissional do Banco Mundial, que, embora tendencialmente afrocêntrico, reconheceu existir um conjunto de obstáculos que derivam da especificidade sociocultural africana, da maneira de ser africana, os quais deveriam ser tomados em consideração em qualquer esquema programado de mudança política e económica. Esta perspectiva aparentemente banal é, pelo contrário, uma novidade, principalmente por vir de um africano. Um par de anos antes, tal especificidade seria designada pura e simplesmente como *tribalismo* e igualmente os estudos que se lhe referissem numa perspectiva não-marxista seriam rejeitados como exemplos das Ciências Sociais burguesas. Ora a base da análise desenvolvida por Mamadou Dia foi precisamente um desses estudos, efectuado 20 anos antes por Jacques Binet sobre a psicologia económica africana (1970). A partir de uma extensa amostra de 56 grupos étnicos, compreendidos entre o Senegal e o Congo, Binet identificou um conjunto de traços característicos do comportamento tradicional, os quais Mamadou Dia (1994:176-179) corroborou invocando os seus próprios estudos e experiência pessoal, tipificando-os em 5 atitudes: (1) a

poupança e o investimento são valores subalternos ao gasto, o qual é visto como uma necessidade social e mística que reforça o prestígio pessoal e os laços da família extensa; (2) o individualismo que promove a criatividade e produtividade é contrariado pelo forte pendor paternalista e hierárquico das estruturas sociais tradicionais, dificultando por isso a acção de indivíduos isolados que adoptem inovações que tendam a afastá-los das suas posições nessas mesmas estruturas; (3) a noção de compromisso ou contrato é mais simbólica que real, obedecendo ao estabelecimento ritualizado de laços sociais, o que leva por exemplo a desvalorizar, ou talvez melhor, a não valorizar o compromisso “frio” de um moderno empréstimo bancário; (4) a tomada de decisão é lenta e decorre principalmente de um consenso que é imprescindível atingir, independentemente dos modernos requisitos legais do processo; (5) o trabalho é visto como um meio de proporcionar uma imediata situação de lazer e conseqüentemente de gastos que reforcem os laços sociais, o verdadeiro fundamento da sociedade tradicional africana.

A análise de Mamadou Dia concluía que os velhos pressupostos deveriam ser revistos no sentido de se reconhecer que as instituições políticas e administrativas são híbridas de tradição e modernidade, e que a vitalidade do sector informal em comparação com o declínio do sector formal reflectia a viabilidade de um conjunto seleccionado de práticas tradicionais. Em consequência, ressaltando que as suas opiniões eram pessoais e não representavam as do Banco Mundial, via a solução num *modelo* que integrasse os laços sociais

da família extensa nas instituições e nas empresas, debaixo de uma arquitetura política que substituísse o multipartidarismo pelas *conferências nacionais*, mecanismo impulsionador de uma dinâmica de união nacional, iniciado no Benin em 1990 e logo seguido por um conjunto de outros países (Congo-Brazzaville, Mali, Níger, Togo, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Tchad, Costa do Marfim e Guiné-Conackri), ou seja, um *partido unificado* que congregasse no seu seio todas as tendências políticas.

Esta “abertura” acaba assim por se revelar estreita, pois o problema do modelo do desenvolvimento africano é remetido em círculo vicioso para a perspetiva tendencialmente afrocêntrica, que neste caso aponta para o ressurgimento da fórmula do partido unificado ou do socialismo africano, alterando-lhe a forma mas mantendo no essencial o conteúdo. O diagnóstico estava correto mas a solução terapêutica cometia erros anteriores. O caso de Mamadou Dia constitui, por isso, um ótimo exemplo de como é difícil propôr e promover a aplicação de ideias não-marxistas que não sejam filtradas pelas elites culturais tendencialmente afrocêntricas que ocupam posições-chave tanto em instituições nacionais como internacionais e que suportam a argumentação política.

A ideia do *modelo* tem estado, portanto, sempre presente nos variados discursos políticos e económicos africanos. A seguir ao modelo democrático das transições coloniais francesa e inglesa, aliás de muito curta duração, seguiram-se o partido unificado, o partido único, o socialismo africano, a ditadura

militar, o marxismo-leninismo, e, recentemente, de novo a democracia. As experiências foram muitas e, por causa do fracasso de todas elas, tem havido *ressurgências*, particularmente entre os autores africanos, que reclamam a aplicação de um *modelo* especificamente africano baseado nas raízes profundas da cultura tradicional; não conseguem, porém, explicar como é que esse *modelo* articularia a dinâmica social tradicional com a dinâmica social moderna, de uma maneira que não reconduzisse à fórmula já gasta do socialismo africano ou, pior ainda, que não estimulasse as tensões étnicas na esfera do Poder ou mesmo a instabilidade criada pela partidarização forçada das autoridades tradicionais.

Conclusão

A problemática nuclear dos estudos africanos nos finais do Século XX mantém-se ainda hoje. De forma manifesta ou latente, continua presente na grande reunião anual dos africanistas que no final do Outono convergem para os Estados Unidos. A *African Studies Association* (ASA) continua a ser o palco da agenda do debate que depois flui (e reflui) ano após ano para as revistas académicas especializadas, principalmente, para as anglo-americanas. Aqui, como noutros campos, os africanistas, não-africanos e africanos, são sujeitos a um “exame prévio” através do sistema designado como “referee” ou “blind referee”, o qual assenta na ideia de uma avaliação por parte de “pares” – peer review – que supostamente credibilizam cientificamente esse mesmo sistema.

Contudo, se tal ideia é porventura aceitável sem reservas no âmbito das ciências não-sociais, a mesma não colhe certeza no âmbito das Ciências Sociais porquanto se trata de um domínio científico onde a metodologia não se circunscreve somente a técnicas quantitativas. É possível afirmar que nas Ciências Sociais o método é sobretudo orientado por técnicas qualitativas, que por sua vez radicam em condicionalismos epistemológicos decorrentes das equações pessoais e profissionais dos investigadores, seus valores culturais e sociais, embora tendencialmente controlados no sentido de se valorizar a objetividade em detrimento da subjetividade.

Portanto, o sistema “peer review” é altamente vulnerável a avaliações parciais por parte dos “pares”, a défices de objetividade, sobretudo quando estão em causa valores culturais diferentes enquanto instrumentos de precisão e compreensão de realidades culturais diferentes, como acontece amiúde com a complexidade da realidade social africana.

Concretamente, no que respeita aos estudos africanos sobre os países de língua oficial portuguesa, existe efetivamente um défice de representatividade “lusófono” neste sistema “anglófono” que está pressionando universidades e investigadores a produzirem conhecimento em língua inglesa, e como sinónimo exclusivo de qualidade

científica. Com isto, os autores que se exprimem em língua portuguesa, particularmente os que, nos contextos dos países africanos de língua oficial portuguesa, estudam os problemas nucleares do desenvolvimento ou da construção da nação ou do estado, por exemplo, partem desde logo em *desvantagem competitiva* para a corrida da publicação em revistas anglófonas da especialidade, editorial e maioritariamente controladas por autores também anglófonos. Além do mais, essa *desvantagem competitiva* não se resume tão só à *vantagem linguística* de quem está “a jogar em casa”. Esses autores “anglófonos”, africanos e não-africanos, estão muitas vezes enformados por critérios de análise de realidades sociais dos países africanos de língua oficial inglesa que não encontram correspondência ou são substancialmente distintas das realidades sociais dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Consequentemente, a emergência de uma metodologia africanista “lusófona”, ou seja, de uma perspetiva heterogénea que capte a singularidade de cada um dos países africanos de língua oficial portuguesa, é tributária do pluralismo metodológico intrínseco dos estudos africanos, não se compadecendo, em nome da objetividade, de “unanimismos” decorrentes de abordagens antagónicas do *multiculturalismo científico* que a Universidade valoriza.

Referências bibliográficas

AAVV(1994). Adjustment in Africa. Reforms, Results and the Road Ahead, Washington/Oxford: World Bank/Oxford University Press.

Banks, John P. Ingram, Georges. Kimenyi, Mwangi. Rocker, Steven. Schneidman, Witney. Sun, Yun et. al. (2013). Top Five Reasons Why Africa Should Be a Priority for the United States. Washington: Brookings Institution.

Binet, Jacques (1970). Psychologie Économique Africaine: Eléments d'une recherche interdisciplinaire. Paris: Payot.

Dia, Mamadou (1994). Indigenous Management Practices: Lessons for Africa's Management in the '90s. In Ismail Serageldin & June Taboroff (eds.), Culture and Development in Africa (Proceedings of an International Conference held at The World Bank, Washington, D.C., April 2 and 3, 1992). Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank: 165-191.

Etounga-Manguellé, Daniel (1990). L'Afrique a-t-elle besoin d'un programme d'ajustement culturel?. Ivry-sur-Seine : Éditions nouvelles du sud.

Etounga-Manguellé, Daniel (1994). Culture and Development: African Responses. In Ismail Serageldin & June Taboroff (eds.). Culture and Development in Africa (Proceedings of an International Conference held at The World Bank, Washington, D.C., April 2 and 3, 1992). Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, pp. 219-228.

Founou-Tchuigoua, Bernard (1997). Crise Africana.Alternativas. Lisboa: Dinossauro.

Herkovits, Melville J. (1948). Man and His Works. New York: Alfred A. Knopf.

Ngoenha, Severino Elias (1994). O Retorno do Bom Selvagem. Uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico: Porto, Edições Salesianas.

Kabou, Axelle (1991). Et si l'Afrique refusait le développement?. Paris: L'Harmattan.

Karp, Ivan (1997). Does Theory Travel? Area Studies and Cultural Studies. Africa Today, 44, 3: 281-296.

Kroeber,A.L. (1993). A Natureza da Cultura. Lisboa: Edições 70 (Original work published in 1952).

Serageldin, Ismail e Taboroff, June (eds.) (1994). Culture and Development in Africa (Proceedings of an International Conference held at The World Bank, Washington, D.C., April 2 and 3, 1992). Washington: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank.

Vansina, Jan (1994). Living With Africa. Madison: The University of Wisconsin Press.

REFLEXÃO SOBRE CABO VERDE E AS AFIRMATIVAS DESENHADAS E IMPLEMENTADAS PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE (1975-1990) PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Artur Monteiro Bento

*Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
artur-bento@hotmail.co*

Resumo

O artigo visa, a partir de uma análise documental e teórica, estudar as ações afirmativas desenhadas e implementadas pelo governo do Comandante Pedro Pires para o desenvolvimento integral, a partir de uma centralidade diretiva do pragmatismo responsável. Nesse sentido, o presente trabalho foi instigado pelo seguinte problema: Qual o papel do governo do Comandante Pedro Pires no desafio nacional de criação das diretrizes básicas do desenvolvimento? O aporte teórico sobre política social e a história da República demonstraram que a incorporação da dimensão social nos planos de desenvolvimento é um processo lento, gradual e que ainda tem muito a avançar. O Comandante iniciou sua atuação pública em 1975, com uma trajetória inovadora e abrangente no escopo social, mas limitada na escala de atuação devido às limitações severas do espaço insular. Dentro das políticas de atuação social, os serviços públicos alcançaram destaque, entre eles a educação e saúde que têm como objetivo básico não somente a satisfação das necessidades da população, mas também a solidificação da República. Assim, o estudo demonstra e conclui que a dimensão social no governo do Comandante Pedro Pires não contemplava apenas iniciativas isoladas e fragmentadas. Isso seria um fracasso do projeto nacional. A vocação do governo era no sentido de incorporar a dimensão social e a missão de combate à pobreza como estratégia essencial e de ponta para Cabo Verde, a fim de delinear os horizontes do desenvolvimento nacional alicerçado no progresso e na modernidade.

Palavras-chave: Ações afirmativas, desenvolvimento, transformação social.

Abstract

The article aims to, from a documentary and theoretical analysis, study the affirmative actions designed and implemented by the Government of Pedro Pires for integral development, from a policy of pragmatism centrality responsible. In this sense, the present work was instigated by the following problem: What is the role Pedro Pires Government in the national challenge of the creation of the basic guidelines of the development? The theoretical contribution on social policy and the history of the Republic have shown that the incorporating of the social

dimension in development plans is a slow, gradual process and which still has a lot to advance. The Commander began his public performance in 1975, with an innovative and comprehensive trajectory in the social scope, but limited in scale of operation due to the severe limitations of the insular space. Within the social action policies, public services have achieved prominence, among them education and health which are intended not only to meet the basic needs of the population, but also the solidification of the Republic. Thus, the study demonstrates and concludes that the social dimension in Government Pedro Pires should not consist of isolated and fragmented initiatives. That would be a failure of the national project. The vocation of the Government was to incorporate the social dimension and the mission of combating poverty as essential and cutting-edge strategy for Cape Verde in the order to delineate the horizons of national development based on progress and modernity.

Keywords: affirmative action, development, social transformation.

I. Uma centralidade diretiva do pragmatismo responsável

Analisar as ações afirmativas sob a ótica do Estado moderno é, antes de mais nada, resgatar o seu valor histórico — o que implica dizer, em primeiro lugar, que a importância de colocar em reflexão o governo do Comandante Pedro Pires nos abre a oportunidade, portanto, de repensar as diretrizes básicas do projeto desenvolvimentista. Em segundo lugar, o reconhecimento público dos Combatentes da Liberdade da Pátria na construção do Estado Nacional, abriu as portas para repensar princípios, que estiveram durante muito tempo vigentes, nomeadamente o “lançamento das bases do progresso econômico e social e edificação duma economia nacional independente” (PAICV, 1984, p. 6).

O quadro político cabo-verdiano, que naquele período estava centrado no Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), influenciou diretamente na emolduração das bases

nacionais que marcaram as grandes transformações sociais, culturais e políticas no país. Com a ordem dos Combatentes, se ergueu, edificou e consolidou a República de Cabo Verde. Vários aspetos contribuíram para que esse fato viesse a concretizar, entre outros, a aspiração do povo de se tornar independente; a centralização do poder nas mãos de uma liderança gigante, de sólida formação social e defensor das massas trabalhadoras; as políticas de ações afirmativas postas em prática de forma inteligente para oferecerem “a satisfação crescente das necessidades básicas da população” (PAICV, 1984, p. 6).

A Constituição republicana encaminhou a articulação das ações afirmativas nacionalmente num contexto de constrangimentos estruturais e limitações de recursos naturais. Consequentemente, a priorização e a remoção do subdesenvolvimento são tarefas importantes, embora não triviais. A pobreza e a fome sempre foram tristes presenças na historiografia

cabo-verdiana e personagens de uma dura realidade, que marcou muitas gerações de cabo-verdianos. De Almeida (1979), já sabemos que a fome de 1863 a 1866 vitimou em média 30 mil cabo-verdianos (31%). As secas de 1940 e 1948 chegaram a vitimar quase 50 mil cabo-verdianos. Em virtude disso, o Estado cabo-verdiano assumiria uma postura de enfrentamento dos problemas da terra, o que potencializaria formas de agenciamento capazes tanto de elevar o nível de vida da população, quanto de produzir práticas políticas e culturais que fomentariam a participação social e a ampliação da cidadania.

O processo de institucionalização do plano de desenvolvimento nacional continha e contemplava princípios, objetivos, ferramentas de gestão e, portanto, mecanismos que expressavam a questão social. Entretanto, os processos de modernização de gestão implicam estratégias políticas e práticas orientadas por significados culturais, mas também, ideológicos. Assim, em todos os setores governamentais, com destaque para a assistência social, convém considerar, como sugere Yasbek, que a função do Estado associa controle social a construção de bases de legitimidade para os chamados “segmentos excluídos” (Yasbek, 2001).

Cabe sinalizar que as ações afirmativas são políticas e programas sociais que proporcionam a garantia de direitos e melhores condições de vida ao cidadão, conforme recursos disponíveis. Um marco de referência de centro para a História Nacional — o que, aliás, graças a um Comandante que expressava liderança incontestada, assim como os gigantes, pessoas extremamente fortes ao final da Guerra Fria, o Felipe González (Espanha), a

Margaret Thatcher (Grã-Bretanha), o François Mitterrand (França), o Helmut Kohl (Alemanha), representou um projeto político num ambiente de aventura. O Estado cabo-verdiano foi referenciado como uma iniciativa importante de aperfeiçoamento da ação pública que possibilitava um novo arranjo institucional. Entre estes arranjos destacavam-se as ações afirmativas que “em alguns casos toca[vam] a raia da aventura e em outros ressalta[vam] o esforço titânico consentido” (Delgado, 2009, p. 35).

I.1 Superação dos limites do subdesenvolvimento com ações afirmativas

Tendo os Combatentes da Liberdade da Pátria ordenado o princípio das ações afirmativas — ousamos sonhar o futuro, predizê-lo e projetá-lo — levando em consideração que, em 1975, com uma população estimada em 275 mil, em média, 80% vivia em situação de pobreza, o Governo passou a suprir com as necessárias despesas, e dar as providências, conforme as aspirações da época. As ações afirmativas repercutiram-se no crescimento progressivo de todos os cabo-verdianos, que hoje apresentam “82,8% da população alfabetizada” (Instituto Nacional de Estatística, INE, 2010), contrariando os 80% de analfabetos, em 1975.

Naquele momento, o Comandante Pedro Pires era primeiro-ministro (chefe do governo), o secretário-geral do PAICV Aristides Pereira (presidente da República), o Abílio Duarte (presidente da ANP e ministro dos Negócios Estrangeiros), o Comandante Silvino da Luz (ministro da Defesa e Segurança

Nacional), o Corsino Tolentino (ministro da Educação e Cultura), o David Hopffer Almada (ministro da Justiça), o Manuel Faustino (ministro da Saúde e Assuntos Sociais), entre outros, para o lançamento das bases republicanas. Neste governo, as ações afirmativas ganharam não só o combate às vulnerabilidades, como também promoveram a participação social. O governo introduziu as ações afirmativas como política de Estado, a partir da análise de uma realidade concreta – tornando mais eficiente o gasto público, com um orçamento enxuto. Segundo Castel (1999), todo Estado moderno é mais ou menos obrigado a “fazer social” para mitigar algumas disfunções e garantir um mínimo de coesão entre os grupos sociais, na medida em que a “pobreza gera ineficiências económicas, externalidades negativas e questões de equidade e justiça social”. (Cobo, 2010, p. 24)

Os Combatentes introduziram o imperativo do Estado na criação e promoção de condições favoráveis à elevação do nível de vida dos cabo-verdianos e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar a “salvaguarda da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade” (Cabo Verde, art. 16, 1, 1980, p. 15). A partir desse pilar, as ações afirmativas criaram um arcabouço legal de proteção social. Esse enfoque segue em plano estratégico bem fundamentado, mas num ambiente de constrangimentos estruturais e limitações severas. Evidencia-se a mobilização de parcerias internacionais, dentro dos limites governamentais, que

se repercutiu numa mais-valia na consolidação da República.

A situação de total dependência em relação ao estrangeiro começa a modificar-se devido a uma série de fatores, nomeadamente, a política de formação de quadros, a assistência alimentar e nutricional que visava atender e garantir as necessidades básicas da população cabo-verdiana, no qual, o papel do Comandante Pedro Pires, das organizações não governamentais e de especialistas da área ocupava um lugar de destaque na construção de um amplo consenso nacional feito de escolhas urgentes e corajosas. Esse consenso se traduziu em um conjunto de instrumentos concretos que se materializou num forte gasto em educação tanto nas áreas rurais quanto na cidade, na medida em que, na cidade, o analfabetismo chegava a 20% de homens e 40% de mulheres acima de 15 anos e, nas áreas rurais, 60% a 80% dos chefes de famílias eram analfabetos (Cabo Verde, 1982). A “liquidação do analfabetismo tarefa fundamental” (Cabo Verde, art. 15, 2, 1980, p. 15) se intensifica nacionalmente.

O Comandante Pedro Pires promoveu a construção de uma consciência crítica via educação, isso porque a “educação visa[va] a formação integral do homem. Ela dever[ia] manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitissem ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso” (Cabo Verde, art. 15, 2, 1980, p. 15). A educação era concebida como sendo “uma atividade mediadora no seio da

prática social global e um dos pilares da socialização e do desenvolvimento de uma identidade nacional” (Pinto, 2002, p. 20). Quanto a este aspeto, o mais referenciado, com as ações afirmativas na área da educação, enquanto processo direcionado pelo Estado, pretendia-se facilitar o desenvolvimento integral da população alvo, garantindo melhorias aos segmentos mais pobres da sociedade. .

Neste sentido, os dados do INE (2010) apontam que a taxa de alfabetizados de pessoas com 15 anos é hoje superior, chegou a 82,8%, sendo 88,4% do sexo masculino e 77,4% do sexo feminino. Na área urbana, 87,4% são alfabetizados, sendo 91,6% do sexo masculino e 83,2% do sexo feminino. Na área rural, 75% são alfabetizados, sendo 82,7% do sexo masculino e 67,7% do sexo feminino. No que tange a indivíduos com idade inferior a 15 anos, 99% são alfabetizados.

Atentando para a repercussão do desenvolvimento integral durante a primeira república (1975-1990), as pesquisas relatam seus resultados, ressaltando o aumento de estudantes universitários no exterior de Cabo Verde (Portugal, França, Brasil, URSS), que retornavam para o país para trabalhar nas principais cidades como profissionais, quadros. Além disso, profissionais estrangeiros, sobretudo médicos, vinham tentar carreira profissional em terras cabo-verdianas. Outras ações complementares foram introduzidas, como cursos de alfabetização de adultos, apoio a campanha de arborização, apoio aos emigrantes cabo-verdianos e a capacitação profissional, visando favorecer a consolidação da chamada “identidade nacional”

A República removeu da história de Cabo Verde o índice do subdesenvolvimento humano. As ações afirmativas, que se estenderam por quinze anos, ganharam força e impacto positivo na avaliação sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDN), conforme os dados do Plano Nacional do Desenvolvimento apresentados por Cabo Verde (2013), que aponta uma melhoria do nível de vida da população, que se repercutiu no índice de desenvolvimento humano médio (0,568 na pontuação global, numa escala de 0 a 1), indicando que as bases planejadas potencializaram o desenvolvimento da população.

O governo dos Combatentes representa as mudanças que ocorreriam no país após a Independência Nacional. A constituição de 1980 era apenas uma confirmação legal da Nova Ordem, que seria doravante exercida pelos cabo-verdianos. De modo que a passagem do poder português para os cabo-verdianos apresentará grandes mudanças nas estruturas do país. A I República consolidou-se sobre um máximo de ações afirmativas, que assegurou melhores condições aos mais vulneráveis. Consolidou-se como um Estado soberano e representativo das massas trabalhadoras, de acordo com as melhores ideias do tempo. A sociedade cabo-verdiana passou a conviver com um desenvolvimento planejado, de acordo com as condições para o enfrentamento da pobreza, representando um papel essencial na política social, no sentido de garantir o bem-estar a longo prazo e as condições necessárias para romper com o ciclo intergeracional de pobreza.

A I República consolidou o sistema de saúde, visto que, na prática, os indicadores refletem sua relação com as condições de vida, mais especificamente a percepção da população quanto às condições de saúde das famílias cabo-verdianas. Entre esses indicadores, Varela (1990) aponta que “a taxa de mortalidade geral que, em 1975, chegou a 9,3 por mil” apresentou um percentual discretamente mais baixo em 1980, enquanto a “taxa de mortalidade infantil que atingia 108,6 por mil nascidos vivos” apresentou um percentual significativamente mais baixo; entre 1980 e 1990, a taxa de mortalidade recuou, mantendo-se no patamar dos 60 a 70% até 1988, para sofrer uma queda acentuada e alcançar valores de 41%, em 1990” (Delgado, 2009, p. 165). Por outro lado, as doenças infecciosas que chegaram a causar a morte de 80% da população infantil por diarreia, tosse convulsa e doenças preveníveis por vacina, a exemplo da poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, meningite e sarampo, tiveram “uma redução gradual de óbitos por doenças preveníveis, desde 1988, com ausência de registro de casos de poliomielite, sarampo e coqueluche (tosse convulsa) desde 1989” (Idem).

A imunização de crianças teve impacto positivo, na medida em que “a taxa de cobertura vacinal cresceu paulatinamente durante a década de 1980 até atingir 74% das crianças com 0 a 1 ano, em 1990, e, de assinalar que em 1985, as percentagens atingidas pelas quatro vacinas incluídas no plano de vacinação ficaram próximas de 50%” (Delgado, 2009, p. 169). O Programa Proteção materno-infantil e Planejamento Familiar (Pmi/PF),

orientado para grupos vulneráveis, garantiram: a) crianças de 0 a 6 anos (vacinação, acompanhamento do crescimento e controle da desnutrição), b) gestantes (acompanhamento da gravidez), c) mulheres em idade fértil (planejamento familiar). Com isso, a taxa de mortalidade materna estimada em 90 por cem mil nascidos vivos, em 1980, passou para 60 por cem mil nascidos vivos, em 1989. (Cabo Verde, 1996). Segundo Cabo Verde, os resultados da Unicef relatam que a imunização das gestantes com duas doses de vacina antitetânica atingiu valores próximos dos 90%, entre 1988 e 1990, contribuindo para a redução dos casos de tétano neonatal. Através da educação popular, as parteiras foram orientadas com treinamento científico, na medida em que assistiam nos domicílios a quase 62% dos partos rurais e 22% nas cidades.

Cabe considerar que o objetivo essencial do Estado, durante a primeira república, foi o de “promover o bem-estar físico e mental das populações e a sua equilibrada inserção no meio socioecológico em que vivem” (Cabo Verde, art. 14, 1980, p. 15). Desde já, vale deixar registrado que esse objetivo do governo de garantir serviços básicos não foi uma tarefa trivial. O esforço de implementar as ações afirmativas, de modo a tornar sua atuação em escala nacional, exigiu do governo a responsabilidade de orientar, coordenar e direcionar os projetos sociais como estratégias de relevância social.

1.2 Um breve balanço do governo da Primeira República

A um primeiro olhar, as ações afirmativas representaram o primeiro

esforço de instituir uma política nacional de desenvolvimento de Cabo Verde. Num segundo olhar, as ações afirmativas representaram uma mudança de paradigma no combate das limitações severas e constrangimentos estruturais do país.

Através das ações afirmativas a situação de extrema dependência começava a modificar-se devido a uma série de fatores, entre outros, a necessidade de consolidação da independência nacional. A educação popular foi aprofundada ao longo da governação, tornando-se a base do desenvolvimento social, cultural e político. Os planos de desenvolvimento definiram as prioridades e a previsão de recursos do Estado por área de atuação do governo, com base no orçamento e nos objetivos a serem atingidos. No geral, os recursos eram concedidos linearmente para setores de emergência via programas de garantia de direitos básicos por meio de ações sociais.

As ações afirmativas tinham seu foco na promoção do desenvolvimento integral do homem cabo-verdiano, a partir da superação das necessidades básicas, da instrução básica para todos e ativação de seu potencial endógeno. Podemos afirmar que o governo do Comandante Pedro Pires, além de ampliar e renovar a biografia da cultura política de Cabo Verde, impulsionou a afirmação da identidade nacional. De lá para cá, o avanço no desenvolvimento tem sido crescente, mas limitado na escala de atuação por falta de recursos. Considera-se, como argumento forte deste artigo, que o processo de institucionalização do ordenamento das políticas de ações afirmativas tocava na questão do agenciamento do projeto nacional e do envolvimento de atores diversos, entre outros, a ex-metrópole, na arena política do desenvolvimento integral e da consolidação da República de Cabo Verde. Afinal, uma República incontestada, como também, um Estado de Direito Democrático.

Referências bibliográficas

Almeida, P. R. (1979). História do colonialismo português em África. Cronologia do século XX. Lisboa: Estampa.

Cabo Verde (1980). Constituição da República de Cabo Verde. Praia.

_____ (1982). Primeiro plano nacional de desenvolvimento (1982-1985). Praia.

_____ (1976). Programa de governo I legislatura (1975-1980). Praia

_____ (1996). Estratégia nacional de saúde. Praia.

_____ (2013). Relatório do desenvolvimento humano. A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado (tradução para a língua portuguesa pelo Instituto Camões). Praia: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Castel, R. (1999). As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 2ª edição. Petrópolis: Vozes.

Cobo, B. (2010). Sistemas focalizados de transferência de renda: contextos e desafios ao bem-estar. Rio de Janeiro: UFRJ.

Delgado, A. P. C. (2009). Políticas de saúde em cabo Verde na década de 1980-1990: experiência de construção de um sistema nacional de saúde. Praia: UniCV.

Instituto Nacional de Estatística, INE (2010). População alfabetizada. Praia: INE

Partido Africano da Independência de Cabo Verde, PAICV (1984). O estado. Praia: DIP.

Pinto, F. M. B. (2002). Análise da educação básica cabo-Verdiana (dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade Nova.

Varela, F. M. (1990). Ministério da saúde, trabalho e assuntos sociais mistas. Sistema de saúde cabo-verdiano: 15 anos ao serviço da população. Praia: Voz di Povo.

Yasbek, M. C. (2001). Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. In: Temporalis –(ABEPSS), D.F.

REFLEXÕES METODOLÓGICAS E LUGARES DE ENUNCIÇÃO EM CONTEXTOS PÓS-COLONIAIS

Vladmir Silves Ferreira

Universidade de Cabo Verde

vladmir.ferreira@adm.unicv.edu.cv; vladfer@hotmail.com

Resumo

Um projeto de pesquisa se equivale a uma viagem a partir de um ponto de observação. A definição do objeto de pesquisa, assim como a opção metodológica adequada constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto a ser produzido no fim. Este artigo faz uma reflexão sobre o processo de “construção do objeto”, a capacidade de optar pela alternativa metodológica mais adequada, o papel e o posicionamento do investigador e do investigado em contextos pós-coloniais.

Palavras-chave: Metodologia, investigação, pós-colonial, subalternidade.

Abstract

A research project is equivalent to a trip from an observation point. The definition of the research object, and the appropriate methodological choice are such an important process for the researcher as the text it shows in the end. This article is a reflection on the process of “object construction”, the ability to choose the most appropriate methodological approach and positioning and the role of the investigator and investigated in postcolonial contexts.

Keywords: Methodology, research, post-colonial, subalternity.

(In)definições metodológicas, o objeto e o lugar de enunciação do investigador

O início de um projeto de pesquisa é sempre, de alguma forma, o início de um relato de longa viagem empreendida a partir de um ponto de observação sobre uma determinada realidade que se quer conhecer/apropriar. Partimos sempre de uma experiência, de um olhar, de uma

posição e de um ponto de vista, o que nos confere uma forma própria de apropriação do conhecimento e que nos são bastante pessoais. Contudo, conforme argumenta Carvalho,

[...] há muito pouca prática do posicionamento autoral explícito e há inclusive muita resistência em admitir que ele deva ser explicitado. Paralelamente a essa restrição, são poucos os exercícios conscientes de co-autoria com que contamos. Agimos como se os mecanismos de controlo e hierarquização da sociedade [...] não

encontrassem ressonância e reprodução no seio da comunidade acadêmica (Carvalho, 2002, p. 7).

Quando iniciamos um projeto de pesquisa, há que definir os processos e procedimentos que nos permitirão ter acesso aos dados que precisamos e sobre os quais nos iremos basear. A definição do objeto de pesquisa, assim como a opção metodológica adequada constituem um processo tão importante para o pesquisador quanto o texto que ele elabora ao final. A “construção do objeto” diz respeito, entre outras coisas, à capacidade de optar pela alternativa metodológica e posicionamento mais adequados à análise daquele objeto.

É obrigação do investigador ir além da compreensão superficial da vida quotidiana. Levantar perguntas aparentemente “idiotas” (Stengers, 2007). Pois a investigação deve ajudar-nos a compreender as nossas vidas sociais de uma nova forma. Temos que nos surpreender a nós próprios nas questões que colocamos e nas descobertas dela surgidas.

Não posso deixar de admitir que os meus textos são construídos, enquanto indivíduo do sexo masculino, nascido cinco anos após à independência nacional, que frequentou os estudos superiores (Licenciatura e Mestrado) em Portugal, vive e trabalha na Cidade da Praia, ativista político e social.

Representação, hoje e sempre, passa necessariamente por auto-apresentação. Os dilemas da representação etnográfica são também dilemas de como se autoapresentar face aos pares, aos nativos e ao terceiro (no nosso caso, um europeu ou um norte-americano) que nos atribuirá o lugar de mensageiros da voz

da ciência. Esses dilemas se intensificam após a constatação de que passados estão os dias em que um “nós” unia toda a comunidade de antropólogos (Carvalho, 2002, p. 6).

O meu posicionamento face aos vários grupos sociais a serem acompanhados ao longo do trabalho de campo se dá, portanto, sempre em função das minhas próprias referências pessoais, minhas convicções e trajetória social.

Ao colocar-se como intérprete, o etnógrafo de facto põe-se ao lado do sujeito nativo. É co-autor do discurso que se apresenta como diferente. Ou seja, somos intérpretes de um texto que nós mesmos ajudamos a construir. A co-autoria aparece na diferença incontrolável do etnógrafo - sua cor, sua classe, seu sexo, tudo é significativo e oscilante ao mesmo tempo (Carvalho, 2002, p. 11).

Ainda de acordo com Carvalho (2002), a tarefa do investigador é, classicamente, trazer uma presença - oculta, silenciada, marginalizada, suprimida, recalcada, esquecida, incompreendida - à luz da transparência textual da disciplina que se propõe universalista. Michel Foucault (1979), no seu conhecido diálogo sobre os intelectuais e o poder com Giles Deleuze, argumenta que o intelectual assume o papel de dizer a verdade àqueles que ainda não a tinham visto e não tinham consciência dela, contudo, para Foucault o papel do intelectual não é dizer a verdade de todos, é sim lutar contra as formas de poder onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem.

Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso (Foucault, 1979, p. 42).

Deleuze complementa este ponto de vista argumentando que o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam (os sujeitos subalternos) deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age é sempre uma multiplicidade, mesmo que seja personificada na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação: ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede (Deleuze, apud Foucault, 1979, p. 42).

A voz do subalterno em contextos pós-coloniais

Partindo de uma crítica aos intelectuais ocidentais, em particular Deleuze e Foucault, Spivak delinea um dos argumentos considerados mais incisivos dos estudos pós-coloniais contemporâneos. Para Spivak, o grupo

dos estudos subalternos precisaria de refletir sobre uma questão premente nos estudos pós-coloniais: o subalterno como tal pode, de facto, falar? E a mesma conclui, ao contrário de Deleuze e Foucault, que de facto o subalterno não fala.

Tal conclusão não pode ser tomada em seu sentido literal, pois o subalterno, é claro, é capaz de falar no sentido estrito da expressão. Spivak, porém, ressalta a ausência desse carácter dialógico na fala do subalterno. Da mesma forma, o processo de autorepresentação do sujeito subalterno também não se efetua. Pois o ato de ser ouvido não ocorre. Ao concluir que o subalterno não pode falar, Spivak vai além de uma mera resposta objetiva a essa pergunta. Tal afirmação tem sido interpretada, erroneamente e de forma simplista, como se Spivak estivesse afirmando categoricamente que o subalterno - ou os grupos marginalizados e oprimidos - não pudesse falar ou que tivesse que recorrer ao discurso hegemónico para fazê-lo. Aqui Spivak refere-se ao facto de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um outro.

Invoquei meu posicionamento dessa maneira incómoda para ressaltar o facto de que questionar o lugar do investigador permanece sendo uma crença sem sentido em muitas das críticas recentes ao sujeito soberano. Assim, embora eu procure destacar a precariedade da minha posição ao longo deste texto, sei que esses gestos nunca são o bastante (Spivak, 2010, p. 19).

Segundo Spivak, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar

para que, quando ele o faça, possa ser efetivamente ouvido. Para ele, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido.

O quadro se complica ainda mais no momento presente, pós-foucaultiano, quando a questão do poder passa a ser tratada como se fosse coesa, coetânea, colada, contígua, conectada à questão do significado. Mais ainda, a formação de uma estrutura de poder se dá em articulação com o processo de produção dos próprios significantes. A opção “nós” denota um desejo claro de negar a realidade da coautoria. Podemos dizer que o etnógrafo que não se assume como coautor é mais propenso a dizer “nós”. Não pode haver co-autoria nesse “nós”, porque nesta perspectiva o saber universal só existe do lado do etnógrafo, e nunca do lado “deles” (Carvalho, 2002).

Ainda sob esse olhar, Isabelle Stengers (2007), vai ainda mais longe ao estender este questionamento aos seres não humanos - as coisas, ou seres do mundo espiritual. Por exemplo, em uma demarcação de terras de comunidades tradicionais, até que ponto o imaterial é aceito? Até que ponto é dificultada a possibilidade de mostrar a veracidade dos fenômenos dos quais se ocupam esses seres, em situações como um processo de demarcação? Ainda de modo a pensar em tal situação, em que sentido a política deve ser estendida a esses outros seres? Como se dá essa imbricação? Como visualizar a política além de um problema de representação dos humanos, de

tomadas de posição dos humanos, e sim como uma cosmopolítica, com a representação das coisas? Mas quem fala pelo quê? Como esses seres podem ter voz? Quem são seus porta-vozes?

Para Deleuze a reforma não se afigura fácil, pois ela não acontece sem provocar abalos nas estruturas de poder.

Ou a reforma é elaborada por pessoas que se pretendem representativas e que têm como ocupação falar pelos outros, em nome dos outros, e é uma reorganização do poder, uma distribuição de poder que se acompanha de uma repressão crescente. Ou é uma reforma reivindicada, exigida por aqueles a quem ela diz respeito, e aí deixa de ser uma reforma, é uma ação revolucionária que por seu caráter parcial está decidida a colocar em questão a totalidade do poder e de sua hierarquia. Isto é evidente nas prisões: a menor, a mais modesta reivindicação dos prisioneiros basta para esvaziar a pseudoreforma Pleven.

Se as crianças conseguissem que seus protestos, ou simplesmente suas questões, fossem ouvidos em uma escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto do sistema de ensino. Na verdade, esse sistema em que vivemos *nada pode suportar*: daí sua fragilidade radical em cada ponto, ao mesmo tempo que sua força global de repressão (Deleuze, apud Foucault, 1979, p. 43).

Este permanente questionamento e procura de um *lugar de enunciação* e a assumpção enquanto *sujeito posicionado* deixa de ser um marco conceitual abstraído de certas interpretações específicas e reproduzidas como se fosse um legado a-histórico, para ser entendida como uma produção cultural com significados e de significantes diretamente vinculada a um interesse

de tradução e de coautoria (Carvalho, 2002).

De certa forma, terei de, em muitas circunstâncias, posicionar-me a partir da perspectiva dos agentes enquanto “agentes recetores” de um conjunto de ações dos poderes públicos, sem contudo cair na tentação de assumir o papel de reproduzidor da “voz dos oprimidos” e desprovidos de poder. Uma mudança de foco, de um poder descendente e monocrático para os multipoderes ascendentes e democráticos que se constituem na sociedade civil, tem sido um apelo recorrente nos discursos e práticas, de modo que muitos cientistas sociais passaram a incorporar tais perspectivas em suas análises.

Existe atualmente um grande desconhecido: quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder [...] Sabe-se muito

bem que não são os governantes que o detêm. Mas a noção de “classe dirigente” nem é muito clara nem muito elaborada. “Dominar”, “dirigir”, “governar”, “grupo no poder”, “aparelho de Estado”, etc.. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (Foucault, 1979, p. 45).

É no interior desta complexidade de elementos e de articulações, que as Ciências Sociais devem intervir, descodificando representações, avaliando resultados e propondo caminhos alternativos, com os saberes e as metodologias que lhe são próprios.

Referências bibliográficas

Carvalho, J. J. (2002). Poder e Silenciamento na Representação Etnográfica. Brasília: Universidade de Brasília, Série Antropologia.

Foucault, M. (1979). Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal.

Spivak, G. (2010). Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFM.

Stengers, I. (2007). La Proposition Cosmopolitique. In Jacques Lolive et Olivier Soubeyran (orgs.). L'Émergence des Cosmopolitiques: 45-68. Paris: La Découverte.

REVISITANDO A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA EM CABO VERDE

Crisanto Barros

Universidade de Cabo Verde

crisanto.barros@docente.unicv.edu.cv

Resumo

A transição do regime político autoritário para o regime democrático tem sido considerada pela maioria dos estudiosos do sistema político cabo-verdiano como sendo exemplar, uma vez que os requisitos básicos para a sua institucionalização resultaram de um sólido acordo entre as duas maiores forças políticas – o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Movimento para a Democracia (MpD). Esta constatação parece induzir muitos estudiosos a decalcar o processo de construção do Estado democrático cabo-verdiano apenas das injunções políticas dos finais dos anos 80 e início da década de 90, e da divisão do campo político, feita por esses dois maiores protagonistas. Neste artigo, pretendemos explorar algumas pistas interpretativas a respeito do processo da construção do Estado democrático cabo-verdiano, sopesando, por um lado, os aspetos históricos de longa duração que estiveram na base de sua edificação, designadamente a existência de um Estado racional burocrático, a formação de uma elite político-administrativa, a construção do sentimento de Nação, a afirmação de uma incipiente esfera pública e a emergência dos partidos políticos, cujas fronteiras não são demarcáveis com o advento da independência e, muito menos, com a abertura política em 1990/9. Por outro lado, é nossa intenção cotejar algumas implicações, em termos da lógica de ação política, tendo em conta o aparecimento dos partidos de massa na conformação dos sistemas *mono/pluripartidário*.

Palavras-chave: Estado, transição, democracia e pluripartidarismo.

Résumé

La transition du régime politique et autoritaire vers celui de la démocratie est considérée par la majorité des chercheurs du système politique cap-verdien comme exemplaire, vu que les pré-requis de base pour son institutionnalisation découlent d'un accord solide entre les deux plus grandes forces politiques - le PAICV et le MPD. Ce constat induit beaucoup de chercheurs à déclarer le processus de construction de l'Etat démocratique cap-verdien uniquement à partir des injonctions politiques de la fin des années 80 et début de la décennie de 90 et du clivage entre ces deux grands protagonistes, dans le domaine politique.

Dans cet article, nous envisageons d'explorer quelques pistes d'interprétation à l'égard du processus de la construction de l'Etat démocratique cap-verdien en sopesant, d'une part, les aspects historiques qui remontent dans le temps

et qui ont été à la base de sa construction, plus précisément, l'existence d'un Etat rationnel bureaucratique, la formation d'une élite politico-administrative, la construction du sentiment de Nation, l'affirmation d'une sphère publique qui débute et l'émergence des partis politiques dont les frontières ne sont pas repérables avec l'avènement de l'indépendance et, d'autant moins, avec l'ouverture politique en 1990/91. D'autre part, confronter quelques implications, en termes de la logique de l'action politique, avec l'émergence des partis de masse dans la configuration des systèmes mono/pluripartidaire.

Mots-clés: Etat, transition, démocratie et pluripartisme.

Revisitando a consolidação da democracia em Cabo Verde

A institucionalização do regime liberal-democrático resulta de um processo de transição política, no início dos anos 90, do século passado. Ela assenta, como nas demais democracias contemporâneas, na vigência das principais regras do jogo democrático, a saber: a garantia das liberdades individuais invioláveis, a soberania popular através da realização de eleições livres e plurais, a independência formal dos tribunais, a Administração Pública regida pelo primado da lei, a emergência de organizações da sociedade civil autónomas (Koudawo, 2001; Évora, 2004).

No geral, a transição para o regime democrático tem sido considerada pela maioria dos estudiosos do nosso sistema político como sendo exemplar (Cf. Lima, 1992; Koudawo, 2001; Roselma, 2004), uma vez que os requisitos básicos para a sua institucionalização resultaram de um sólido acordo entre as duas maiores forças políticas – o PAICV e o MpD. A realização ininterrupta de eleições a diferentes níveis (autárquicas, legislativas e

presidenciais), das quais resultou alternância dos governantes indicia a estabilização do novo regime. Esta constatação induz estes estudiosos a decalcar o processo de construção do nosso Estado democrático apenas das injunções políticas, dos finais dos anos 80 e início da década de 90, e da divisão do campo político, realizada por esses dois maiores protagonistas.

O presente texto pretende explorar algumas pistas interpretativas a respeito do processo de transição e consolidação da democracia cabo-verdiana, sopesando, por um lado, os aspetos históricos de longa duração que estiveram na base de sua edificação, designadamente a construção do sentimento de Nação, o Estado racional burocrático, a formação de uma elite administrativa e intelectual e uma incipiente esfera pública, cujas fronteiras não são, de todo, demarcáveis, com o advento da independência. Por outro, este artigo tenciona cotejar algumas implicações, em termos da lógica de acção política, na conformação dos sistemas mono e pluripartidário, tendo em conta o advento dos partidos de massa.

Da formação do Estado-nação e de uma elite político-administrativa e intelectual

O soerguimento do Estado racional moderno cabo-verdiano, nos moldes como o definira Weber (2001), antecede, pelo menos, um século e meio à proclamação do Estado nacional em 1975. A partir da década de 30 do século XIX, com a consolidação da vitória dos liberais, outorga-se um novo código administrativo, que se propunha combinar dois aspectos importantes do ideário liberal: a centralização, sob o controlo dos serviços centrais e desconcentrados, enquanto garantes do interesse da nação, e a autonomia do poder local através das câmaras e das estruturas inframunicipais (paróquias).

Nos finais dos anos 80 do século XIX, promulgou-se, novamente, um conjunto de leis que pretendia aperfeiçoar a organização administrativa no arquipélago, revogando o código de 1842, tornando-a mais eficaz e eficiente. No preâmbulo do Decreto de 1892, o legislador apesar de exaltar o estado de civilização de Cabo Verde, considera que a reivindicação do estatuto semelhante ao dos arquipélagos de Madeira e Açores – de adjacência e de autonomia – não era exequível, uma vez que nem as receitas geradas cá cobriam as despesas que tal empreendimento requeria, e sequer existiam na província elementos de educação científica para dar concretização a um projeto dessa envergadura. De referir que a reivindicação de um estatuto de adjacência, no final do século XIX, só se tornou possível porque a elite político-administrativa cabo-verdiana

se considerava suficientemente douda para reivindicar o comando da máquina político-burocrática do moderno Estado provincial.

Emergência de uma esfera pública e sentimento de Nação

Desde finais da segunda metade do século XIX, o embrião das esferas públicas política, jornalística e literária, no sentido que lhe empresta Habermas (1984) viça no país, no quadro das contraditórias reformas liberais no império português¹. Desde logo, as reformas políticas liberais permitiram, entre 1840 a 1926, às elites locais concorrerem aos pleitos eleitorais, quer para as câmaras, quer para a representação nos órgãos de índole nacional (Correia e Silva, 2003, & Pereira, 2013). A expansão do ensino primário e, especialmente, a institucionalização da escola primária, de forma regular a partir de 1845, a criação do seminário-liceu de São Nicolau (1866), e o liceu Nacional de Cabo Verde, instituído no Mindelo, em 1917, dota essa elite letrada de recursos simbólicos para mediar a relação entre a nascente sociedade civil cabo-verdiana e os dirigentes do Estado colonial de então. Um número significativo de publicações, na parte não oficial dos boletins oficiais, em jornais, periódicos, folhetos dá tom a uma certa efervescência cultural nos principais centros urbanos.

1. João Nobre de Oliveira, na sua obra sobre a Imprensa em Cabo Verde faz um levantamento exaustivo de mais de seis dezenas de publicações e de inúmeros espaços públicos, por onde se canalizaram acesos debates no seio da elite nativa, versando diversas questões de interesse público e não só. (Cf. Oliveira, 1998).

A construção de um sentimento de nação cabo-verdiana, enquanto comunidade imaginária de pertença, encontra as suas raízes na afirmação e consolidação secular das línguas portuguesa/cabo-verdiana e na difusão do catolicismo. A identidade nacional que uma elite intelectual nativa logrou inventar, a partir no século XIX, ganha, entretanto, novos contornos, em função das lutas simbólicas no decurso do século XX (Anjos, 2002; Fernandes, 2002). Todavia, quando se menciona identidade nacional é preciso relativizá-la. Numa sociedade marcada pela dispersão da sua população e falta de integração de mercado, há, na verdade, poucas condições para se efetivar a alteridade, sem a qual a identidade carece de identificação em toda a sua extensão (Furtado, 2001).

A nosso ver, a questão central que se coloca é a de saber se não teria sido esse longo processo de consolidação do Estado-nação, de formação e renovação de uma elite político-administrativa, de constituição de esferas públicas, literária e jornalística, que contribuíram, decisivamente, para o enraizamento *do ethos* burocrático e pluralidade, matrizes discursivas sobre as quais se erigiram as diversas formas de dominação política pós-independência.

Uma resposta positiva a essa indagação leva-nos a acreditar que algum sentido de “estaticidade”, de nacionalidade, de pluralidade de referenciais simbólicos e de diversidade de elites político-administrativas, não teria sido uma invenção pós-independência e, muito menos, pós-abertura política em 1991. Neste sentido, convém precisar, a nosso ver, que o que advém da independência, em

1975, e da abertura política, em 1990, não é tanto a dimensão burocrática do Estado nacional, ainda que ele seja menos complexo, nem a formação de uma elite político-administrativo e, muito menos, um sentimento de Nação, ainda que seja re-significada, especialmente pelos claridosos e pela geração de Amílcar Cabral. É, pois, acima de tudo, a entrada em cena de novos atores políticos, especialmente os partidos de massa (PAIGC/CV e MpD), e uma nova reengenharia jurídico-institucional, que permitem a que esses atores legitimarem o seu projeto de sociedade. Daí que os desafios da consolidação da democracia em Cabo Verde dependam, acima de tudo, da natureza da relação que os partidos estabelecem com o Estado e com a sociedade civil, mais do que da edificação dos requisitos elementares ao seu funcionamento a que fizemos referência na parte introdutória deste texto.

Do monopartidarismo ao pluripartidarismo: ruturas e continuidades

Em Cabo Verde, a clivagem política no período pós-independência é marcada, indubitavelmente, pela emergência na arena política do PAIGC, um partido-movimento, como protagonista que mobiliza a maioria dos políticos nacionais, no quadro do processo de afirmação de um Estado independente.

A vitória conseguida por esse partido numa eleição sem concorrentes, no final do primeiro quinquénio da década de 70, permitiu-lhe autorreferenciar-se numa suposta transcendência, face a outras forças políticas embrionárias.

É esse viés teleológico que permite ao partido se arrogar como força política dirigente do Estado e da sociedade, fazendo da sua imanência uma transcendência específica (Kriegel, 1984; Fetjo, 1993). Com efeito, o que, na verdade, ganha novos contornos com a independência nacional são, por um lado, a preponderância do partido sobre o Estado e, por outro, a dominação tentacular sobre a sociedade, através das organizações de massa que, num contexto de microssociedade, tende a tomar contornos de uma dominação total².

Neste caso, o que importa realçar para se compreender a lógica de estruturação do regime autoritário mobilizador em Cabo Verde é a consolidação de uma narrativa assente na cultura política do uno, do indivisível, enquanto estratégia para salvaguardar, alegadamente, a legitimidade histórica, a unidade nacional e os superiores interesses da nação cabo-verdiana.

As democracias modernas, como asseveraram Duverger (1985; 1986) e Sartori (1982) são partidárias. Elas seriam pouco funcionais sem as organizações que agrupam os cidadãos, transformam os seus intentos em projetos e programas, selecionam e suportam os candidatos nos embates eleitorais. Todavia, se a existência do partido é vital para o funcionamento da democracia numa

sociedade de massa, não é menos verdade que a forma e a natureza como medeia a sua relação com o sistema político e com a sociedade, em particular, pode, sob certas condições, tornar-se antidemocrática, a ponto de se degenerar numa partidocracia. Com essa inversão, os interesses específicos dos militantes são transformados em interesses gerais e, a soberania popular, numa espécie de autossoberania por delegação da vontade popular (Gaxie, 1977; Bauquet, 2006).

Após a institucionalização das condições básicas que impulsionaram a transição política para a democracia nos anos 90, o processo de consolidação da democracia opera-se, de novo, à volta de um Partido-Movimento, o MpD. Legitimado por duas vitórias estrondosas na década de 90 e, ancorado num discurso mobilizador de missão – sob o signo da Liberdade e Competência –, enquanto *slogan* para a Mudança, este partido dá o tom à dinâmica de configuração do novo sistema instituído.

Em vez de um sistema de partido único, que vigorou durante a primeira década e meia pós-independência, agora, um único partido, secundado por uma maioria parlamentar qualificada, detém poderes consideráveis para moldar o Estado e a sociedade, à luz dos seus novos ideais. O espectro do único, exorcizado da sala de visita do antigo regime, é retornado agora, sob novas vestes, pelas traseiras do novo edifício. Com efeito, o novo quadro multipartidário nasce e desenvolve-se em torno de uma polarização messiânica e maniqueísta, em que os Novos do pólo dominante (os do Bem, os libertadores e competentes) exorcizam os Velhos do pólo

2. No caso cabo-verdiano, a dimensão totalitária da dominação política caracteriza-se pela vigilância e controlo intensivos da ação individual por parte do amigo, do conhecido, do vizinho, padrinho, compadre, companheiro que, amiúde, é simultaneamente, militante, deputado, ministro, administrador público, etc. A transposição dessa lógica de controlo social para o espaço da luta política transforma a relação social numa relação política. Ou seja, as fronteiras entre o político e o social tornam-se muito ténues, limitando, deste modo, a margem de autonomia individual.

dominado (os do Mal, os opressores e incompetentes). Entretanto, o pólo maniqueísta é invertido nos finais dos anos 90, entre os que amam a terra e aqueles que alegadamente quiseram desbaratá-la, a favor do Governo da antiga metrópole.

Um dos dilemas do MpD, nos primórdios do seu mandato, residia na instituição de um regime de feição liberal-democrático (um governo de regime, como se dizia à época) e, na adopção de estratégias e dispositivos que garantissem a sua contínua legitimação política. Na sua relação com a sociedade civil, não tardou a que o partido-movimento colocasse em marcha estratégias, algumas vezes explícitas e outras veladas, de criar um empresariado que lhe fosse próximo, cooptar associações da sociedade civil - ONGs, associações comunitárias, associações sindicais, entre outras, - reproduzindo a mesma lógica de acção tentacular sobre a sociedade civil. Em vez de organizações de massa do Partido/Estado, emergem organizações formalmente livres, porém, sob forte influência e dependência do partido/governo provedor de recursos públicos, sob as suas mais diversas modalidades.

Uma revisita ao processo de consolidação da democracia cabo-verdiana no decurso das últimas duas décadas, induz-nos a pontuar algumas tendências, a saber:

Em primeiro lugar, alguns pilares sobre os quais se erigiram os sistemas políticos pós-independência, tais como, o Estado-Nação, uma elite político-administrativa e intelectual, capaz de gerir o Estado e mediar o processo discursivo na construção de projetos de sociedade, não foram construções pós-independência.

Segundo, uma das grandes conquistas pós-independência, do ponto de vista da afirmação da democracia, é a emergência dos partidos de massa que permitiu canalizar e congregar interesses das camadas populares e acomodá-los aos seus programas de governação. A institucionalização do regime liberal-democrático, a partir de 1991 acelera esse processo, obrigando os partidos a olhar com maior atenção para as demandas do eleitorado e a incorporar no seu seio um número cada vez mais significativo de líderes políticos, provenientes de estratos sociais mais desfavorecidos, e de uma nova classe média, em resultado da rápida expansão do Estado. O agendamento da chamada “regionalização política” pode ser visualizado também como uma reacção e/ou um reposicionamento de segmentos de elites decadentes de que fazem parte órfãos “predestinados” do III império soçobrado, supostos notáveis da primeira e segunda repúblicas, todos eles secundarizados pelos efeitos políticos da independência e da institucionalização das novas regras de competição política pós-90.

Terceiro, a transição de um regime monopartidário de cariz autoritário mobilizador para um regime pluripartidário de feição liberal-democrático, não representou nem resultou na descontinuidade da preponderância do partido sobre a esfera estatal, facto que fragiliza, efetivamente, os contrapesos que impulsionam a dinâmica de separação e a interdependência dos órgãos de soberania. Assim, a lógica do Partido/Estado, vigente durante o sistema monopartidário mobilizador, ressurgiu, de forma subtil, entretanto, não menos intenso e vigoroso, no quadro do regime pluripartidário.

Essa lógica tende a manter-se, uma vez que responde a uma necessidade estrutural e funcional dos partidos de se apropriarem dos recursos do Estado (central e local) como estratégia de financiamento do processo de legitimação político-partidária e, em decorrência disso, uma forma de retribuição aos militantes de bens materiais e simbólicos em função das “*aságuas* políticas”. Com efeito, a partidarização da Administração, longe de ser um desvio dos novos tempos, é, pelo contrário, uma estratégia de lubrificação da máquina partidária, sem a qual os partidos são obrigados a um esforço incomensurável de alteração do processo de legitimação política, o que, até agora, não se mostraram dispostos a fazer.

Em quanto lugar, as condições históricas específicas que conferiram enorme pujança política aos dois maiores partidos-movimentos (PAIGC/CV e MpD), contribuíram, decisivamente, para que se tornassem, por um lado, onnipotentes a nível da esfera estatal, a ponto de transformarem o Estado, sob certos aspectos, no seu “património sazonal”, e, por outro, onnipresentes na sociedade civil, a ponto de manter com ela uma relação clientelar. Em consequência, estamos perante uma sociedade cada vez mais servil, para glosar a expressão de Suzano Costa (2013), fortemente dependente do Estado que, através dos seus programas de apoio e financiamento, garante as condições de funcionamento

e a reprodução de associações, inibindo e limitando a autonomia destas na definição de seus interesses. Ademais, o estado-dependência atinge também círculos intelectuais, em que a ampla liberdade de expressão e de produção cultural é totalmente tolhida pelo compromisso tácito de não se pôr em causa os fundamentos do poder estatal, de cuja sombra dependem, para realizar os seus intentos pessoais e profissionais. Eis por que, a autocensura é a manifestação mais visível dessa relação.

Em quinto lugar, provavelmente uma das consequências mais nefastas desse entrelaçamento Partido/Estado para o processo de consolidação da democracia cabo-verdiana é a profunda alteração que poderá provocar no estatuto de cidadania. Este que deve ser expressão da igualdade, liberdade e autonomia individual tende a transformar-se numa espécie de *partidania*, porquanto o exercício de plenos direitos de cidadania requer, à partida, uma mediação político-partidária, sem a qual o cidadão comum é, na prática, um sub-cidadão. Nestas condições, quem não for um “*partidano*” e se atreve a ser um cidadão activo, imune às teias do controlo subjetivo dos militantes e simpatizantes, é um “confusento”, como se diz no jargão popular. Com efeito, a liberdade de consciência individual se torna subversiva, pois se afirma pela negação do outro e (por que não?) de si próprio.

Referências bibliográficas

Anderson, Benedict (2005). *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Anjos, José Carlos (2002). *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde*. Praia: ICL.

Bauquet, Nicolas et Brochier, François (2006). *Le Communisme et les élites en Europe centrale*. Paris: PUF.

Bobbio, Norberto (2004). *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cardoso, Humberto (1993). *O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança*. Praia: Imprensa Nacional.

Código Administrativo (1842). In: *Colecção de Leis e outros documentos oficiais*. Lisboa: Imprensa nacional.

Correia e Silva, António (1997). *O Processo Cabo-Verdeano de Transição para a Democracia*. Tese de Mestrado do Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Lisboa-ISTEC, Lisboa.

Costa, Suzano e Sarmento, Montalvão (Org) (2013). *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Editora Almedina.

Dahl, Robert A. (2003). *Um Prefácio à Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editoras.

Duverger, Maurice (1985). *Os Grandes Sistemas Políticos*. Lisboa: Editora Almedina.

Duverger, Maurice (1986). *A tecnodemocracia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Évora, Roselma (2004). *Cabo Verde da abertura política e a transição para a democracia*. Praia: Edições Spleen.

Fetjo, François (1993). *La fin des Démocraties populaires; Les Chemins du Post-Communisme*. Paris: Seuil.

Fernandes, Gabriel (2002). *A Diluição da África*. Praia: INBL.

Fonseca, Carlos Jorge (1990). *Sistema de Governo na Constituição de Cabo Verde*. Lisboa (s/r).

Furtado, Cláudio (1997). *Génese e Reprodução da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia: ICL.

Furtado, Cláudio (2001). *Participação da Sociedade Civil na Constituição da Independência*. *Kultura: Revista de Estudos Cabo-verdianos*. Número Especial, Setembro.

Gaxie, Daniel (1977). *Économie des partis et rétributions du militantisme*. *Revue française de science politique*. Volume 27, Numéro 1, pp.123-154.

Habermas, Jurgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário.

Koudawo, Fafali (2001). *Cabo Verde e Guiné Bissau: Da democracia Revolucionária à Democracia liberal*. Bissau: INEP.

Kriegel, Anne (1984). *Le Système Communiste Mondial*. Paris: PUF.

Lima, Aristides (1992). *Reforma Política em Cabo Verde, do Paternalismo à Modernização do Estado*. Praia: Grafedito.

Oliveira, João Nobre (1998). *A Imprensa cabo-verdiana entre 1820-1975*. Macau: Fundação Macau.

Sartori, Giovanni (1982). *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Weber, Max (2001). *Nascimento do Estado racional in . Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, pp.517-543.

SOBRE A SEGURANÇA ENERGÉTICA DO GOLFO DA GUINÉ: PRESENTE E FUTURO

Luís Paulo Carvalho de Almeida
Universidade Nova de Lisboa
Instituto Superior de Estudos Militares.
dealmeida.luis@iesm.pt

Resumo

O presente artigo procura definir um quadro sumário da realidade particular da geopolítica do petróleo no Golfo da Guiné e fornecer medidas concretas para a segurança do comércio e das populações da região. A definição de políticas sustentáveis para a resolução da instabilidade tanto em terra como no mar só poderá ser realizada mediante uma análise transdisciplinar que permitirá a consolidação dos Estados a longo prazo, os quais terão que conjugar os lucros da indústria petrolífera com as expectativas da população. A análise do problema visa encontrar possíveis caminhos e soluções para que o petróleo seja considerado uma via para o desenvolvimento e não uma maldição.

Palavras-chave: Golfo da Guiné, geopolítica do petróleo, petróleo, Nigéria, gás natural.

Abstract

The present article aims to clarify the peculiar reality of the oil geopolitics in the Guinea Gulf region and to answer some questions regarding the safety of both trade and populations. The definition of sustainable policies to solve the instability not only in land but also at the sea can only be achieved through a multidisciplinary approach which will allow the consolidation of this region's States in the long term. These will have to be able to distribute the profits of the oil industry throughout the population. The analysis of this problem hopes to find paths and solutions that will make possible for oil to be seen not as curse but as a way to development.

Keywords: Guinea Gulf, oil, oil geopolitics, Nigeria, natural gas.

Notas prévias

A segurança energética é, hoje em dia, um dos pilares da definição da política interna e externa dos Estados. A sua importância é de tal modo grande que pode mesmo colocar em causa a sustentabilidade de um Estado.

Para o Estado moderno é essencial definir as potencialidades e vulnerabilidades que a sua dependência ou fornecimento energético colocam nos diversos quadros geopolíticos e geoestratégicos a nível regional e mundial. Só assim é possível desenvolver políticas que

garantam as condições ideais para a consolidação e defesa do interesse nacional.

O Golfo da Guiné é uma zona de características particulares no que respeita à geopolítica do petróleo. Como tal, este artigo pretende, sumariamente, demonstrar quais as razões pelas quais esta região geográfica assume relevância não só para os atores que a englobam como também para o mercado petrolífero mundial.

O petróleo é muitas vezes encarado como sinónimo de riqueza, mas também de maldição (Velho, 2010). Infelizmente, são mais os Estados que sofrem com a produção de hidrocarbonetos do que aqueles que os produzem e daí retiram benefícios (Velho, 2010). Apenas uma visão descomplexada e honesta dos *petro-states* permitirá compreender e determinar quais as ações a tomar para que o petróleo deixe de ser uma maldição e se torne fonte de bem-estar e prosperidade das populações.

I A geopolítica do petróleo do golfo da guiné

I.1 Particularidades geográficas

A geopolítica do petróleo desta região tem particularidades únicas no que respeita à sua situação geográfica. Considerando, segundo Daniel Yergin (2011), que os pontos de maior conflito no transporte de hidrocarbonetos se encontram nos *Choke Points*, ou, por outras palavras, no estrangulamento de faixas de água por fenómenos terrestres, o Golfo da Guiné não partilha das mesmas características que, por exemplo, o Estreito de Malaca,

o Canal do Suez, o estreito de Bab El-Mandeb, o Bósforo ou os estreitos Dinamarqueses.

O petróleo da região é de boa qualidade e o valor de gravidade API (American Petroleum Institute) é na sua generalidade alto. Esta escala define a leveza do petróleo, sendo que quanto mais alto o número maior a sua qualidade (Rodrigues 2010:16-17).

Este fator contribui para que a refinação seja menos onerosa do que em outras zonas do globo, o que o torna um produto apetecível no mercado petrolífero. Parece-nos que restringir o Golfo da Guiné nas suas fronteiras geográficas para o estudo da geopolítica do Petróleo iria de certo modo desvirtuar o objeto do estudo. Assim sendo, é importante classificar o Golfo da Guiné enquanto uma vasta extensão territorial de relevância na área da geopolítica do petróleo. Devido às inúmeras definições encontradas para o que é apelidado de “Golfo da Guiné”, seguiríamos a lógica de a definir tendo em consideração os principais produtores regionais de petróleo: Angola, Gabão, Congo-Brazzaville, Nigéria, Camarões, Guiné-Equatorial, Chade e, no futuro, quiçá São Tomé e Príncipe (Oliveira, 2007:5-7).

No que respeita à produção, segundo dados da British Petroleum, a Nigéria é responsável por 2,7% e Angola 2,1% da produção mundial de petróleo para o ano de 2013 (BP, 2014), sendo que a descoberta e exploração das reservas em *offshore* pode aumentar consideravelmente nos próximos anos, pois são zonas relativamente recentes em exploração. A Nigéria, com uma quota de 1,1% do mercado mundial para o ano de 2013, assume-se como

o principal produtor de gás natural da região (BP, 2014) (NNPC, 2014) (SHELL, 2014).

O transporte dos hidrocarbonetos é feito primordialmente por mar, sendo assim necessário salvaguardar a segurança da extração nas plataformas *offshore* e o seu transporte. O facto de a extração ser atualmente feita maioritariamente no *offshore*, leva a que, teoricamente, seja possível uma maior segurança a nível de roubo da matéria-prima - no entanto, para tal são necessários meios humanos e materiais para a sua defesa, algo que os Estados da região possuem marginalmente (IMO, 2014).

Tendo em consideração que grande parte da pirataria relacionada com a matéria-prima em questão se encontra nestas áreas geográficas onde o relevo permite o saque e evasão por parte de grupos erráticos, será então lógico considerar que a região do Golfo da Guiné não seria propícia ao desenvolvimento da pirataria marítima, tendo apenas em consideração a sua geografia.

1.2 Fenómeno da pirataria e o Estado

No que se refere à pirataria marítima, poderá ser feita uma comparação relativamente à pirataria existente na costa da Somália (ICC-CCS, 2014). No primeiro caso, temos uma pirataria praticada principalmente em águas internacionais, com recurso a lanchas de alta velocidade mas de métodos pouco profissionalizados. A sua dinâmica corresponde a atos esporádicos e com o objetivo de pedir resgates visando o lucro imediato. Por outro lado, a pirataria no Golfo da

Guiné corresponde ao *modus operandi* de uma multinacional, pois segundo Félix Ribeiro (2014), existem centenas de instalações de refinação de petróleo e embarcações para a trasfega de petróleo refinado para outros navios. De salientar que grande parte da população que retira o seu rendimento destas atividades são indivíduos que, de algum modo, fizeram anteriormente parte de algum tipo de forças armadas e como tal são capazes de criar estruturas organizadas para exportar os hidrocarbonetos a uma escala global (Chatham House 2013), sendo por isso designado por *Petro-Piracy* (UNOSAT, 2014:32-36).

Respeitando o que foi anteriormente dito, convém dissecar quais as razões para a prosperidade da pirataria petrolífera. Analisando o preço do petróleo entre 1991 e 2013, poderemos afirmar que existiram variações médias entre os 20\$ e os 112\$ por barril (BP, 2014), sendo que em 2013 o preço médio do *Brent* rondaria os 109\$ no mercado *spot* (EIA, 2015). Desta forma, este é um produto que proporciona elevados ganhos que, conjugado com Estados que não conseguem controlar totalmente as suas fronteiras e nos quais o seu poder não é uniforme no território, leva ao aumento da pirataria. Este aumento não está dissociado do alto preço atingido no mercado pelo petróleo, o que o torna uma fonte de rendimento bastante apetecível para os movimentos terroristas.

Uma pergunta essencial para a compreensão da pirataria marítima da região é não apenas saber quem faz o contrabando da matéria-prima, mas também identificar quem a compra, pois a escala que atinge esta atividade permite afirmar que a sua

distribuição extrapola em muito a capacidade de absorção do mercado regional, sendo por isso possível que forneça o mercado a nível mundial.

No entanto, o roubo do petróleo não se extingue no espaço marítimo, pois de 2006 a 2010 o movimento de emancipação do Delta do Níger fazia ataques a *pipelines* e a estruturas petrolíferas (Rodrigues, Leal, Ribeiro, 2011). Esta questão leva-nos a repensar o anterior parágrafo, na medida em que o fenómeno da pirataria marítima não pode ser separado dos problemas que assolam a parte terrestre (EIA, 2014).

Tendo em consideração que o roubo de petróleo é uma realidade não só transfronteiriça como também marítima, então as estatísticas existentes por parte dos governos e das companhias petrolíferas poderão ser redimensionadas para valores que não provoquem instabilidade no preço dos seguros, do transporte e das ações presentes em bolsa pelas empresas exploradoras.

Do lado dos Estados da região existem dificuldades na cooperação multilateral, pois áreas essenciais como a justiça, militar e regime alfandegário encontram-se subdesenvolvidas para uma eficiente cooperação internacional. Não é pois de estranhar que Rui Machete, ministro dos Negócios Estrangeiros Português, defina os laços de amizade, o apoio aos Estados através de meios judiciais e outras áreas e a sinergia entre as Organizações Internacionais e a sociedade civil, como pilares de uma estratégia Europeia para o reforço da cooperação entre os diversos Estados da região (Machete, 2014).

Existem também razões históricas para que o desenvolvimento da

exploração *offshore* dos campos petrolíferos seja mais problemática a nível jurídico. Segundo Pulido e Fonseca houve sempre um desinteresse histórico relacionado com a definição de fronteiras marítimas nos Estados do Golfo da Guiné, que nem a convenção de Montego Bay veio a estimular. Assim sendo, as fronteiras marítimas da região foram sendo alvo de interesse à medida que os interesses e problemas foram surgindo (Pulido e Fonseca, 2004:166-170). Aplica-se aqui a remediação em vez da prevenção no que toca à definição da soberania marítima. Porém, um bom exemplo de cooperação envolve um país da CPLP, São Tomé e Príncipe, e a Nigéria com a criação de uma *Joint Development Zone* (JDZ) para a exploração cooperativa dos hidrocarbonetos dessa região (Leal, 2012: 31.34).

No fenómeno de exploração *offshore* há que ter em consideração que a ausência de políticas marítimas na maioria destes estados tornou as suas forças armadas desequilibradas, na medida em que é dada grande ênfase à componente terrestre em vez da componente marítima. A marinha e, principalmente, a guarda costeira são ineficazes no combate ao tráfico de hidrocarbonetos, pesca ilegal e outros bens.

2. A cooperação possível

2.1 Importância de soluções transversais e multidisciplinares

Sumariamente, será possível determinar algumas áreas de ação que permitirão desenvolver políticas e técnicas capazes de tornar o Golfo da Guiné numa área segura

para as populações locais, para o desenvolvimento da boa governança e para a consolidação de parceiros comerciais com um papel relevante no comércio internacional.

Gostaríamos de frisar o papel importante da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), pois existem três Estados na área regional em questão, como é o caso de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Angola e outro na região limítrofe, neste caso Cabo Verde. O desenvolvimento da cooperação técnico-militar já existente, aliado à partilha da gestão de informação, desenvolvimento da gestão e administração pública, reforço das instituições do Estado de direito, fortalecimento institucional, cooperação a nível judicial e alfandegário e a elaboração de uma política da CPLP fortemente ligada à sua relação marítima, levará ao aparecimento de uma organização credível e que será vista como um parceiro importante para a elaboração de políticas regionais de segurança.

A cooperação com organismos regionais tais como a União Africana (UA), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comissão do Golfo da Guiné permite que seja possível encontrar consensos e estabelecer relações multilaterais capazes de encontrar medidas concretas. Porém, torna-se necessário não a multiplicação de entidades envolvidas, mas sim tornar as que já existem mais eficazes. Não é o número de parceiros que torna uma medida consensual ou adequada, é, sim, o seu grau de eficácia.

Ao nível da política de segurança marítima, seria necessária a criação de uma força regional de componente

multinacional para melhor articulação de recursos e coordenação (CRIMSON, 2014). Este reforço da cooperação deveria ser estendido à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e ao *United States Africa Command* (AFRICOM) para a transferência de *know-how* para capacitar as forças regionais a controlar a situação sem recorrer a terceiros.

A definição de políticas terá que ser baseada em métricas fidedignas e capazes de criarem mecanismos de prevenção e não apenas de reação, pois o estabelecimento de cenários prospetivos levará a que seja possível a criação de quadros de contingência para responder aos problemas. Aqui o papel da União Europeia seria importante, pois poderia até ser uma oportunidade para que ela própria fosse produtora de segurança (Pina Monteiro, 2014).

2.2 Solução terrestre para um problema marítimo

A segurança marítima não pode ser dissociada da instabilidade terrestre, nomeadamente na Nigéria com o Boko Haram, que não só faz ataques terroristas, como também ocupa território. Sendo assim, o investimento deve ser feito na boa governação, na administração pública e no fortalecimento do controlo de fronteiras e projeção do Estado em todo o seu território.

Terá que se ter presente que os lucros decorrentes da exploração petrolífera terão que ser aplicados na melhoria das infraestruturas do Estado e na sua sustentabilidade, sob pena de ocorrer um cenário económico de “doença holandesa”, onde, sumariamente, o

forte investimento numa indústria e o desinvestimento no resto dos sectores, leva, a longo prazo, a um desequilíbrio tal da economia que quando o recurso natural acabar a economia colapsa (Oliveira, 2007: 30-37).

Há que ter a consciência de que os principais atores são os Estados envolvidos e não a sociedade internacional (Oliveira 2014a), pois será através do *capacity building* que os Estados optarão pela canalização de verbas dos proveitos petrolíferos para áreas essenciais, tais como a criação de mecanismos de segurança tanto terrestres como marítimos, nomeadamente o desenvolvimento de uma guarda costeira (Oliveira, 2014b).

À população que, maioritariamente, vive em condições de pobreza, que não tem esperança nem futuro, terá que ser dada a possibilidade de ter melhores condições de vida, para evitar que grupos terroristas consigam levar a cabo as suas ações de recrutamento, assim como filtrar os discursos religiosos e identificar as suas finalidades. O *stress* demográfico é também um fator importante, pois a criação de *megapolis* como Lagos contribui para o colapso das infraestruturas que não conseguem dar resposta à população, havendo necessidade da criação de políticas de ordenamento do território e demográficas.

Determinar o papel exato da Índia e China no contexto regional, não só no que respeita à exploração dos recursos naturais, mas também ao impacto sociopolítico leva à necessidade de se desenvolver cenários prospetivos. A elaboração destes cenários será fundamental para que estes países façam parte da resolução de conflitos

da região. Ao mesmo tempo, a análise prospetiva permite que os Estados se preparem para os desafios futuros e tenham capacidade de prevenir em vez de reagir.

Considerações finais

Através deste artigo parece-nos claro que a resolução dos problemas causados pela cadeia de produção e transporte do petróleo afeta de maneira considerável o padrão de vida e o bem-estar das populações. É por isso imprescindível compreender a situação nas suas mais diversas vertentes de forma a encontrar cenários futuros de resolução. Contudo, esta complexidade levamos por fim a afirmar que existem múltiplas soluções, sendo a chave do problema a cooperação entre Estados, sociedade civil, organizações internacionais e organizações não-governamentais, pois sem isto não existirá uma estratégia eficiente para a complexidade extrema destes problemas.

Na ótica da avaliação estratégica do fenómeno, parece-nos essencial a adoção de técnicas baseadas no *comprehensive approach* as quais permitem que sejam integrados diferentes atores tendo em consideração as vantagens e potencialidades de cada um. No caso do Golfo da Guiné parece então claro que o reforço da cooperação regional deverá ser feito com o apoio dos grandes atores internacionais, tendo em vista o desenvolvimento sustentado da região.

Referências bibliográficas

- Chatham House (2013). *Maritime Security in the Gulf of Guinea*. Chatham House.
- Leal, Catarina Mendes (2012). *As Relações Energéticas entre Portugal e a Nigéria: Riscos e Oportunidades*. Lisboa: IDN.
- Machete, Rui (2014). *A Segurança do Golfo da Guiné; Conferência apresentada no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, no dia 11 de Julho de 2014*.
- Monteiro, Pina (2014). *A Segurança do Golfo da Guiné; Conferência apresentada no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, no dia 11 de Julho de 2014*.
- Oliveira, Ricardo Soares (2007). *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*. Londres: Hurst.
- Pulido, João Garcia, Fonseca, Pedro Miguel Moreira (2004). *O Petróleo e Portugal – O Mundo do Petróleo e o seu Impacto no Nosso País*. Lisboa: Tribuna da História.
- Ribeiro, José Manuel Félix (2014). *A Segurança do Golfo da Guiné; Conferência apresentada no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, no dia 11 de Julho de 2014*.
- Rodrigues, Teresa Ferreira, Leal, Catarina Mendes, Ribeiro, José Félix (2011). *Uma Estratégia de Segurança Energética para o Século XXI em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Instituto de Defesa Nacional.
- UNOSAT (2014), *UNOSAT Global Report on Maritime Piracy – a geospatial analysis 1995-2013*. United Nations Institute for Training and Research.
- Velho, José Lopes (2010). *Petróleo – Dádiva e Maldição 150 Anos de História*. Lisboa: Bnomics.
- Yergin, Daniel (2011). *The Quest: Energy & Security and the Remaking of the Modern World*. EUA: Penguin group EUA.

Sítios web consultados

- British Petroleum, BP Statistical Review of World Energy June 2014, disponível em www.bp.com/statisticalreview
- ECOWAS. Disponível em <http://www.ecowas.int>.
- EU Critical Maritime Routes Information Portal (CRIMSON), disponível em <http://www.crimson.eu.com/projects/cmr-gulf-of-guinea-crimgo-3/>.
- ICC Comercial Crime Services (ICC-CCS), disponível em <https://icc-ccs.org/piracy-reporting-centre>, International Maritime Organization, disponível em www.imo.org.

Maritime Security Review, disponível em <http://www.marsecreview.com>.

Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC), disponível em <http://www.nnpcgroup.com>.

Nigeria Oil & Gas, disponível em http://www.nigeria-oil-gas.com/nigeria:_list_of_operators-112-10-2-art.html.

Shell Nigeria, disponível em <http://www.shell.com.ng/>.

U.S. Energy Information Administration (EIA), disponível em <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=ni>.

FILOSOFIA

A FILOSOFIA COMO METÁFORA E AS METÁFORAS DA FILOSOFIA

Yakelin Rodríguez Agüero

Universidade Jean Piaget

yakelinrodriguez@yahoo.com

Resumo

A proposta aqui apresentada projeta uma visão pouco ortodoxa da filosofia e do seu contributo. Trata-se da Metáfora Filosófica, dessa metáfora que, de forma quase despercebida, está presente na caverna de Platão, no discurso do método cartesiano ou na Crítica da Razão Pura de Immanuel Kant. Por outro lado, debruçamo-nos também sobre algumas questões muitas vezes desvalorizadas e, até, afastadas do ambiente da investigação filosófica, como é o caso da análise da vida quotidiana ou da elaboração de técnicas para a compreensão dos textos filosóficos, a partir de diversos elementos icónicos.

O presente trabalho quer apenas refletir sobre o universo, rico e ainda por descobrir, que se encontra na alma dos textos filosóficos. Desta maneira pretende-se partilhar algumas ideias que há já algum tempo estão a percorrer os horizontes da hermenêutica filosófica contemporânea, nomeadamente, o Pensamento Icónico, desde a perspetiva do filósofo espanhol Carlos Baliñas Fernández, dando-o a conhecer no âmbito da investigação filosófica cabo-verdiana.

Palavras-chave: metáfora filosófica, pensamento icónico, vida quotidiana, filosofia.

Abstract

The proposal presented here is projecting an unorthodox view of philosophy and its contribution. This is the philosophical metaphor of the metaphor that is almost unnoticed fashion senses in Plato's cave, the discourse of the Cartesian method, or in the Critique of Pure Reason by Immanuel Kant. On the other hand we also answer some questions often devalued and even apart from the philosophical research environment, such as the analysis of everyday life and the development of techniques for understanding the philosophical from many iconic texts.

The present work seeks to think about the universe, rich and undiscovered, that is the soul of philosophical texts. In this way one wants to share a few ideas for some time that are turning the horizons of contemporary philosophical hermeneutics, i.e.: Iconic Thinking from the perspective of the Spanish philosopher Carlos Baliñas Fernández; bringing it to the reality of the Cape Verdean philosophical research.

Keywords: philosophical metaphor, Iconic thought, everyday life, philosophy.

I. A metáfora na filosofia

A metáfora desde sempre foi temática analisada por linguistas, associada à poesia e à oratória. Dela se diz que serve para decorar um texto; que é um artifício da imaginação poética e da argumentação retórica, assim como que é assunto de palavras que colide com o não necessário ou com o supérfluo. Até certo ponto, pode acreditar-se nestas débeis afirmações, mas, com toda a certeza, e ainda que muitos concordem na validade destas expressões, a metáfora merece uma especial atenção como numerosos estudos já o comprovam, sendo um efetivo instrumento cognitivo, mas mal visto na filosofia. O facto de incluir um jogo imaginativo que propicia a traslação do sentido ‘recto’ ao ‘figurado’, foi e continua a ser, um calcanhar de Aquiles, bastante forte para sofrer o desmérito quase unânime num ambiente onde deve primar um discurso preciso e rigoroso. A linguagem figurativa pouca aceitação pode ter na filosofia, quando quem a usa pede desculpas para não retirar rigidez científica à sua exposição. Seja este um dos motivos que possibilitam um suposto divórcio da metáfora com o pensamento filosófico, o certo é que poucos filósofos se preocuparam por analisar este subterfúgio linguístico, até os anos 50 do século passado. Pode-se citar a Nietzsche ou Ortega y Gasset, que, ainda que de forma rápida, a enquadraram no discurso filosófico, apresentando o lugar que deveria ocupar como ferramenta que facilitava a compreensão do mesmo, defendendo a sua legitimidade no discurso reflexivo. Lembremos esta citação de Gasset: “Cuando un escritor censura el uso de metáforas en filosofía, revela simplemente su desconocimiento de lo

que es filosofía y de lo que es metáfora. A ningún filósofo se le ocurriría emitir tal censura. La metáfora es un instrumento mental imprescindible, es una forma de pensamiento científico”. Gasset (1957:387)

Foram os estudos de Ivor Richards (1936) e Max Black (1955) encaminhados a expor a capacidade da metáfora como portadora de conhecimento; os posteriores desenvolvimentos conceptuais da metáfora como instrumento cognitivo, assim como o famoso livro dos ingleses George Lakoff e Mark Johnson, intitulado *Metáforas de la vida cotidiana* (1966), contribuem aceleradamente para aprofundar a função das metáforas que estão contidas no próprio substrato dos conceitos filosóficos. Estes estudos mudaram o velho panorama, baseado no dilema literal vs figurativo (ou metafórico), reinante até ao momento, por um modelo que situa a metáfora no plano conceptual. A isto há que acrescentar a grande explosão de investigações que, desde outras áreas científicas como a antropologia, a psicologia e a teoria da informação, para citar só algumas, sobrevêm com um interesse muito marcado na capacidade cognitiva da metáfora. E especial relevância, neste contexto, adquire o trabalho completo de Paul Ricoeur em *La métaphore vive* (1975) e os actuais estudos do filósofo espanhol Carlos Baliñas Fernández que oferecem, a meu ver, um dos contributos mais completos e proeminentes, que, inclusive, transgridem estas fronteiras, introduzindo-nos num universo ainda mais complexo como é o do Pensamento Icónico.

Na atualidade da metáfora, existe muita bibliografia que se tem multiplicado nos últimos anos. A

visão e o interesse que a filosofia coloca nela hoje, obrigatoriamente, exigem adoptar uma postura bem diferente da mantida durante séculos e que continua tão arraigada nas mentes menos revolucionárias. Desafortunadamente, ainda dentro da filosofia pensa-se como expressa o próprio Carlos Baliñas num dos seus artigos de 1996: “Se, em *Retórica y Literatura*, à metáfora se lhe da relevância e se lhe rendem homenagens, em textos filosóficos se a considera irrelevante e inoportuna” (Baliñas 1995:104)

Muitos estudos continuam a ser impulsionados pela filosofia contemporânea da linguagem, que com renovadas perspectivas acrescentam os seus tópicos, mas também surgem cada vez mais estudos onde se analisa o uso metafórico por um ou outro filósofo, já seja no conjunto da sua obra, já seja numa obra em concreto. E, sobretudo, as análises partem do reconhecimento expresso do uso metafórico não só como apojadura retórica, mas também como meio que possibilita a resolução de certas complexidades da nossa expressão, permitindo a compreensão e a conservação do sentido.

2. A especificidade da metáfora filosófica

Podem-se estabelecer as análises de Ricoeur como o primeiro dos estudos dedicados concretamente à metáfora filosófica. No último capítulo da sua obra, *La métaphore vive*, debruça-se sobre as características que fazem da metáfora filosófica um elemento paradigmático dentro do discurso filosófico. Ele não só encontra na metáfora fundamentos suficientes que a elevam ao seu reconhecimento no

plano conceptual, mas também situa a metáfora filosófica num nível superior dentro desse reconhecimento. A metáfora comporta uma inovação dos significados originais, uma criação, e, decididamente, uma novidade. Supera o nível da palavra para mostrar-se como enunciado predicativo portador de um significado semântico novo. A metáfora filosófica cumpre, então, uma função heurística que vem associada à inovação semântica que origina.

Uma das pretensões de Ricoeur é precisamente defender a interação existente entre o discurso especulativo e metafórico com base na criação de sentido e referência que a metáfora oferece, permitindo que cada um deles ocupe um lugar similar e anulando interpretações como as de Heidegger ou de Derrida, que incitam à proeminência de um dos discursos sobre o outro ou, inclusive, à sua destruição como é o caso do metafórico sob o conceptual. O discurso especulativo cria o espaço para o conceito exercendo assim a sua autonomia e o discurso metafórico proporciona dinamismo semântico ao conceito. Os dois complementam-se e interagem, propiciando algo que ainda ocupa transcendência na hermenêutica deste autor: a interpretação.

No sentido ricoeuriano, a função semântica da metáfora na filosofia contribui de maneira decisiva para o seu dinamismo conceitual, dado que impõe uma visão ativa da realidade. A metáfora filosófica, como o mesmo Ricoeur expressa, é um ganho ontológico, um ganho de significação que, dentro do discurso filosófico, estimula a pensar mais.

Pois bem, numa linha que se aproxima, até certo ponto, à de Ricoeur, situam-se os postulados da actual

corrente de pensamento que desde um peculiar interesse na metáfora, não só fundamenta a especificidade que alcança no âmbito da filosofia, mas também analisa as possíveis ligações que incidem de forma decisiva no funcionamento da nossa mente.

Na perspectiva do Pensamento Icónico apresentada pelo professor Carlos Baliñas, a metáfora filosófica é aquela que aparece indissoluvelmente misturada com as doutrinas filosóficas, formando parte dos nossos sistemas de pensamentos e da nossa compreensão do mundo. Provém da vida quotidiana, servindo de vínculo, de nexos, entre esta e a Filosofia.

As teses propostas por este autor convergem para a comprovação de que nos conceitos metafísicos tais como “substância”, “alma”, “transcendência”, “imanência” ou “acidente”, se encontra uma retaguarda metafórica que tem a ver com ‘caminho’, ‘tribunal’, ‘fronteira’, ‘escala’, ‘cadeia’, ‘alto-baixo’, entre outros, tomados da realidade quotidiana, dessa mesma realidade ou plataforma a partir da qual o filósofo pensa. As ditas comprovações são efectuadas nos próprios textos doutrinários, a partir da aplicação do Método Icónico que mais adiante vamos explicar.

O seu pensamento parte do facto de que toda a metáfora transfere elementos de um quadro de sentido a outro. Assim, o específico da metáfora filosófica é precisamente que aquilo que transfere refere-se a elementos do mundo quotidiano do filósofo, a “realidades sui generis” que não existem experiencialmente, por exemplo, Razão, Deus, Eu Transcendental. Estas realidades imateriais, que não estão submetidas

ao espaço-tempo, tampouco são sensoriais ou empíricas, mas, transferindo-lhes qualidades de coisas conhecidas do mundo quotidiano ou experiências do mundo concreto, podemos falar das memas.

Agora bem, nem todas as metáforas que encontramos no texto filosófico merecem ser classificadas como metáforas filosóficas. O filósofo, na sua criação, também usa metáforas que decoram o seu discurso ou simplesmente cumprem uma função figurativa como quando Descartes, em busca de um princípio que garantisse a certeza, diz necessitar de uma “alavanca de Arquimedes”. Estas seriam as chamadas metáforas decorativas, literárias ou ornamentais. São metáforas que não transcendem dentro do discurso mais do que pelo seu aspeto estético ou chamativo, se preferirmos. Elas não dizem nada da “engrenagem” das ideias que o texto transmite. As metáforas que, de verdade, vão a acusar paralelos entre as organizações das criações filosóficas e as organizações do Mundo Real, têm a propriedade de ser funcionais, como por exemplo a metáfora platónica da Luz, por estar precisamente interligada à sua doutrina das Ideias e são as que merecem tal qualificativo.

Desde o ponto de vista do Pensamento Icónico, a metáfora filosófica apresenta-se, assim, como meio para compreender o esqueleto do texto e do discurso filosófico. As criações filosóficas são ricas em elementos expressivos e jogos imaginativos, precisamente porque são reflexos de esquemas da vida quotidiana interiorizados pelo filósofo, e que brotam na elaboração do seu discurso.

A metáfora filosófica transporta para o mundo cosmovisional conexões de sentido que apanha do mundo real segundo a funcionalidade das coisas. A metáfora é um dos indícios que ficam na linguagem da filosofia e nos revelam coincidências, duplicações, organizações de sentido que constatamos na nossa vida quotidiana e que uma análise dos textos filosóficos pode mostrar, sempre que se tenham em conta os elementos icónicos como unidades de análise.

3. A interpretação dos textos filosóficos desde uma perspectiva icónica

Quantas técnicas não existem hoje em dia para analisar o texto filosófico, inclusive com detalhadas metodologias? Mas aqui o que se está a acrescentar é a atenção minuciosa de certos elementos que revelam informações muito valiosas sobre os processos de pensamento que estão na base dos conceitos, das ideias e do tecido argumental de cada um deles.

A metáfora não constitui o único elemento que possibilita a interpretação dos textos filosóficos no prisma do Pensamento Icónico proposto por Carlos Baliñas. *Ícones, arquevivências, arquemodelos, ortofiguras* (terminologia espanhola utilizada pelo autor) que se enquadram no que o autor denomina de *Primórdios*, também exercem um papel preponderante nesta tarefa. Os primórdios referem-se às estruturas primeiras com as quais a nossa mente organiza os dados do Mundo e que pela sua característica de serem elementares, são compartilhadas por todos, servem de exemplo: causa/

efeito, implicação, sujeito/objecto, ordem/caos, em cima/debaixo, entre outros, que se apresentam em forma de modelos ideais, vivências-tipo, ou imagens visuais, tácteis, auditivas, e se identificam no discurso através de metáforas, símiles, etimologias, giros idiomáticos, metáforas mortas que não vêm explícitas nos textos, mas sim ocultas e levemente insinuadas.

Os primórdios, assim como a metáfora filosófica, fazem de pontes entre os dados da vida quotidiana e os mecanismos que o filósofo usa para organizar os seus descobrimentos, os seus conceitos e, em geral, o seu sistema doutrinal e, de esta maneira, dar e encontrar sentido no conjunto de dados que a realidade, em total ou parcial desordem, oferece. É nesta perspectiva que os dois se tornam componentes indispensáveis na interpretação dos textos e dos discursos filosóficos.

Esta nova óptica está a mostrar-nos que, além do que os textos explicitam de forma linear, existe uma mensagem implícita que nos submete a ampliar os nossos horizontes não só no que tange ao resultado da atividade criativa e intelectual do filósofo – do qual outras filosofias têm já falado (a fenomenologia, a filosofia da existência, etc.) –, mas também da influência do discurso mítico, religioso, artístico e literário na realização do pensamento filosófico. Dentro do sistema icónico, este outro texto implícito ou subtexto, ao qual, estamos a fazer referência recebe o nome de *ur-texto*, mas não se deve confundir com outras terminologias utilizadas no campo da linguística, por exemplo, *metatextos* ou *paratextos*, já que ambos fazem alusão a elementos que estão ao serviço do texto como é o caso do título, das

notas de rodapé, dos títulos internos, dedicatórias, lemas, gráficos, prefácios, etc., mostrando aspectos e informações das inspirações e circunstâncias que levarão ao autor, por exemplo, a escrevê-lo. Estes elementos exercem a função de complementos do texto. O *ur-texto* faz referência a elementos que informam e incidem diretamente sobre o próprio sentido do texto. Metáforas, símiles, alegorias, parábolas, símbolos, assim como algumas confissões autobiográficas do autor e outros indícios que vão entrelaçados com o texto principal, denotam uma construção mental que vai *cisconsciente*, quer dizer, uma construção que está além do controlo da consciência, atuando de forma livre, sem ataduras lógicas de nenhum tipo, uma construção que é espontânea, instintiva, da qual não somos conscientes, mostrando a forma em que actua a mente, sua capacidade para relacionar os dados do Mundo, assim como os elementos que dele se afasta ou adopta, os conteúdos que necessariamente repete ou ignora, entre outros.

Por outro lado, aceite comumente, é uma excisão entre o mundo da vida quotidiana e o mundo do conhecimento científico, adoptando-se uma postura inclusive antagónica na maior parte das vezes. No contexto que estamos a analisar a vida quotidiana adquire um matiz diferente do que já por etimologia ou uso tem, deixando de se contemplar como armazém de factos e experiências que permitem a vida, para passar a ser concebida como ‘vida que se faz’, ‘vida do eu em ação’, ‘vida que se vive a consciência’, ‘vida que se constrói’. A vida quotidiana é vida que se planifica, se organiza, é vida que prioriza coisas em função desse algo prioritário que é a vida de

cada dia, portanto, é plataforma desde a qual cada um de nós impõe o seu fazer com respeito à nossa própria vida (realização de desejos, ideais, projectos, etc.).

O “Dasein” de Heidegger, “minha vida” de Ortega y Gasset ou o “Lebenswelt” de Husserl, aproximam-se da definição que se está aqui a apresentar, mas com a diferença de que esses conceitos dirigem a filosofia à vivência e, neste panorama, a reflexão filosófica inclui no seu seio o conceito *vida quotidiana* pela sua marcada preocupação com o mundo exterior, do que não se pode abstrair. Neste sentido, a filosofia parte da análise do que significa ‘pensar’ no ambiente da vida quotidiana, porque precisamente dos resultados a obter poderá comprovar-se a analogia que existe no funcionamento da nossa mente, tanto quando raciocina na filosofia, como na vida quotidiana e que fica afixado na linguagem através dos diferentes elementos icónicos descritos anteriormente.

Agora bem, como fazer possível o já mencionado? Como arrancar aos textos e discursos da filosofia estas informações que requerem agudizar o olho e “desocultar”, “descobrir” ou “trazer à luz” o que se encontra nos seus tecidos?

Com a publicação do primeiro artigo intitulado *Pensamento Icónico* (1984), que o professor Carlos Baliñas elabora sobre estes temas, debruça-se sobre as especificidades que terá uma investigação como a que aqui se precisa realizar e desde esse momento já enuncia uma metodologia a seguir, que se vai aperfeiçoando ao longo da sua obra. Assim mesmo adverte:

“Quien quiera releer a esta luz los textos filosóficos, habrá de consultar los diccionarios en busca de étimos y parentescos lexicales; deberá leer también a autores menos relevantes, porque en ellos pueden estar menos ocultas las claves; nada le sobraré de cuantos conocimientos tenga o pueda adquirir acerca de la ciencia, la técnica, la literatura, el arte, la religión y el entorno fáctico que formen contexto de cada autor, período o sistema. Sobre todo, habrá que agudizar el ingenio para desmenuzar los constructos y, cuando proceda, al contrario, insertar materiales procedentes de diversos campos” (Baliñas 1984:170).

A tarefa introspectiva sugerida pode sintetizar-se nos seguintes passos:

1. Ler de modo sistemático e continuado os textos de forma a localizar o material imaginário (metáforas, ícones, símiles, etc.).
2. Inventariar todo esse material e analisar o que está sob o que se diz, noutras palavras, analisar o modo de dizer.
3. Organizar esse inventário segundo plexos de sentido, grupos de ideias e de sentido.
4. Mostrar as correspondências entre as doutrinas e todo o conjunto imaginário.

Este método, chamado icónico, tem sido colocado em prática pelo seu autor Carlos Baliñas em alguns sistemas filosóficos, especialmente no de Platão, os medievais, em Descartes, Kant, Ortega y Gasset entre outros, cujas análises se encontram publicadas em variados artigos, quase todos em língua espanhola.

O alcance da interpretação icónica oferece, afinal, uma visão mais ampla

não só da Filosofia, daquilo que os seus textos expressam e transmitem, mas também abre um universo relativamente fechado no âmbito intelectual, referente às leis ou normas pelas quais pensamos, ultrapassando as fronteiras hermenêuticas interpretativas para se posicionar em territórios lógico-cognitivos ainda por descobrir.

O acidente semântico, que acontece na metáfora e, em especial, na metáfora filosófica, é simplesmente uma questão inicial para, a partir dela, colocar-se na pesquisa abrangente para conhecer os tecidos internos dos processos de pensamento. Da possibilidade de encontrar respostas a perguntas tais como: porque se constrói a metáfora, ou porque surge a necessidade de fazê-la e de utilizá-la? Porquê e como pode ter entrada nos ambientes mais rigorosos do conhecimento, como é o da filosofia ou da ciência, quando se tem vedado o seu uso? Que forças maiores são essas, que não podem conter os impulsos da sua criação? Poderão extrair-se explicações concretas dos mecanismos que permitem o pensar, *per si*, e superar, deste modo, o simples enquadramento cimentado nas leis descobertas pela Lógica, oferecido como o mais satisfatório até ao momento: mecanismos explicados por leis que serão inferidas de práticas discursivas?

Bem é sabido que a Ciência organiza os dados do Mundo segundo causa/efeito, definição/classificação, entre outros pares da inferência lógica ou da abstração generalizadora, sendo estes os que convencionalmente têm sido aceites como padrões pelos quais decorre o pensar. Mas resulta que a nossa mente, além de compartilhar

estes mecanismos organizacionais, utiliza outros não menos importantes e que, sobretudo, são espontâneos e instintivos. Também por semelhança e associação organizamos os dados que em total desordem nos chegam do exterior, procurando sempre encontrar o sentido (senso?) entre eles.

A análise realizada pelo pensamento icónico demonstra que o pensar rege-se, também, por normas e regras que ficam enquadradas numa lógica guiada pela sensatez, a prudência e a cordura. Uma lógica que afasta de si o absurdo, o insensato e o inútil, em busca da ordem, da harmonia e da unidade entre as coisas. Estas normas e regras encontram-se na linguagem por ser ela o meio onde o pensar

fica plasmado e a lógica à qual elas respondem é denominada de *Lógica do bom senso*.

Se a metáfora interliga coisas ou elementos pertencentes a diferentes campos de sentido, desconexos e, até, incompatíveis reciprocamente, misturando o que a Lógica convencional (compreenda-se com isto a lógica científica, a lógica da investigação) manda separar por não se adscrever aos seus critérios de abstração ou de inferência, como é o caso dos critérios já citados de causa/efeito, não será que pode dever-se a que a nossa mente responde afirmativa e voluntariamente a essa Lógica que explica o Pensamento Icónico?

Referências bibliográficas

Agís Villaverde, M. (1997). Hermenéutica y método icónico, el análisis del texto filosófico de Carlos Baliñas. In Marcelino Agís Villaverde (Dir.), *La filosofía y sus márgenes: homenaje al profesor Carlos Baliñas Fernández*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico.

Agís Villaverde, M. (1995). *Del símbolo a la metáfora: introducción a la filosofía hermenéutica de Paul Ricoeur*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico.

Baliñas Fernández, C. (2001). La vida cotidiana, plataforma de despegue de la filosofía. In *Pensar la vida cotidiana. Actas del III Encuentros Internacionales de Filosofía en el Camino de Santiago, 1997*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, pp. 91-108.

Baliñas Fernández, C. (1998). Dejemos hablar las metáforas. In *Horizontes de la Hermenéutica. Actas/ Encuentros Internacionales de Filosofía en el Camino de Santiago*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, pp. 393-432.

Baliñas Fernández, C. (1995). La metáfora en filosofía (Cómo hacer cosas con metáforas). In *Símbolo, metáfora e mito nella cultura contemporánea*. Italia Edizioni Milella Lecce, pp. 91-111.

Baliñas Fernández, C. (1984). Pensamiento Icónico. In *Agora*. N° 4. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, pp. 169-181.

Bustos, Eduardo de, (2000). *La Metáfora: ensayos transdisciplinares*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España.

Lakoff, G. & Johnson, M. (2001). *Metáforas de la vida cotidiana*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Ortega y Gasset, J. (1957). Las dos grandes metáforas (1924). In *Obras completas*, Madrid: Revista de Occidente, vol. 2, pp. 387-400.

Ricoeur, P. (2001). *La metáfora viva*. Madrid: Editorial Trotta.

HISTÓRIA

A INSTITUIÇÃO ARTE E A ARTE CONTEMPORÂNEA, UMA RELAÇÃO DE AMOR/ÓDIO

Sergio Luis Hernández Morales

Universidade Jean Piaget

shm@cv.unipiaget.org

Resumo

O presente trabalho pretende mostrar como, desde uma postura tradicionalmente entendida pela historiografia da arte como negativa ou retrógrada (não sem razão), a Instituição Arte (academias, galerias, salões, museus) contribuiu para o desenvolvimento da arte ocidental na era moderna. Esta ideia, que em meu entender não precisa de ser defendida com veemência, simplesmente se baseia na lei de “unidade e luta de contrários” como motor de desenvolvimento, e é por esta razão que a forma de expor a “história” da tumultuosa relação entre as academias e a Arte Contemporânea, em princípio, não parece divergir muito da história oficial.

Para a melhor compreensão do tema, é preciso ter presente que o conceito “Arte Contemporânea” utilizado não se refere à arte mais actual ou Pós-moderna. A mistura que muitos autores (ou especialistas da cultura) fazem entre a arte actual e as Vanguardas Artísticas é em tudo incorreta, já que o sentido de espectáculo da arte pós-moderna não tem muito a ver com o intento de ruptura e inconformidade das vanguardas. É nesse sentido que, sob o logótipo (chapéu?) “Arte Contemporânea”, estão especialmente englobadas as Vanguardas Artísticas, com um acréscimo em sentido inverso, ou seja, até ao Romantismo, por ser o momento em que surge, com força desconhecida até então, o desejo de originalidade e liberdade que caracteriza a Modernidade.

Palavras-chave: Arte contemporânea, vanguardas, Redy Made, pós-modernidade.

Resumen

El presente trabajo pretende mostrar cómo, desde una postura tradicionalmente entendida por la historiografía del arte como negativa o retrograda (no sin razón), la Institución Arte (academias, galerías, salones, museos) contribuyó al desenvolvimiento del arte occidental en la era moderna. Esta idea a mi entender no precisa ser defendida con vehemencia, pues simplemente se vasa en la ley de “unidad y lucha de contrarios” como motor de desenvolvimiento, y por esta razón la forma de exponer la “historia” de la tumultuosa relación entre las academias e el Arte Contemporáneo, en principio, no parece divergir mucho de la historia oficial.

Para una mejor comprensión del tema, es preciso, tener presente que el concepto “Arte Contemporáneo” utilizado no se refiere al arte más actual o Postmoderno.

La mistura que muchos autores (o especialistas de la cultura) hacen entre el arte actual y las Vanguardias Artísticas es del todo incorrecta, ya que el sentido de espectáculo del Arte Postmoderno no tiene mucho que ver con el intento de ruptura e inconformidad de las Vanguardias. Es en este sentido que bajo el término “Arte Contemporánea”, están especialmente englobadas las Vanguardias Artísticas, con una extensión en sentido inverso, hasta el Romanticismo, por ser el momento en que surge, con fuerza desconocida hasta entonces, el deseo de originalidad y libertad que caracteriza la Modernidad.

Palabras-clave: Arte contemporánea, vanguardias, RedyMade, postmodernidad.

Antes de entrar no próprio tema deste artigo, gostaria de esclarecer que a minha delimitação da arte contemporânea quicá não se ajuste ao que comumente tenham encontrado nas fontes bibliográficas, ao que tenham escutado ou, simplesmente, assumido como válida. Mas, seguramente, talvez tenham também notado que não existe um consenso em relação ao momento em que surge, e a que tipo ou estilo aplicar esta denominação. O que é seguro é que este é um conceito mais estético que temporal, e faz referência a uma arte onde prima a originalidade, a criatividade, a rejeição das convenções (estéticas, sociais e técnicas), etc. Mas, como no desejo de liberdade dos artistas românticos é que podemos encontrar a origem de todas estas características da arte ocidental, e também da encarnizada batalha entre academias e artistas de “vanguarda”, por tal motivo é que amplio a denominação de “Arte Contemporânea” até ao romantismo, quando muitos autores o limitam às vanguardas artísticas do século XX. Com isto não pretendo estabelecer novas bases para a historiografia artística, mas, sim, facilitar a compreensão do tema tratado.

Por todos é sabido que as academias, os salões de arte, os prémios e

o consequente reconhecimento, inclusive os museus, são muito anteriores à Revolução Francesa, mas, pelo facto de estarem submetidos ao poder do Rei e aos gostos cortesãos (fundamentalmente em França, centro da arte ocidental até à Segunda Guerra Mundial), mantiveram uma relação sem estridências com os artistas que também aceitavam as normas e os encargos como parte dum tradição inquestionável¹. É por tal razão que este relato inicia-se justamente no fim da revolução, que criou uma nova academia que já não vai estar ao serviço de uma pessoa, mas sim de um Estado liberal que representa (legalmente) todo o povo e, mais importante ainda, destruiu a maior tradição das sociedades europeias até ao momento², além de ter disseminado o ideal de liberdade por toda a sociedade.

Vai ser neste cenário que os artistas românticos colocam, por cima do bem-estar económico, a liberdade e a criatividade, opondo-se a uma sociedade burguesa que, depois de

1. Só artistas com um génio excepcional como Caravaggio, na Itália, e Rembrandt, na Holanda, foram capazes de desafiar as convenções em favor do seu ideário estético.

2. O direito divino dos reis para governar sobre o resto da sociedade.

alcançar o poder político, tinha traído os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade”, tão importantes à revolução e impondo uma sociedade dinâmica nos negócios, mas estagnada em temas estéticos e morais.

Pois bem, esta nova academia organizada pelo “revolucionário” David e continuada pelo grande académico Ingres, vai estar interessada, num primeiro momento, em criar uma arte que servisse para decorar os escritórios do novo governo revolucionário e, passado este momento crítico, vai, então, criar fundamentalmente para decorar os salões burgueses, as novas instituições bancárias e de governo, as universidades, etc.

Esta academia com uma função eminentemente pedagógica vai ter como leis imutáveis:

- O domínio da linha e o desenho sobre a cor;
- A proeminência de cores suaves, delicadas, pouco estridentes ou dramáticas,
- O terminado liso, perfeitamente acabado, sem evidências da pincelada, venerando a tradição clássica,
- A procura do equilíbrio e da medida, minimizando a importância da criatividade e hierarquizando a temática³.

Além do ensino, monopolizaram a ideologia cultural, o gosto, a crítica, o mercado e as vias de exibição e difusão da produção artística.

3. Dividiram a pintura por géneros com base em critérios de valor, nos quais o Género Histórico ocupava o primeiro lugar e o Bodegão ou Natureza Morta o último. As dimensões da obra tinham que respeitar esta hierarquia, reservando os grandes formatos para a pintura de história.

Os primeiros artistas a revelarem-se contra as normas académicas foram os românticos formados pela própria academia, mas, no final, filhos órfãos de uma revolução que, se bem que traída, primeiro, e morta, depois, tinha deixado neles seu ideal libertário.

Os românticos foram os primeiros a afastarem-se do caminho traçado pela academia, dando preferência à emoção face à razão, às cores fortes e vibrantes, por oposição aos tons suaves e delicados, à cor frente à linha, aos temas exaltados e dramáticos de acidentes, desastres, revoluções, matanças, etc., contrapondo-se aos temas mitológicos, bíblicos, alegóricos e ao orientalismo posto em moda por Jean-Auguste-Dominique Ingres com as suas odaliscas. Os românticos preferiram o compromisso social com as revoluções do momento⁴, ou em sua ausência, o escape para o passado⁵ ou futuro⁶, mas nunca a comodidade dos temas e motivos já experimentados e aceites pelo público e a crítica⁷ que, em definitivo, eram os que davam os prémios e o reconhecimento, eventualmente, uma vida acomodada.

O Realismo da metade do século, se é verdade que reage contra a “excessiva” emotividade do Romantismo, em grande medida continua a sua luta contra o academismo. Como? Saindo

4. “O Massacre de Chios” (1824) e “A liberdade guiando ao povo” (1830) de Eugène Delacroix são exemplos do compromisso dos artistas românticos com o ideário libertário além das fronteiras da arte.

5. Os Pre-rafaelistas alemães, procurando no seu passado gótico a essência da cultura alemã.

6. Entendido como um colocar-se à vanguarda nas técnicas pictóricas; fundamentalmente os pintores ingleses com o uso das manchas de cor e a recreação de certas atmosferas que se antecipam ao impressionismo.

7. Também formada nos princípios académicos e defensora deles.

dos ateliês; trabalhando diretamente com o natural; contrapondo ao realismo idealizado, artificioso, quase fotográfico dos académicos a árdua realidade da vida quotidiana; mostrando assim um forte interesse social. É o caso, por exemplo, de Onore Daumier com os seus desenhos satíricos e as suas obras de corte político. Os realistas também se opõem ao estrito sistema de réguas e normas que norteavam a pintura académica, trocando os formatos estabelecidos para os distintos géneros, e atacando a falsa moral, tanto dos académicos como da sociedade em geral, que só aceitava o nu feminino se viesse como parte de uma temática mitológica ou de mundos tão distantes como os banhos turcos.

Duas obras de Gustave Courbet podem exemplificar perfeitamente esta última ideia: “*Enterro em Ornans*”, que utiliza as dimensões reservadas ao género histórico, para pintar o enterro de uma pessoa comum, de facto não identificada; e “*O ateliê*”, obra também rejeitada pela academia para o Salão Nacional de pintura organizado por esta cada ano, já que, tal como “*Enterro em Ornans*”, excedia as medidas fixadas para um tema não histórico, além de mostrar um nu feminino numa obra que não justificava sua existência, segundo as regras estabelecidas.

Se os realistas ainda conservavam intacta a regra mais sagrada do neoclassicismo e o academismo, ou seja, o sentido mimético de cópia ou representação da realidade (para a academia como a melhor forma de alcançar a beleza e, para os realistas, como uma via para representar o mundo em toda a sua complexidade,

com suas misérias e também com sua beleza), ligado sempre a um tema específico, os impressionistas foram além da “simples” ruptura com os cânones traçados para o tratamento dos diversos géneros pictóricos à utilização dos temas como um simples pretexto, pois, em realidade, no que estavam interessados era nas qualidades plásticas dos principais componentes da obra de arte, e, em especial, no domínio da luz.

Os impressionistas, por paradoxo que pareça, vão continuar interessados na capacidade do artista de criar beleza e, ao mesmo tempo, aprofundar no sentido realista⁸, mas num realismo mais baseado no que a ciência tinha descoberto sobre a óptica, que no que os olhos vêem, ao contrário do que faziam os seus antecessores realistas. Conhecedores das teorias da luz e das cores complementares, pretendiam capturar a luz com o maior realismo possível, e para isso recorriam à pintura ao ar livre, à pincelada solta e rápida que permitisse capturar o momento com as suas variações luminosas. A obra académica criada no ateliê, com tempo suficiente para um acabado perfeito, era considerada falsa desde um novo ponto de vista.

Esta nova forma de fazer e entender a arte não teve melhor sorte que a dos realistas e os românticos, possivelmente muito pior, pois a sua audácia ainda era maior, e foram acusados pelos críticos da época de

8. O sentido realista do Impressionismo pode parecer contraditório. Por um lado, afasta-se da tradição barroca, ao abandonar em grande medida as leis da perspectiva, e do claro obscuro, e, por outro, é o único estilo que se interessa por apresentar os efeitos da Revolução Industrial sobre a cidade, já seja mostrando as fábricas da periferia das cidades, ou os novos boulevards de Paris desenhados pelo Barão de Haussmann.

pintura “vaga e brutal ... ao mesmo tempo afirmação da ignorância e negação do belo e verdadeiro”⁹, ou de “cruel espectáculo”. Ainda a finais do século, quando o colecionismo norte-americano já tinha prestigiado com suas compras o impressionismo, a academia francesa não recomendava com entusiasmo a compra por parte do Estado de obras deste estilo para os museus oficiais, o que poderia assombrar ao visitante atual de Paris, ao encontrar-se com o Museu de Orsay totalmente dedicado a este estilo.

A princípio do século XX, quando o Impressionismo começava a ser aceite, impunha-se novamente o impulso de rutura das vanguardas artísticas. Os fauvistas eliminaram definitivamente a terceira dimensão, um ganho que a arte ocidental tinha preservado como seu grande tesouro desde o renascimento. Para eles, o mais importante não era a luz, mas sim o poder expressivo das cores que, aplicadas diretamente sobre a tela de forma plana, sem claros-escuros ilusionistas, deram como resultado uma arte expressiva e sem volumes, mais parecida ao românico do século XI que ao académico do século que acabava de terminar. Evidentemente, também foram criticados e o nome do estilo (feras) igual que ao Impressionismo, foi produto do intento de burla por parte de um crítico apegado ao academismo; não obstante as suas obras serem objeto de crítica, podiam entrar nos salões oficiais de pintura.

Noutra linha de trabalho, ainda bem que partilhando muitas das

técnicas pictóricas do fauvismo, temos o Expressionismo, um estilo que não só vai pôr em causa toda a história da arte moderna, mas também as teorias estéticas dominantes¹⁰ até princípios de século. Teorias que a partir deste momento tiveram que evoluir para adaptarem-se aos novos estilos, com os seus diversos interesses. O Expressionismo, além de manter a aplicação plana da cor, a falta de profundidade, de volumetria e as cores estridentes com preferência pelos escuros, vai incorrer no feio e grotesco como forma de atacar os muitos males da Europa anterior, durante e posterior à Primeira Guerra Mundial, tentando, como já tinha feito o artista Românico, não satisfazer os sentidos, mas sim alertar o espetador, despertá-lo do seu sonho de beleza e complacência, que já tinha durado mais de quinhentos anos.

Tão grande foi a ousadia dos expressionistas e tão forte a resistência dos ideais academistas e pequeno burgueses que, nos anos trinta, quando o fascismo sobe ao poder na Alemanha, e apesar do prestígio que já gozavam as vanguardas nesse momento, os artistas deste movimento foram acusados de degenerados ou loucos e os que não fugiram do país terminaram internados à força em sanatórios mentais, para dessa maneira eliminá-los da cena artística.

Os pintores cubistas como Pablo Picasso, ao final de sua vida, gozaram de enorme fama e grande prestígio, talvez mais do que alguma vez

9. Crítica de um jornalista chamado Leroy ao quadro de Monet “impressão sol nascente” na exposição do grupo na galeria Nadar em 1874.

10. A estética como disciplina nasce na segunda metade do século XVIII, encarregada do estudo do belo. Evidentemente com as vanguardas artísticas em geral e o Expressionismo em particular a estética entra num conflito: adapta-se aos novos estilos ou não os considera objecto de estudo, ou seja não os considera arte.

teve um pintor académico, mas, no princípio, a maioria das vezes não tinham nem para comer, e muito menos para comprar telas. As galerias oficiais (do Estado e dirigidas pelas academias) e as de maior êxito de vendas (privadas) não gostavam duma arte que descompunha a figura, reduzindo-a a uma serie de linhas e planos, com um mínimo de colorido e nada de perspectiva espacial, para não falar da influência da arte africana num momento em que o etnocentrismo europeu¹¹ dominava a cultura moderna. A técnica do *collage* tampouco foi aceite com facilidade. Para os académicos e os burgueses que queriam decorar as salas das suas casas, uma obra que não fosse pintada ou esculpida na sua totalidade não fazia sentido, e a ideia de adicionar objectos extra-artísticos à superfície do quadro era um sacrilégio.

Tal era a situação para os artistas de vanguarda e tão grande o choque entre os velhos métodos (academia, galeria, museu) e as vanguardas, que os artistas pertencentes ao Futurismo italiano não só proclamavam a superioridade estética de um carro de corridas diante da “*Vitoria de Samotracia*”, e introduziam efeitos saídos de outros meios mecânicos como a fotografia e o cinema para tentar mostrar a velocidade (como símbolo de progresso, do qual eram grandes fãs); também promoviam a guerra, pois a viam como o único modo de acabar com a falsidade da cultura da época. Esperavam que a guerra destruísse as

academias, galerias, museus e toda a arte burguesa anterior, para que das cinzas, qual Ave Fénix, ressurgisse uma arte nova, limpa, anti-burguesa, em harmonia com os novos tempos.

Continuando a linha evolutiva (se entendemos a história no sentido progressivo moderno) marcada pelas mudanças e as inovações introduzidas desde o Romantismo até ao Futurismo: desvalorização do tema, proeminência da luz no Impressionismo, da cor no Fauvismo, decomposição da figura ou objeto no cubismo, distorção da figura no Expressionismo e vibração dinâmica do objeto no futurismo, lá por 1912, 1913 vão surgir as primeiras obras abstratas que eliminarão definitivamente a figura da obra de arte. Estes artistas não vão a partir mais da natureza, a obra de arte não vai basear-se num objeto pré-existente, mas vai sair de uma necessidade interior. “*O elemento interior determina a obra de arte*” escreve Wassily Kandinsky, no artigo “*Der Sturm*”, em 1913.

Este passo, visto em perspectiva, parece lógico e relativamente fácil de entender. Kandinsky, em teoria, o tinha claro, mas esta separação definitiva da natureza, que tinha servido como fonte de inspiração ao homem ocidental desde a época das cavernas, não era fácil de assimilar e aceitar no seu tempo, de facto os pais da abstração (Wassily Kandinsky, Piet Mondrian e Kazimir Malévich) não chegaram a formar um estilo abstrato¹² e fizeram a sua obra abstrata dentro de outros estilos, pois a rutura não foi fácil nem para eles.

11. Desde princípios do século XIX o modelo de academias e de fazer e entender a arte na Europa (com França como exemplo supremo) tem estado a estender-se por muitos países da “periferia” (Brasil 1916, Cuba 1918), tendo diretores franceses a maior parte do século; pelo que em 1907 dificilmente iam aceitar, serem eles os influídos.

12. A abstração como estilo, com um grupo de artistas trabalhando e expondo de forma “coordenada” só existiu a partir da década de quarenta nos estados unidos.

Entre outras coisas, esta forma de criar punha em dúvida a maior parte do labor das academias de arte, mas teriam que chegar novas ruturas, para aplanar o caminho à abstração como estilo dominante.

O toque definitivo à arte académica vai dá-lo o Dadaísmo, pois este estilo, além da figura, renuncia à obra de arte em si mesma. Para eles, era mais importante o processo criativo, a ideia, que a obra terminada. Em princípio, não se precisa de ir a uma academia de arte para colocar uns bigodes à “*Gioconda*” de Leonardo Da Vinci, e, muito menos para apanhar um objeto pré-existente, pôr-lhe um título e tentar exhibi-lo numa galeria, com o que passaria a ser uma obra de arte. Os dadaístas não exaltavam a guerra como método para acabar com a arte burguesa e as suas instituições, mas como já estavam vivendo uma¹³, decidiram aproveitar o momento para dar a estocada final à “instituição arte”. É isto que explica a existência do “*Redy Made*” com toda sua carga de burla e ironia contra as galerias e museus que, aos olhos dos dadaístas, dedicavam-se até à data, fundamentalmente a validar e sacralizar uma arte imitativa, dogmática e conservadora que valorava mais a técnica manual e o conhecimento da cultura clássica, adquirida numa escola, que a criatividade do artista ligado a uma experiência vital, própria do seu tempo.

Com o Dadaísmo, o antigo método académico entrou definitivamente em colapso, pois além de combater todas as formas de tradição artística e

privilegiar a intuição, a independência criativa e a expressão livre de regras apriorísticas também tinha a crítica do seu lado, ou pelo menos o sector mais novo, progressista e prestigiado, formado junto aos artistas de vanguarda. O Dadaísmo pode ser considerado um ponto de inflexão dentro das vanguardas artísticas por vários motivos: primeiro porque o espírito altamente destrutivo e revolucionário das primeiras vanguardas vai alcançar nele o seu zénite e, a partir dele, quase todos os novos estilos (incluído o pós-modernismo) estariam influenciados por ele, o que os faz menos radicais, e, segundo, porque com o Dadaísmo as vanguardas definitivamente vão alcançar e superar o academismo, pelo que os novos estilos não sentem a necessidade de atacá-lo

A partir deste momento, as tensões entre as vanguardas e a academia começam a diminuir; o surrealismo, longe de manter uma frente de batalha aberta contra as academias, dá o que poderia entender-se como um passo atrás e retoma muitas técnicas académicas para representar os seus sonhos e obsessões. De facto, Salvador Dali, seu mais conhecido representante, foi chamado por seus inimigos como o “*avida dollar*” pelo seu alto interesse no comércio e a rentabilidade do seu trabalho, atitude evidentemente repudiada pelos movimentos anteriores com forte espírito anti-burguês.

Quando a abstração se converte num estilo nos anos quarenta, nos Estados Unidos, não teve que enfrentar grandes lutas contra tendências retrógradas, mas sim encontrou o apoio de colecionistas, filantropos e até

13. O Dadaísmo surge em 1916 no Cabaret Voltaire na cidade de Zúrich (Suíça), onde se reuniam muitos artistas, por ser um país neutral durante a primeira guerra mundial.

do próprio governo dos Estados Unidos, que queria desenvolver esta tendência informal, como contrapartida ao Realismo Socialista Russo. Só pelo final da era moderna, nos anos sessenta e setenta, vamos encontrar novamente um certo espírito de luta anti-comercial, no Land Art, Body Art, Happenig, Perfomances e arte conceitual, todos com evidente dívida para com o Dadaísmo e talvez, com os últimos estertores da era moderna.

Com a ascensão da Pós-modernidade, este confronto chega ao seu fim, pois na era do “tudo vale” e do “fim das ideologias”, deixam de ter sentido tais confrontos; agora podem conviver tranquilamente as tendências mais arcaizantes com as instalações mais ultramodernas, as tendências mais académicas com as mais ligadas à vida real, a quotidianidade. Só que, neste ponto, a realidade alcançou um grau tal de posta em cena, de ficção e de banalidade, que a obra resultante pode lembrar-nos as vanguardas, mas tem um significado bem diferente.

Pois bem, terminado o conflito ou confronto entre vanguardas e o academismo, e visto em perspectiva, podemos deixar de lado a paixão com que os historiadores contemporâneos da arte defenderam as vanguardas frente aos interesses burgueses da academia, e fazer justiça a esta última, ainda que possivelmente não necessite pois, apesar do descrédito a que foi submetida, nunca deixou de existir e actualmente goza de uma saúde invejável em todos os países desenvolvidos e em muitos países em vias de desenvolvimento.

O primeiro ponto que poderíamos dizer a favor das academias, depois de tanta crítica, é que sem elas não

teria acontecido o enorme progresso da arte ocidental, pois foi nessas mesmas academias que se formaram os artistas que, depois, lutaram contra elas, e, quiçá mais importante ainda, sem a existência das academias não se teria dado a “luta de contrários” que impulsionou as vanguardas, enriquecendo enormemente esta arte. Sem as academias e as problemáticas sociais introduzidas pela contemporaneidade, as vanguardas não teriam motivo de existir.

As academias desenvolveram outra tarefa de enorme importância para a cultura e a identidade dos países nos quais foram implementadas, a de estimular a formação de colecções didáticas que acabaram por ser a origem de inumeráveis museus de arte, sem os quais muitas obras não teriam chegado até nós em bom estado. Além disso, fomentaram as galerias e exposições que, sob conceitos conservadores, num princípio, e mais abertos com o passar do tempo, têm educado o gosto do público pelas artes plásticas, uma das mais interessantes formas criativas do ser humano.

É pelo antes exposto que não posso terminar este relato sem recomendar energicamente a introdução em Cabo Verde de uma escola de arte, onde possam formar-se adequadamente os futuros artistas, e, ao mesmo tempo (sem esperar por um processo espontâneo) a fundação de um museu de arte, onde possa conservar-se o nosso património artístico, para o desfrute das gerações presentes e futuras, sem a necessidade de ter que visitar a Europa ou os Estados Unidos, para encontrar as nossas raízes culturais.

Referências bibliográficas

Argan, Giulio Carlo. (1995). Arte e crítica de arte, 2ª edição. Lisboa, Editorial Estampa.

Hauser, Arnold. (2000). História social da arte e da literatura, 3ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes.

Janson, H.W. (1998). História da arte, 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lipovetsky, Gilles. (2009). La era del vacío, 6ª edición. Barcelona: Colección Compactos.

Mosquera, Gerardo. (1989). El diseño se definió en octubre. La Habana: Editorial Arte y Literatura.

A ÚLTIMA GRANDE CONQUISTA DO REI D. JOÃO II: O TRATADO DE TORDESILHAS (1494)

Alexandre António da Costa Luís

Universidade da Beira Interior e CHSC da Universidade de Coimbra
aluis@ubi.pt

Resumo

Pretende-se, com o presente estudo, demonstrar que o rei D. João II, depois da perturbação causada na ordem ultramarina de Alcáçovas pela viagem inaugural de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo e do subsequente e difícil processo de negociações diplomáticas entre Portugal e Castela, conseguiu firmar junto dos Reis Católicos um Tratado de repartição das áreas de influência no Atlântico e nas conquistas ultramarinas que, pelo seu teor, não comprometia os interesses máximos portugueses, com destaque para o objetivo da posse da “Índia”. Assim, parece legítimo afirmar que em 1494 o monarca luso arrecadou a sua derradeira grande vitória, já que acabaria por falecer no ano seguinte.

Palavras-chave: D. João II, Reis Católicos, Portugal, Castela, Tratado de Tordesilhas.

Abstract

Through this paper work we intend to prove that King João II, after the shock caused in the overseas order of Alcáçovas by the maiden Christopher Columbus’s voyage to the New World and the subsequent and difficult process of diplomatic negotiations between Portugal and Castile, could sign with the Catholic Monarchs a Treaty on the division of areas of influence in the Atlantic and in the overseas achievements that, because of its content, did not compromise the Portuguese major interests, especially the possession of “India”. Thus, it seems fair to say that in 1494, the Portuguese monarch collected his last great victory, since he will die in the following year.

Keywords: João II, Catholic Monarchs, Portugal, Castile, Treaty of Tordesillas.

Tendo visto o seu plano de navegação rejeitado em Portugal, Cristóvão Colombo realizou, em 1492-93, ao serviço de Castela, a sua primeira viagem ao Novo Mundo. No seu regresso, o eufórico e entufado navegador trouxe consigo a notícia do descobrimento que havia concretizado e, naturalmente,

a leitura que dele operava. Antes de chegar ao território espanhol, passou por Portugal, acabando por se encontrar com D. João II. Tratou-se, sem dúvida, de uma entrevista que haveria de gerar elevada turbulência no quadro das relações peninsulares, já que o monarca português ouviu “Christovam Colombo Italiano”

dizer que acabara de retornar do “descobrimento das Ilhas de Cipango [Japão], e d’Antília, que per mandado dos Reys de Castela tynha fecto” (Pina, 1792: 177). Como existia a convicção de que este navegador havia alcançado terras em área vedada, pondo, deste modo, em risco os interesses do Reino de Portugal, alguns conselheiros de D. João II sugeriram, sem demora, que Colombo fosse eliminado (Pina, 1792: 178). A solução proposta refletia a delicada atmosfera que subsistia entre os dois países vizinhos e para a qual contribuíam diversos fatores, desde logo o prematuro falecimento do infante D. Afonso, em 1491, decorrente de um acidente equestre, que causara a rutura da aliança matrimonial intentada, levando o Príncipe Perfeito a procurar obter, contra a opinião de muitos, incluindo dos Reis Católicos, a legitimação do seu filho D. Jorge, de maneira a situá-lo na linha de sucessão.

Adite-se que D. João II, imbuído, por certo, de sentido de Estado, preferiu rejeitar o expediente radical de matar Colombo, que era, como se disse, acusado de ter descoberto terras localizadas dentro da jurisdição lusa. No entanto, importa adiantar que a proposta formulada pelos conselheiros joaninos não estava descabida de sentido, posto que a pena normal para atos deste género era a de morte. Com efeito, recuando ao tempo do surgimento do Tratado de Alcáçovas de 1479, ratificado pelos Reis Católicos em Toledo a 6 de março do ano seguinte, o então herdeiro da Coroa portuguesa, o príncipe D. João, ao se escudar neste instrumento diplomático, mas também graças ao traquejo adquirido com a guerra luso-castelhana de 1475-1479, pôde apostar, com outra

clarividência, na implantação do nosso *imperium* atlântico, largamente alicerçado no *mare clausum*, aprofundando a aplicação de medidas de extrema severidade contra os invasores dos domínios lusitanos. Fê-lo essencialmente através de uma carta assinada por D. Afonso V, datada de 6 de abril de 1480 e que determinava que fossem lançadas ao mar as tripulações de navios estrangeiros encontrados “das Canarias pera baixo e adiante contra Guínea” (Portugaliae Monumenta Africana, vol. I, 1993: 253). Acrescenta-se que, pouco depois, Sisto IV concedeu ao Tratado de Alcáçovas a chancela papal e valor universal por meio da bula *Aeterni Regis clementia*, de 21 de junho de 1481.

Portanto, depois do retorno de Colombo à Europa, em 1493, e fruto dos alegados descobrimentos asiáticos enunciados por este navegador e do abalo que provocavam no processo expansionista português, não é complicado descortinar o agravamento do ambiente de tensão entre Portugal e Castela. Longe de ser surpreendente, após a morte do príncipe luso D. Afonso, a Coroa espanhola adotou, em matéria de exploração do Atlântico, uma atitude bastante mais ambiciosa, visto que se achava liberta de alguns compromissos de ordem moral, buscando assim recuperar protagonismo no Além-Mar e aproveitar, eventualmente, alguma indefinição presente no texto do Tratado de Alcáçovas. Na verdade, seria uma ingenuidade acreditar que Castela ficaria definitivamente circunscrita ao beco em que este convénio a encerrara. Seria apenas uma questão de tempo até que viesse a ultrapassar esses limites, lesando, como é óbvio, os

interesses lusíadas. Nesse sentido, dotados da vontade de conceder uma importância internacional decisiva ao bloco castelhano-aragonês, que tendia não somente a somar o peso dos dois parceiros, mas também a fomentar novas sinergias, fortalecidos pelo robustecimento da autoridade real, animados pela ideologia providencialista e avanço do imperialismo messiânico, ordenado em torno da ideia de libertar Jerusalém do suplício infiel, e desvinculados de alguns constrangimentos, os Reis Católicos decidiram apadrinhar o projeto de Colombo. Ora, quando chegamos à altura das negociações que conduziram aos Tratados de Tordesilhas, é importante observar que Isabel e Fernando estavam, de facto, embevecidos com os sucessos recentemente obtidos, tais como a conquista do último reduto islâmico da Península, o Emirato de Granada, e a suposta chegada espanhola ao extremo da Ásia, que lhes abria as portas de um império em potência. Adivinhava-se uma prosperidade indescritível para a Espanha, uma inesgotável idade de ouro, pelo que os Reis Católicos, logicamente, não acatariam outro veredito que não fosse o reconhecimento do direito de acesso às suas alegadas “Índias”.

Seja como for, depois de ver Colombo regressar da sua viagem de 1492-93, D. João II tomou a decisão de agir com celeridade, incrementando, de imediato, várias diligências. Sabia, pois, que o perigo de conflito ou do aparecimento de outros focos de divergência era efetivo, pelo que só teria vantagem em solucionar rapidamente o problema ultramarino. Desta forma, apoiando-se no Tratado de Alcáçovas, o lado português reivindicou a posse

das terras achadas por Colombo e, talvez para pressionar os Espanhóis a negociarem, tomou a iniciativa de preparar uma armada para deitar a mão a estes lugares distantes. O lado castelhano intentou então sossegar os ânimos, enviando para Portugal mensagens tranquilizadoras. Apelava-se, no fundo, à conveniência de se encontrar uma solução para o problema ultramarino que assentasse na diplomacia. E assim será feito. Acontece, porém, que os Reis Católicos gozavam de um importante trunfo, pois contavam com a simpatia do papa Alexandre VI (1492-1503), um espanhol natural de Valência que ficara, em larga medida, a dever-lhes a sua eleição. Em resultado disso, conseguiram, em 1493, obter deste aliado uma série de bulas através das quais o papa, seguindo, talvez, uma proposta esboçada por Colombo, concedia-lhes a jurisdição das terras a ocidente de um meridiano, passando 100 léguas a oeste de Cabo Verde e dos Açores.

Ora não só pelos erros que comportavam, como é o caso das ilhas dos Açores e de Cabo Verde não usufruírem da mesma longitude, mas igualmente pela maneira desequilibrada com que tratavam os interesses dos reinos peninsulares envolvidos na exploração dos mundos ultramarinos, prejudicando claramente o lado lusitano, o rei D. João II acabou por desvalorizar e rejeitar essas bulas e, conseqüentemente, a arbitragem papal. Por isso, a receita para o diferendo entre Portugal e Castela seria convencionada à margem da Santa Sé, trocando-se embaixadas, recados e emissários. O monarca português, como anota José Manuel Azevedo e Silva, aceitou,

é certo, “o princípio da partilha do Mundo por um meridiano terrestre, mas teve força suficiente para fazer vingar a sua proposta de divisão da Terra pelo meridiano que passa a 370 léguas a oeste de Cabo Verde” (1994a: 9). Ou seja, é possível considerar que Portugal acabou por dominar as negociações e, de certa forma, ditar as condições finais.

De facto, o que não deixa de ser evidente é que, na hora de negociar com a potência vizinha, D. João II soube tirar partido não só das informações privilegiadas que recolhia dos espões que possuía na corte espanhola (Resende, 1991: 244), mas também da habilidade que dispunha para jogar no tabuleiro das relações europeias, do saber superior dos cosmógrafos nacionais e da cobertura oriunda de uma entidade imperial portuguesa que começara a emergir no espaço explorado pelo País e que facultava crescente prestígio, peso político e vastos recursos (veja-se o ouro da Mina). Com efeito, num cenário em que a empresa expansionista triunfa nitidamente como o principal eixo da vida nacional e como o mais caro projeto de poder, D. João II, “sem abandonar por completo a tradição medieval e cultivando crescentes apontamentos de modernidade [...], impulsionou uma política ultramarina que favoreceu o desenvolvimento de um conjunto de movimentações que ajudaram a esculpir um Império” (Luís, 2013: 16-20). Dispondo de uma visão em constante aperfeiçoamento acerca das dimensões do Mundo, bem como de um leque de técnicas decisivas, sobretudo nas áreas da arquitetura naval, da navegação, da cartografia, da artilharia naval e da edificação de fortalezas, e

da experiência usufruída pelos mareantes portugueses, o Pelicano acabou por intervir simultaneamente em múltiplas frentes, as quais, face à sua interconexão, não se podem entender de forma isolada. Estamos, para todos os efeitos, perante o “magno obreiro do Império Afro-Atlântico” (Luís, 2008: 396), uma construção de origem quatrocentista.

Na sequência do regresso de Colombo e da subsequente e controversa atuação de Alexandre VI, por exigência, como já se sublinhou, das autoridades lusíadas, colocou-se de lado a arbitragem do sumo pontífice. Assim, as duas potências ibéricas resolveram entabular um conjunto de negociações diretas, sem mediação, com vista à demarcação das suas respetivas áreas de influência, sanando desta feita o conflito. Por outras palavras, de modo a suprimir a ameaça de guerra que pairava no ar entre Portugal e Espanha e que os monarcas peninsulares não desejavam que viesse a eclodir, procurou-se, bilateralmente, um consenso duradouro que regulasse os empreendimentos ultramarinos ibéricos, “sobretudo a partilha de mares aos quais se associam determinadas terras” (Silva, 1994a: 8). De facto, na procuração que D. João II entregou aos seus embaixadores de Tordesilhas, afirmava o rei que “por se buscar e conseruar maior paz e mais firme concordia e asesejo Que o mar em que as ditas ilhas stam e foram achadas se parta e demarque antre nos [...]” (Descobrimientos Portugueses, vol. III, 1988: 435). Em 7 de junho de 1494, surgiram, então, os dois Tratados de Tordesilhas: o primeiro, claramente o mais célebre e relevante, está relacionado com a

partilha da Terra entre ambos os países; o segundo aborda a delimitação do Reino de Fez e a problemática das pescarias na costa africana.

Recaindo este estudo sobre o primeiro destes tratados, podemos, desde logo, especificar que, em termos históricos, o mesmo ostenta uma peculiar significação político-diplomática, pois forma o único convénio que firmou uma divisão do Orbe entre duas potências, velhas vizinhas e rivais crónicas, “tomando por fronteira um meridiano” (Silva, 1994a: 7). Em rigor, estamos perante “não só a divisão do real, mas, sobretudo, a partilha do imaginário” (Silva, 1994a: 7). O Tratado em apreço estabelecia uma repartição que afastava da expansão marítima as outras nações cristãs, independentemente do seu poder, tamanho e prestígio. À luz da partilha concertada, intentava-se, no fundo, instalar nos mundos ultramarinos/pagãos uma ordem bipolar, em que os protagonistas seriam os povos católicos peninsulares. Na verdade, já no passado, alguns espaços geopolíticos registaram situações de bipolaridade. No que diz respeito ao Mediterrâneo, temos, por exemplo, entre os casos mais estudados, o dos Romanos e Cartagineses. No entanto, em 1494, foi negociada a divisão de um recinto muito mais amplo, composto pelo extenso terreno que então se abria ao expansionismo português e castelhano.

Importa elucidar que, se privilegiarmos uma análise centrada eminentemente no campo geopolítico, não é difícil averiguar que as perdas, em termos ultramarinos, registadas por Portugal em Tordesilhas se anunciam bastante mais extensas

do que em Alcáçovas. Basta ter em consideração que, através do convénio de 1479, o Reino Luso conseguiu ficar com a parte do leão, isto é, com a conquista de Fez, as ilhas da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde, as terras e os tratos da Guiné, cabendo-lhe, ademais, quaisquer outras ilhas que viessem a ser descobertas a partir do arquipélago canário “pera baxo contra Guínea” (*Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, 1993: 244). Em contrapartida, limitou-se a desistir oficialmente das Canárias, que serviram de moeda de troca e que eram, como se sabe, objeto de rivalidades antigas. Assim, não restam dúvidas de que os ganhos conquistados pela concorrente Castela foram bastante reduzidos: “solamente las yslas de Canaria [...] e todas las otras yslas de Canaria gañadas o por gañar” (*Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, 1993: 244).

Todavia, a empresa levada a cabo por Colombo veio colocar em relevo o Atlântico Ocidental e, conseqüentemente, o desafio de saber se o Tratado de 1479 cobria a zona em apreço. Depois de várias peripécias e conversações, a solução para o diferendo foi o texto assinado na vila de Tordesilhas, onde, apesar de uma cláusula especial relativa ao desenrolar da segunda viagem de Colombo, “os mesmos interessados ficaram em posição igualitária no que concerne à extensão das respectivas áreas de domínio possível: para Castela o espaço a ocidente de uma raia ou linha direita marcada de pólo a pólo” (Santos, 1994a: 19), a “trezientas e setenta leguas de las yslas del cabo verde hazia la parte del ponjente por grados o por outra manera” (*Descobrimientos Portugueses*, vol. III,

1988: 442). Por seu turno, Portugal arrecadava “o outro hemisfério” (Santos, 1994a: 19). Adiante-se que a demarcação das esferas de influência, que assentava, desta feita, numa linha vertical imaginária, não especificava a qual das ilhas se referia.

Pois bem, à semelhança de outros, entendemos que o conteúdo do primeiro Tratado de Tordesilhas não era tão negativo quanto se poderia supor para o lado luso, constituindo até a “última grande conquista” de D. João II (Luís, 2008: 486), que morre em 1495, mas que consegue em 1494 salvar muitos dos principais interesses nacionais, senão vejamos:

a) Não punha em risco a independência nacional; ajudava antes a consagrá-la, por se tratar de um instrumento diplomático com inequívoca ressonância na cena internacional e que dava a entender que as potências hispânicas envolvidas eram do mesmo escalão. Afinal, conforme refere João Marinho dos Santos, “Castela, continuando a ser a nossa principal ameaça político-militar, acaba, diplomaticamente, por nos reconhecer como parte *igual*”. E acrescenta em seguida: “Que longe iam os anos em que D. João I se propunha ajudar o rei de Castela na «Reconquista» do reino de Granada e os nossos vizinhos só aceitavam essa ajuda na posição de *vassalagem!*” (1994a: 19). No fundo, para o lado luso, o significado deste reconhecimento por parte de Castela só podia ser encarado como um êxito assinalável, se tivermos em conta que, pouco antes, os Reis Católicos, já hegemónicos no palco ibérico, tinham aumentado ainda mais os seus domínios territoriais e prestígio internacional, mediante a submissão de Granada.

b) Como bem explica Marinho dos Santos, “não atenta contra a coesão nacional, identificada sobremaneira com os interesses das elites, cristalizados na consecução dos valores da honra, do proveito, da fama e da glória (sendo a suprema glória o Céu) e que alimentavam estruturalmente a ideologia ecuménica da Nação” (1994a: 19). Na verdade, não punha em xeque o próprio filão messiânico que tendia a crescer junto da dinastia de Avis e que D. João II ia interiorizando e projetando (repare-se na divulgação do Milagre de Ourique diante de Inocêncio VIII, em 1485). A prova é que, já com D. Manuel no trono, os “ventos do messianismo soprarão com maior fulgor e clareza” (Luís, 2013: 53), em parte fruto do aproveitamento das oportunidades ultramarinas que a ordem de Tordesilhas propiciava.

c) Na prática, não estorva o alvo cimeiro da nossa política externa e que, na altura, se traduzia na continuidade de Portugal como Estado-membro da *Respublica Christiana*. É certo que D. João II havia conseguido afastar o poder arbitral do papado das negociações finais, contudo, a situação de nivelamento e de imposição de relações pacíficas entre as duas potências cristãs, que Tordesilhas fixava, evitando, portanto, a eclosão de uma guerra fratricida, sempre condenada pela Igreja, permitia sustentar a inserção de Portugal na Cristandade.

d) Portugal assegura a sua hegemonia no Atlântico Sul, até porque esta vasta zona se mostrará aos Europeus um recinto bordado por duas massas continentais, a África e a América, e o País possuía direitos sobre os dois lados. De resto, acabará mesmo por

se apoderar de uma parcela do Novo Continente, concretamente o Brasil, que o tempo revelará, despoletando nova frente de expansão. Não menos importante, o rei português garantiu o espaço de manobra necessário aos navios nacionais que demandassem o extremo sul de África, rumo ao Índico, já que dependiam da derrota em arco.

No que concerne à região prioritária que estava em disputa durante as negociações que conduziram ao Tratado de Tordesilhas, ou seja, a “Índia”, é possível sublinhar que D. João II, socorrendo-se do saber dos seus cosmógrafos quanto à conversão mais rigorosa do grau terrestre em léguas, conseguiu assegurar para o seu sucessor, o rei D. Manuel, o acesso ao cobiçado Oriente. Os Portugueses estavam unidos de uma ideia sobre a extensão da Terra muito próxima da efetiva. O mesmo não sucedia com os Espanhóis, marcados pela deficiente conceção geográfica de Colombo (Silva, 1994b: 16-18). Ora este superior conhecimento contribuiu para que Portugal viesse a ganhar a corrida à Ásia, ludibriando o vizinho hispânico em 1494. Como tal, pouco depois, a proeza de Vasco da Gama provocará, naturalmente, a ruína de Colombo.

Deixando para outro estudo a questão muito debatida de saber se, aquando da escolha da linha divisória, o rei tinha já nessa data notícia da existência do Brasil, urge, sim, realçar que houve, relativamente ao assenhoreamento da autêntica Índia, uma vitória geoestratégica de D. João II sobre as pretensões espanholas e papais, impossibilitando ainda que a Rota do Cabo fosse legitimamente impugnada. De facto, a tal linha de Tordesilhas reservou aos Portugueses

a jurisdição do hemisfério oriental e, deste modo, a conservação do património ultramarino já usufruído pelo País e o acesso direto à área avaliada naquele tempo como a mais rica do Planeta, o Índico. Por isso, anos mais tarde, em carta régia de 10 de janeiro de 1500, D. Manuel I expressará o seu regozijo de cunho imperial: “[...] na quall vyagem [a primeira de Vasco da Gama] nos elle asi servio [...] e em fim de sseu descobrimento Achou e descobrio A Imdia que per todollos escriptores que o mundo screpveram sobre todas as provemcias delle esta de rica poseram A qul todollos emperadores e grandes Rex que no mundo forom sobre todas esta desejarõ [...]” (Santos e Silva, 1999: 244).

e) O Tratado em apreço não deixa de favorecer o fortalecimento da posição da Coroa como polo aglutinador/unificador dos interesses dos estados, dos partidos e da Nação, o que equivale a dizer que ajuda a fazer medrar a sua capacidade de levar a cabo a mobilização das forças nacionais em torno de um projeto/ideia de império, ou melhor, da execução, através de meios diversos, instituições e utensílios apropriados, de uma política de tipo imperial em que, por exemplo, o crescimento e o desenvolvimento passavam a depender cada vez mais das riquezas oriundas dos mundos ultramarinos.

f) Precisamente, Tordesilhas não inviabiliza a estruturação de um Império Português. É certo que, em termos geopolíticos, representou uma situação de “empate” (Santos, 1994b: 8), visto que houve uma divisão em duas partes iguais da Terra, e, portanto, se Portugal aspirasse à

edificação do Império Universal, só poderia concretizar esse desiderato por via da união política com Castela. No entanto, ao longo da história, é bom frisá-lo, nunca existiu uma entidade imperial que albergasse todo o Mundo. Contudo, Tordesilhas mantinha na mão dos Portugueses os espaços estratégicos da nossa expansão, a África, a Ásia e parte do recinto atlântico, e não impossibilitava D. João II de emergir, em relação a determinados lugares, como um “imperador, no sentido medieval do termo”, ou seja, um “rei de reis” (Thomaz, 1994: 166). Por outras palavras, apesar dos limites impostos, a expansão lusíada tinha a porta aberta para se processar à escala de um hemisfério. Enfim, longe iam os dias em que o governo português e o castelhano haviam negociado o desenho das suas fronteiras internas através do Tratado de Alcanices (1297). Agora, jogava-se uma cartada muito mais ambiciosa, incidindo sobre um quadro espacial gigantesco, repartindo o mundo por descobrir pelos dois países ibéricos.

Em rigor, nem tudo se resume a uma questão de tamanho. Atente-se à máxima que resulta da vivência dos impérios e que ensina que a extensão dominada é menos relevante do que a qualidade da organização do espaço. Justamente, em Tordesilhas ficaram acauteladas várias condições favoráveis à conservação, operacionalização e crescimento do Império Português.

Compondo eminentemente um Império Oceânico, pois ao Atlântico Austral luso será adicionado o Índico, que constituirá uma espécie de prolongamento oriental do

primeiro (os dois palcos formarão uma unidade orgânica através da Rota do Cabo, a espinha dorsal do Império), o alargamento, o controlo e a funcionalidade desta formação imperial radicarão, em boa medida, apesar de alguns constrangimentos de natureza técnica, no emprego de navios com especial destreza para navegar à bolina e/ou dotados de invulgar solidez, na acomodação da artilharia a bordo, na faculdade de construir fortalezas praticamente invioláveis, na competência em executar guerras com pendor anfíbio, na reportação dos rumos e das latitudes, única coordenada ajustada aos condicionalismos técnicos existentes (as longitudes são estimadas até ao século XVIII), na perscrutação dos sistemas de ventos em certas partes ignotas, no conhecimento das marés, na representação cartográfica dos espaços, muitas vezes bastante pormenorizada, no usufruto de um serviço informativo. Assentarão, igualmente, no incremento de uma sedutora ideologia, fomentadora de um apreciável espírito de corpo por ser agregadora dos grandes valores que animavam a sociedade portuguesa e por canalizar uma mensagem de feição miraculista, entre outros aspetos.

g) Em Tordesilhas, mais do que na etapa intermédia de Alcáçovas, estabeleceram-se condições de relacionamento pacífico entre as duas potências rivais da Península. A Espanha aliviou a sua pressão sobre a esfera de influência lusíada em resultado da aquisição de um terreno próprio e vasto de conquista. Lisboa podia, deste modo, explorar com novo ânimo as linhas de atuação pré-definidas e as possibilidades que tendiam a brotar das suas distintas

frentes ultramarinas, sem ter que dedicar tanta atenção à antiga concorrência peninsular. Ademais, a convergência de interesses, refletida sobretudo na sustentação do regime de *mare clausum*, em virtude da instauração de um quadro oficial de hegemonia naval partilhada, só podia ditar que, nos tempos subsequentes à assinatura do Tratado, as duas unidades hispânicas instituíssem

entre si laços de solidariedade imperial, dando inclusive origem a vários episódios de interajuda militar.

Enfim, Tordesilhas vigorou durante mais de dois séculos e, embora ambos os países o tenham violado, assim como outros, marcou, sem dúvida, a História Universal, compondo mesmo um dos acontecimentos impulsionadores da famigerada globalização.

Referências bibliográficas

Descobrimientos Portugueses, Documentos para a sua História, vol. III (1988). Publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques. Lisboa: INIC.

Luís, Alexandre António da Costa (2008). Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino). Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Luís, Alexandre António da Costa (2013). O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de Obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485. Covilhã: LusoSofia:press, Universidade da Beira Interior.

Pina, Rui de (1792). Chronica d'El Rei Dom João II. In: Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza..., tomo II. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa.

Portugaliae Monumenta Africana, vol. I (1993). Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, INCM.

Resende, Garcia de (1991). Crónica de D. João II e Miscelânea. Reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: INCM.

Santos, João Marinho dos (1994a). Tordesilhas e o Modelo do Império Português. In: Vértice, n.º 63. Lisboa, 19-24.

Santos, João Marinho dos (1994b). O Tratado de Tordesilhas e a Geostratégia de D. João II. In: Biblos, vol. LXX. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 7-12.

Santos, João Marinho dos e Silva, José Manuel Azevedo e (1999). Vasco da Gama. A Honra, o Proveito, a Fama e a Glória. Porto: Editora Ausência.

Silva, José Manuel Azevedo e (1994a). A Fronteira do Real e do Imaginário no Tratado de Tordesilhas. In: *Vértice*, n.º 63. Lisboa, 7-10.

Silva, José Manuel Azevedo e (1994b). O Tratado de Tordesilhas: entre o Real e o Imaginário. In: *Biblos*, vol. LXX. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 13-32.

Thomaz, Luís Filipe F. R. (1994). De Ceuta a Timor. Linda-a-Velha: DIFEL.

CABO VERDE: A CRIAÇÃO DE UM PROJETO DE CIVILIZAÇÃO (1822-1841)

Eduardo Adilson Camilo Pereira
Universidade de Cabo Verde
eduardo.pereira@docente.unicv.edu.cv

Resumo

O presente artigo pretende analisar os diversos discursos políticos produzidos e reproduzidos pelas elites políticas em Cabo Verde, em torno de qual ilha deveria receber a capital do arquipélago. Pretende ainda demonstrar a atualidade desse discurso na mobilização política das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau contra a centralidade político-administrativa da vila da Praia, assente na criação de uma civilização industrial e comercial em Mindelo, em torno da navegação.

Propõe ainda analisar e compreender os argumentos político-económicos apresentados para justificar a transferência do governo, com especial atenção para a centralidade geográfica, comércio externo e existência de bom porto para a navegação.

Palavras-chave: Cabo Verde, mobilização política, civilização, elites políticas.

Abstract

This article aims to analyze the different political discourses produced and reproduced by the political elites in Cape Verde, around which island would host the capital of the archipelago. It also aims to demonstrate the relevance of this discourse in the political mobilization of the islands of Santo Antao, Sao Vicente and Sao Nicolau against political and administrative centrality of the village of Praia, based on the creation of an industrial and commercial civilization in Mindelo, around the navigation.

It also proposes to analyze and understand the political and economic arguments to justify the transfer of the government, as a special attention to the geographical centrality, foreign trade and the existence of safe harbor for shipping.

Keywords: Cape Verde, political mobilization, civilization, political elites.

José Conrado Carlos de Chelmicki foi o primeiro estudioso a questionar as reais motivações que levaram as elites políticas locais a proporem a transferência da sede do governo da ilha de Santiago para as demais

ilhas. Segundo este, a formação de povoações propiciava não só o aumento da produção, como também a divulgação dos valores da agricultura “provincial”. Destaca ainda que o carácter litorâneo das primeiras

povoações, centradas na vila da Praia e na Ribeira Grande, atrasou muito os planos do governo colonial para a criação de povoações agrícolas no interior. A vila da Praia era a única vila existente na ilha de Santiago, sendo, por isso, imprescindível a criação de uma nova vila num local onde o clima era mais agradável. O local mais adequado seria a achada de Santa Catarina (atual cidade de Assomada), onde o clima, segundo este, era mais saudável (Chelmicki, 1841, t I: 199-200).

Para este naturalista português, a falada insalubridade climática da Ribeira Grande, sem fundamento, pintada com cores negras em Portugal, causava grande prejuízo à administração da colônia, tendo em vista que os portugueses partiam de Portugal com uma ideia pré-estabelecida acerca da cidade, vista como uma sepultura dos europeus. A tão proclamada insalubridade da Ribeira Grande prejudicou a administração da cidade. As informações que circulavam na Corte sobre o seu clima provocaram muitos receios naqueles que para lá eram mandadas. Para este autor, as tão faladas carneiradas, que dizimavam tripulações inteiras na costa africana, eram fantasmagóricas (Chelmicki, 1841, t I: 296).

Por seu turno, Christianno José Senna Barcellos, ao escrever sobre as mobilizações políticas em Cabo Verde, procura destacar tanto a insalubridade do clima, como também a precariedade do porto que cerca a cidade da Ribeira Grande. Além do mais, salienta uma exposição feita pela câmara da Praia, dirigida à Rainha, pela qual propunha a fundação de uma povoação agrícola

no interior da ilha de Santiago e, conseqüentemente, a construção de uma rede de estradas para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas (Barcelos, 1899, v. I: 215-221).

Por seu turno, Henrique Galvão e Carlos Selvagem em seu *Império Ultramarino Português* (1951, v. I: 99 e 186), da mesma forma que Barcellos, ao analisar as mobilizações políticas dão ênfase ao projeto separatista do arquipélago em relação a Portugal, bem como ao plano da constituição de uma “*Confederação Brasílica*”, abrangendo Brasil, Cabo Verde, Angola e Moçambique. Porém, os referidos estudiosos não articularam o projeto emancipacionista às mobilizações no campo, nem tão pouco demonstraram como essas ideias partidárias foram ressignificadas na prática das revoltas políticas.

Quanto ao Brigadeiro R. J. da Cunha, defende que os padres não só desejavam a transferência da sede do governo, devido a intempérie do clima da Ribeira Grande, como também pelo conhecimento de “que as ilhas do Cabo Verde tinham dado quanto podiam dar, e agora estavam reduzidos a um cadáver mirrado” (Matos, 1963: 47-49).

Já para Ilídio do Amaral (1964: 185), “(...) o Governo passava de ilha para ilha, a pretexto da insalubridade de Santiago, com grande aumento de despesas e fortes prejuízos. (...)”. Segundo este, a manutenção da sede do governo colonial português na vila da Praia implicaria a mudança constante dos membros do governo “de ilha para ilha”, fugindo da insalubridade do clima. Neste sentido, destaca as tentativas fracassadas da Coroa portuguesa na mudança da sede do governo para a ilha de São Vicente,

em 1844 e 1850. Além disso, regista outras propostas que indicavam o interior da ilha de Santiago não só como melhor opção para a instalação da sede do governo, como também para promover o desenvolvimento da agricultura ali praticada.

A primeira notícia de que se tem registro nos arquivos europeus acerca da tentativa da transferência da sede do governo colonial português no arquipélago de Cabo Verde data de 1582. Diego Florez de Valdez, numa Carta ao Rei D. Filipe I, de 24 de janeiro de 1582, propôs à Coroa a transferência do trato para a vila da Praia, onde o porto, além de dispor de uma boa baía, também se destacava pelo seu tamanho. Além disso, era também passagem obrigatória para a navegação da costa da Guiné, São Tomé e Brasil. Por outro lado, além de destacar a importância da ilha de Santiago para a Sua Magestade e sua Real Fazenda, este viajante, registrou o fato da vila da Praia ser mais sadia do que a Ribeira Grande, a que até o momento vinha sendo a sede do governo colonial (Valle, 1889, t. XCIV: 540-544).

A mesma opinião repete-se na Carta de 12 de julho de 1586.¹ Nesta, o padre Baltazar Barreira, responsável máximo pela missão jesuítica de evangelização na costa ocidental africana, defendeu a mudança imediata da sede do governo colonial para a vila da Praia, mesmo contra a vontade dos moradores da Ribeira Grande. Segundo o mesmo, para além da vila dispor de um bom porto, era mais sadia, tendo em vista que estava localizada num planalto,

cercada por duas ribeiras. Porém, não deixou de realçar o risco de ataques piratas, uma vez que a vila da Praia encontrava-se despovoada, o que dificultava muito a sua defesa.² A própria instalação do Seminário e da Casa professa dos Jesuítas em Cabo Verde, ideia há muito acalentada pela Coroa portuguesa, ficou comprometida diante da insalubridade, com “perda da Religião”, uma vez que os padres, diante do clima agreste, sentiam-se impossibilitados de cumprir o serviço de Deus “que é o santo fim que Sua Magestade pretéde [pretende], e sem alcançar o fruto desejado”.³

Assim, por meio do Alvará Régio de 14 de Agosto de 1612, el Rei determinou, sem sucesso, que tanto o governador quanto o bispo passassem a residir na vila da Praia, tendo como objetivo a reedificação das casas. O despacho do algodão e frutos para a Guiné teria, a partir daquele momento, de ser feito exclusivamente pelo porto da vila da Praia. Estabelece ainda dois anos de degredo para a ilha do Fogo e vinte cruzados em dinheiro para os desobedientes. Como incentivos, o Rei passou a conceder duas liberdades àqueles que levantassem suas casas de pedra e cal, cobertas de telha, na referida vila, traduzidas no desconto em cada peça de escravo (2 mil reis) por um período de cinco anos. A Coroa comprometeu-se ainda com a canalização da água potável para a vila da Praia.⁴

2. AV, *Processus Consistorialis*, v. II, f. 310, de 31 de março de 1608. Ver ainda: ANTT, *Cartório dos Jesuítas*, maço 36, doc. 94, fls. 4, de 12 de fevereiro de 1609. ANTT, *Cartório dos Jesuítas*, maço 36, doc. 92, de 9 de maio de 1609.

3. ARSI, *Lus.*, cód. 83, fls. 353 v.-354 v., de março de 1608.

4. AHU, *Cabo Verde*, Cx. 1/doc. n. 15.

1. AGS, *Secretarias Provinciales (Portugal)*, liv. 1550, f. 357-357 v.

Por sua vez, o padre Fernão Guerreiro, além de destacar o clima sadio da vila da Praia, o seu notável porto e a baía que o cerca, não obstante a existência de poucas casas, defendeu a fortificação e povoamento da vila para defesa contra as incursões piratas. Para este, de nada adiantaram as várias tentativas feitas pela Coroa portuguesa para mudar a sede do governo para a vila da Praia. Haveria, segundo este padre, melhores condições defensivas da vila da Praia em relação à Ribeira Grande, tendo em vista que em frente da baía existia um ilhéu. Porém, isso só seria conseguido com a presença não só de pessoas para vigiar a vila, como também para a defender em caso de ataque corsário (Guerreiro, 1695: 130-131)

Marcelino António Bastos, governador de Cabo Verde entre 1796 e 1808, por meio de uma proposta enviada a Lisboa, propôs a transferência da sede do governo para a ilha do Fogo, com base na produção agrícola de todas as ilhas do arquipélago de Cabo Verde, no acesso à água potável e existência de um bom porto para a navegação.⁵

Para dar cumprimento à determinação da Coroa portuguesa, a qual mandou “examinar qual destas Ilhas das cituadas ao Norte, sera a mais própria para se plátar a Sede do governo, e mudar da Ilha de São Thiago para ella, a Capital desta Colonia”,⁶ o secretário da Junta da Fazenda, Joaquim Jozé de Araujo apresentou três ilhas: Santo Antão, São Vicente e São Nicolau. O relatório deveria

analisar três aspectos fundamentais. Primeiro, analisar as consequências económicas da transferência da sede do governo da ilha de Santiago. Segundo, deveria selecionar qual delas era mais apropriada para sedear a nova capital. Terceiro, os meios financeiros necessários para a construção de novos edifícios públicos.

A Junta da Fazenda também discordava da centralidade da ilha de Santiago, chegando mesmo a reiterar que “vantajosa posição geográfica, que erradamente tem inculcado alguns q. sobre estas Ilhas tem lançado vistas económicas para motivarem a conveniência, ou necessidade de ser a Ilha de São Thiago a Sede deste Governo”. Para esta, os rendimentos financeiros das ilhas do Fogo, da Brava, de Santo Antão e de São Nicolau ultrapassavam os da ilha de Santiago. Pelo fato da vila da Praia ser a sede do governo, obrigava todos os navios a frequentarem o seu porto. Reiterou ainda que o comércio ali praticado resumia-se a “objectos de refresco” destinado a abastecer os navios que por ali passavam. Além disso, a transferência da sede do governo da ilha de Santiago para as demais ilhas do arquipélago implicaria a transferência de todos os impostos pagos, sobretudo pelos funcionários públicos. Tal iniciativa política era justificada pela intempérie da ilha de Santiago.⁷

Para aquela Junta, enquanto a capital do arquipélago permanecer na ilha de Santiago, os funcionários públicos enviados de Lisboa jamais esforçavam para “preencher bem os deveres dos seus ministérios”. Pelo contrário, “os primeiros empregados

5. AHU, *Cabo Verde*, Cx. 54, doc. 54, de 10 de outubro de 1803.

6. AHU, *Cabo Verde*, Cx. 66, doc. 30, de 27 de março de 1819.

7. Idem.

não procurão se não tratar da própria conservação”. A mudança da capital possibilitaria não só que os mesmos desempenhassem, com zelo, as suas atribuições, como também a própria moralização dos cargos públicos, uma vez que a maioria era ocupada por degredados. Questiona ainda – “poderá isto conseguir-se, quando hoje só não foge da Capital quem não tem motivo com que pretextar a sua auzencia?” Segundo este, existia na vila da Praia “huma indidente Rezidencia do Governo feita de Madeira” em ruína, sendo necessário a construção de todos os demais edifícios do governo. O cabido da diocese da ilha de Santiago não correspondia “aos fins de semelhante Instituição não só pela ignorancia, e inhabilidade dos seus membros, como por estarem em huma Dioceze dezerta, e reduzida a seis indivíduos...”⁸

Quanto ao primeiro, destacou o fato da ilha ser povoada, possibilitando a criação de uma nova cidade na localidade de “Caleijão”. Ressaltou o fato da ilha ser povoada por “Artífices, e Obreiros”, o que facilitaria a construção dos novos edifícios públicos necessários para a nova capital do arquipélago. A defesa da nova cidade também seria facilitada.⁹

Quanto à segunda proposta, realçou que, pelo fato da ilha ser povoada por “cento e tanto habitantes”, acarretava maiores despesas financeiras para fundar uma nova capital na ilha de São Vicente, “por que para huma terra quazi despovoada tudo hé necessário conduzir-se de fora”. Porém, destacou o fato da ilha não ter uma “Ribeira de agua perene, e ainda que se certifique,

que nella á duas braças de profundidade em qualquer parte se acha agoa...como um artigo de primeira necessidade hé preciso hum ...atento exame antes que se se emprehenda operação alguma...”. Como contrapartida, foram apresentados dois argumentos: a fertilidade do seu solo e a “excellencia” do seu porto, considerado o melhor de todas as demais ilhas do arquipélago.

As intrigas políticas e as reivindicações pela reforma da constituição seriam reforçadas pelas reivindicações políticas locais, dentre as quais, que o governo geral deveria estar sediado nas demais ilhas do barlavento. Para esta discussão muito contribuiu o receio da elite local quanto a um possível ataque dos habitantes do interior da ilha de Santiago, representados como sendo revoltosos e rebeldes. Com as sucessivas revoltas contra o governo geral mobilizadas pelos liberais exaltados, os moderados propuseram a construção de um *centro civilizacional* em Cabo Verde, o que passava necessariamente pela mudança da sede do governo geral para a ilha de São Vicente. Já os exaltados defendiam a manutenção da sede na vila da Praia (ilha de Santiago). Em primeiro lugar, para o deputado da provincia, Theophilo José Dias, liberal moderado, o bem estar de Cabo Verde só poderia ser alcançada com a transferência da capital para a ilha de São Vicente. Para este, a ilha de Santiago não era a ilha mais opulenta do arquipélago. Por isso, não era a “única que mereça a honra de ser a Capital da mesma *Provincia*”. A ilha de Santiago e sua respectiva elite política eram vistos como responsáveis pela decadência económica das demais ilhas. Referindo-se à posição geográfica,

8. Idem.

9. Idem.

defendeu que *“se a centralidade falta à ilha de S. Vicente em relação a todo o arquipélago, ella tem a centralidade necessaria respectivamente ao grupo das Ilhas de Barlavento, igualmente rico, importante, e o que infelizmente se acha desprezado”*.¹⁰

Em segundo lugar, fazia crer que a *“Câmara e Cidadãos signatarios”* defendiam que uma das principais prioridades políticas do arquipélago referia-se à *“fixação definitiva e permanente da Sede do Governo”*, tendo em vista a falta de *“estabilidade”*, oriunda das exorbitantes despesas financeiras decorrentes das sucessivas transferências periódicas da sede do governo geral. Estas despesas faziam com que os funcionários recebessem os respectivos salários em até seis meses atrasados, em prejuízo dos serviços da administração do governo geral. A transferência da sede do governo para São Vicente foi justificada por boa parte da elite política local devido, em parte, ao receio que negros do interior da ilha de Santiago planejassem uma invasão da vila da Praia, para deporem o governador geral nomeado pela Coroa portuguesa.

Porém, destacou a necessidade defendida pela elite política local quanto à criação de *“uma povoação no seu centro, e em sitio sadio e que hade ser a necessaria e prompta consequencia de se fixar lá a sede do Governo durante os mezes doentios na Villa da Praia”*, representadas pelas localidades dos Picos e Órgãos. Questionou a prioridade na criação de uma povoação no centro da ilha de Santiago. Além da grande distância que o separa da vila da Praia, as grandes despesas com o transporte dos

serviços, a inacessibilidade ao interior da ilha no período chuvoso (junho a outubro), que sempre dificultou o transporte dos *“artigos de primeira necessidade”* para a vila da Praia, seria uma *“desgraça”* decretar a sede do governo nos Picos, pois o governo não poderia demandar sobre assuntos que exigiam decisões rápidas.

Quanto às vias de acesso, notou que *“considerem bem (...) o transito de mais de dez leguas, por caminhos completamente escabrados, sujeitos ao ardentissimo sol quando marchassem de dia-á perigoza cacimba quando andassem de noite”*. Em parte, para este governador, tornava-se *“absurdo”* fixar a residência do governo no interior da ilha de Santiago, tendo em vista os avultados recursos financeiros necessários para a construção e manutenção de uma estrada que a ligasse à vila da Praia. Em contrapartida, defendeu o investimento deste capital financeiro na edificação de *“habitações para o Governo, Bispo e Repartições publicas”* numa outra ilha do arquipélago, no caso em Mindelo. Pode-se constatar que a fundação da nova cidade estava diretamente ligada à crença de que os rendeiros do interior de Santiago não eram capazes de autogovernar-se.

Em terceiro lugar, refutou o princípio, segundo o qual *“todos os habitantes de qualquer Capital, argumentando que só elles, por esse facto, são os mais ricos, mais nobres, e os mais illustrados do resto de seus irmãos do Reino ou Província”*. Segundo este, todos os relatórios apontavam a existência generalizada das febres quer no litoral, quer no interior da ilha de Santiago, com drásticas consequências para a saúde

10. Idem.

humana. Para rebater os argumentos quanto à extensão da ilha de Santiago, Marinho reiterou que as ilhas de Santo Antão e de São Nicolau são tão extensas quanto a ilha de Santiago.¹¹

Em quarto lugar, apesar de admitir que na ilha de Santiago faz-se mais comércio com o exterior, Marinho questiona o “*direito de querer tudo para si e nada para as outras, que por não serem tão comerciais e industriais, por isso mesmo teem mais direito a serem protegidas?*”. A Coroa portuguesa deveria beneficiar as ilhas que mais necessitam para se desenvolver, ao invés de construir a sede do governo no interior da ilha de Santiago. Ainda não se justificava o argumento da grande distância entre São Vicente e a vila da Praia, tendo em vista que os Picos distava 100 a 150 passos do mar. Segundo este, o investimento para a construção da capital no interior da ilha de Santiago seria quatro vezes superior ao que se poderia despendar para a construção de edifícios públicos em Mindelo. O governo geral gastaria elevada soma em dinheiro, tendo em vista as péssimas vias de comunicação para o interior da ilha de Santiago e o custo da mão de obra, que era 50% acima do preço praticado nas ilhas do barlavento. Para este autor, “*Só quem não conhece os caminhos para o interior de S. Thiago, e ignora quanto custam allí os transportes, é que pode ficar em silencio vendo semelhante proposta:-de ser o seu interior o local da residência do Governo no tempo das aguas*”. Para ele, a transferência da capital para a ilha de São Vicente não comprometeria

o comércio, a agricultura, a navegação e a importância política da ilha de Santiago.

Por outro lado, considerou igualmente absurdo o argumento que, com a transferência da capital para outra ilha, diminuiria a confiança no governo que “*longe de promover os mananciaes de prosperidade que incerra em si, lhe faça sair o numerario para ir distribuill-o com os Empregados publicos, residindo n’outra parte*”. Contrapondo aos argumentos apresentados pela câmara da vila da Praia, reiterou ser falso que só a ilha de Santiago contribuía para as despesas do arquipélago, tendo em vista a inatividade dos seus empregados. Entende ainda que a Coroa devesse descentralizar o comércio e a indústria para as outras ilhas do arquipélago, construir boas estradas não só na ilha de Santiago, como também nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau. Segundo este,

Que a fixação da Sede do Governo n’aquella Ilha seja a única medida que de prompto lhe pode dar um impulso de prosperidade porque a Ilha não tem precisado de tal medida para prosperar como tem prosperado – porque. Ella só por si se hade illustrar, e civilizar como affirmam os representantes; - e a Provincia não há de florescer por estar o Governo na Ilha de S. Thiago; - Pelo contrario, se allí se estabelecessem as Escolas Publicas, ninguem as frequentaria (...).¹²

Em sexto lugar, para o referido governador não correspondia à verdade que “*aquella ilha, tarde ou nunca há de receber illustração, ou luzes d’outro*

11. AHU, *Cabo Verde*, Folheto – Algumas considerações sobre a fixação da Sede do Governo da Provincia, e salubridade da ilha de S. Thiago de Cabo-Verde. Cx. 54, de 1836.

12. AHU, *Cabo Verde*, Folheto – Algumas considerações sobre a fixação da Sede do Governo da Provincia, e salubridade da ilha de S. Thiago de Cabo-Verde. Cx. 54, de 1836.

fóco luminoso que venha a haver na Província; mas que hade sempre brilhar por si, civilisar-se, illustrar-se – quando o não faça ás outras". Por outro lado, rebate os argumentos, segundo os quais a construção de uma povoação e a edificação de edifícios públicos necessários para o governo geral acabaria com a falta de instrução de sua população. Segundo este, a instalação do governo no interior da ilha não a tornaria mais ilustrada ou civilizada, uma vez que *"o resto da Província vale mais do que a Ilha de Santiago"*. Além disso, esbarraria na resistência das famílias em enviar os seus filhos para a referida ilha, tendo em vista a intempérie do clima. Algumas chegaram até a reiterar que *"antes quero meus filhos ignorantes do que perdê-los"*. Cabe reiterar que até ao presente os habitantes da ilha de Santiago têm sido representados como sendo: revoltosos, rebeldes, incivilizados e ignorantes.

Para Dias, a transferência da Sede do governo geral para a ilha de São Vicente traria grandes ganhos

para Cabo Verde, principalmente as receitas arrecadadas com o estabelecimento dos depósitos de carvão de pedra para abastecer os navios transatlânticos. Também possibilitava que os negociantes estabelecessem os seus depósitos de mercadorias, aproveitando a excelência do seu porto para o comércio com a Europa. Possibilitava aos funcionários do governo geral resguardar das *"carneiradas"*, realidade considerada como *"natural e privativa da mortifera S. Thiago"*. Além disso, facilitaria o desenvolvimento das ilhas de Santo Antão e de São Nicolau, esquecidas pelos sucessivos governos gerais, mas importantes mercados de abastecimentos da ilha de São Vicente. Destacou ainda que se a ilha de Santiago dispõe de rendimentos superiores às outras demais ilhas, devia-se principalmente ao *"direito que julgam ter os habitantes de S. Thiago, para dizerem – esta é a Capital"*.¹³

13. AHU, *Cabo Verde*, Folheto – Algumas considerações sobre a fixação da Sede do Governo da Província, e salubridade da ilha de S. Thiago de Cabo-Verde. Cx. 54, de 1836.

Referências bibliográficas

I. Obras

Amaral, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, n. 18, 1964.

Barcellos, Christianno José Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, 5 partes. Lisboa, 1899 – 1911;

Chelmicki, José Conrado Carlos de. *Corografia Cabo-verdiana ou descrição geographico-historico da Província das Ilhas de Cabo-Verde e Guiné*. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1841, t. I.

Galvão, Henrique e Selvagem, Carlos. *Império Ultramarino português*. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1951, v. I.

Guerreiro, Padre Fernam. *Relaçam Anual das Cousas que Fezeram os Padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental, e no Brasil, Angola, Cabo Verde, nos annos de seiscentos e dous e seiscentos e três, e do processo de conversam, e christandade daquellas partes, tirada das cartas dos mesmos padres que de lá vieram*. Lisboa: Per Jorge Rodriguez, 1695 (1605).

Marinho, Joaquim Pereira. *Memória Official em resposta às accusações dirigidas A Sua Magestade contra o governador geral da provincia de Cabo Verde, o brigadeiro Joaquim Pereira Marinho*. Lisboa: Typografia de A. S. Coelho, 1939.

Matos, Brigadeiro R. J. da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional, 1963.

Valle, Marqués de la Fuentesanta del; RAYON, D. José Sancho; ZABÁLBURU, D. Francisco de. *Coleccion de documentos inéditos para la historia de Españã*. Madrid, 1889, t. XCIV.

2. Manuscritos

Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.) – Cabo Verde – Conselho Ultramarino (C.U.) - Correspondência recebida do Governo-Geral e demais Autoridades de Cabo Verde. Consultas, requerimentos e outro expediente do Conselho Ultramarino, Cabo Verde:

Caixas: 1, 53, 54, 66, 83, 89-A.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Maços: 36.

ARSI – Arquivo Romano da Companhia de Jesus - Lusitânia

Cód. 83

LÍNGUAS LITERATURAS E CULTURAS

A REINVENÇÃO DA PASÁRGADA: ENTRE O DESEJO E A REPRESSÃO

Eurídice Furtado Monteiro

Universidade de Cabo Verde

euridice.monteiro@docente.unicv.edu.cv

Resumo

Esta análise crítica incide sobre a reapropriação do mito da Pasárgada, através da narrativa ficcional, examinando as representações do corpo de mulher na sociedade tradicional, a partir da ambivalência metafórica, entre o desejo e a repressão, a violação e a perversão, nos meandros de um dado contexto cultural e histórico.

Palavras-chave: Pasárgada, desejo, repressão.

Abstract

This critical review focuses on the reapropriation of the myth of Pasargadae, through the fictional narrative, examining the representations of the female body in traditional society from the metaphorical ambivalence between desire and repression, rape and perversion.

Keywords: Pasargadae, desire and repression.

I. O mito da Pasárgada na literatura cabo-verdiana

Em Cabo Verde, o tema da Pasárgada faz parte da cena literária nacional. A geração da revista *Claridade*, que se inspirava no modernismo brasileiro, foi pescar o consagrado poema de Manuel Bandeira, “Vou-me embora pra Pasárgada”, inserto no seu livro *Itinerário de Pasárgada*.

Vou-me embora pra Pasárgada

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada
Vou-me embora pra Pasárgada

Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive

E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei em burro brabo
Subirei no pau-de-sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe-d'água
Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me contar
Vou-me embora pra Pasárgada

Em Pasárgada tem tudo
 É outra civilização
 Tem um processo seguro
 De impedir a concepção
 Tem telefone automático
 Tem alcalóide à vontade
 Tem prostitutas bonitas
 Para a gente namorar

E quando eu estiver mais triste
 Mas triste de não ter jeito
 Quando de noite me der
 Vontade de me matar
 — Lá sou amigo do rei —
 Terei a mulher que eu quero
 Na cama que escolherei
 Vou-me embora pra Pasárgada.

(Manuel Bandeira, 1967)

Sobre a origem histórica do vocábulo,
 Manuel Bandeira (1967) esclarece:

quando eu tinha os meus quinze anos e traduzia na classe de grego [...] a Ciropédia fiquei encantado com esse nome de uma cidadezinha fundada por Ciro, o Antigo, nas montanhas do sul da Pérsia, para lá passar os verões. A minha imaginação de adolescente começou a trabalhar, e vi Pasárgada e vivi durante alguns anos em Pasárgada. Mais de vinte anos depois, num momento de profundo *cafard* e desânimo, saltou-me do subconsciente este grito de evasão: “Vou-me embora pra Pasárgada!” Imediatamente senti que era a célula de um poema. Peguei do lápis e do papel, mas o poema não veio. Não pensei mais nisso. Uns cinco anos mais tarde, o mesmo grito de evasão nas mesmas circunstâncias. Desta vez o poema saiu quase ao correr da pena.

É esse lugar imaginário, uma espécie de refúgio psicológico de ordem poética, eivado de erotismo e nostalgia, que foi apropriado pelos homens – eram todos do mesmo sexo – da revista *Claridade*. Ao recorrer ao mundo maravilhoso do poema de Manuel Bandeira como

uma fonte de inspiração, o poeta cabo-verdiano Osvaldo Alcântara (Baltasar Lopes) introduziu esse espaço utópico na moderna literatura das ilhas, através do poema homónimo “Itinerário de Pasárgada”. No livro *Cântico da Manhã Futura*, de Osvaldo Alcântara, “Itinerário de Pasárgada” é apresentado como um poema longo, composto por cinco partes: 1) Passaporte para Pasárgada; 2) Saudade de Pasárgada; 3) Balada dos Companheiros para Pasárgada; 4) Dos Humildes é o Reino de Pasárgada; 5) Evangelho Segundo o Rei da Pasárgada.

Itinerário de Pasárgada

Saudade fina de Pasárgada...

Em Pasárgada eu saberia
 onde é que Deus tinha depositado
 o meu destino...

E na altura em que tudo morre...
 (cavalinhos de Nosso Senhor correm no céu;
 a vizinha acalenta o sono do filho rezingão;
 Tói Mulato foge a bordo de um vapor;
 o comerciante tirou a menina de casa;
 os mocinhos da minha rua cantam:

Indo eu, indo eu,
 a caminho de Viseu...)

Na hora em que tudo morre,
 esta saudade fina de Pasárgada
 é um veneno gostoso dentro do meu coração.

(Osvaldo Alcântara [Baltasar Lopes], 1986)

O antropólogo Manuel Brito-Semedo (1995: 79) considera que este é “um poema de escapismo emocional onde se sente uma resignação agressiva e uma negação não ostensiva.” Por isso, a evasão ficou fortemente associada ao pasargadismo. De maneira que a geração seguinte passou a olhar com desconfiança para o tema da Pasárgada, vendo nisso uma estratégia

de fuga à realidade histórica, ao facto colonial e à pobreza da terra. Através do poema contestatário de Ovídio Martins, “Anti-evasão”, e do ensaísmo de Onésimo Silveira (1963), os poetas emergentes se autoproclamaram como a geração que não iria para Pasárgada. Nessa época histórica, tal recusa radical a ir para essa terra mística seria politicamente suportada por um discurso revolucionário de que havia chegado a hora de «transcender a ‘resignação’ e a ‘esperança’» da geração anterior (porque se entendia então que a insularidade e as secas já não bastariam para justificar uma estagnação perene do arquipélago, nem a prisão das ilhas se poderia imputar ao mar), para se construir uma «outra terra dentro da nossa terra» (Cabral, 1976):

Anti-evasão

Pedirei
Suplicarei
Chorarei

Não vou para Pasárgada

Atirar-me-ei ao chão
e prenderei nas mãos convulsas
ervas e pedras de sangue

Não vou para Pasárgada

Gritarei
Berrarei
Matarei

Não vou para Pasárgada

(Ovídio Martins, 1998)

Ainda dentro do período revolucionário e na esteira da veia anti-pasargadista, também o poeta Arménio Vieira recusa a evasão, através do poema homónimo “Anti-evasão”, dedicado diretamente ao poeta Ovídio Martins (cf. Brito-Semedo, 1995).

Anti-evasão

Percutindo lento
na madrugada insone
branco canto languê...
- Recuso o violão que tange
sons de ópio elanguescente

Para longe o encanto
dos rumos verdes

Lá para longe
estrelas tretas
(laranjas de ouro
que possam caber
nas palmas da mão)
As estrelas são bolas quentes
derretendo as bolas de ilusão

Não!
Evasão não quero
- castelos de espuma
São mentiras de água e sabão.

(Arménio Vieira, [apud Brito-Semedo, 1995])

Depois de ter sido quase relegado ao abandono nos revolucionários anos sessenta do século passado, o tema da Pasárgada passou a ser reverberado mais a nível ensaístico e cronístico do que propriamente através da produção poética e ficcional.

2. Outras Pasárgadas (nos contos) da Mana Guta

Qual é a proposta da Mana Guta (tradicionalmente “mana” significa irmã-mais-velha) em Outras Pasárgadas de Mim, livro de contos recentemente publicado? Há duas possíveis interpretações acerca dessa sua reapropriação do tema da Pasárgada. Numa perspectiva autobiográfica, considerando que a autora é uma mulher multifacetada (redatora principal da Assembleia Nacional, professora universitária, ensaísta no domínio da literatura,

mãe de três crianças, etc.), falar de outras Pasárgadas de mim poderá significar as outras facetas da autora, seus devaneios e suas outras escritas que expõe, pela primeira vez, neste livro de contos.

Para além de um refúgio pessoal da autora, também parece que Pasárgada conforma-se, enquanto refúgio social a partir de diferentes subjetividades dos seus personagens. Dito por outras palavras, neste livro, parece que Pasárgada emerge como um espaço plural, um idealizado lugar de inclusão social na diversidade. O recurso ao mito da Pasárgada poderá significar uma forma de denunciar que, perante as barreiras à inclusão, se torna imperiosa a fuga pela imaginação do mundo exterior da realidade circundante, que é excludente e de infelicidade.

Assim, entre a fatalidade e a utopia, a autora delinea outras possibilidades de realização a partir da elevação da dimensão individual e da subjetividade (de mim) dos seus personagens: digamos uma subjetividade objetivada que se projeta na existência de tais personagens. Parece ser este o desafio humanizante que acompanha os três contos que compõem este livro.

Deste modo, Mana Guta realça um conjunto diversificado de mudanças nas relações sociais e na família cabo-verdiana, sem deixar de pontuar diversos tipos de preconceitos e exclusão social que fizeram ou ainda fazem parte da vida quotidiana. Por isso, estes contos podem ser apreciados como verdadeiros retratos sociais do tempo que passou e do tempo presente.

Dos mais surpreendentes, o primeiro conto traduz uma espécie

de ficção histórica, remetendo para o ano de 1945, em que dá conta dos ritos de passagem e da celebração dos ciclos da vida no interior da ilha de Santiago. O segundo conto remete para o uso da violação sexual num dado meio geográfico (rural) como uma das formas corriqueiras de domesticar alguém socialmente encarado como uma mulher indomável; contudo, com o desenvolvimento da trama constata-se que afinal não se tratava de uma mulher mas sim de um personagem travesti, traduzindo isso num mecanismo para esbater as distinções tradicionais entre a masculinidade e a feminilidade. O drama da exclusão social é mais evidente no terceiro e último conto, que aborda questões como a paralisia cerebral e a vida amorosa de uma jovem portadora de deficiência física, donde se denotam os empecilhos à sua felicidade. Seguem-se agora, com mais vagar, alguns pormenores do primeiro conto.

2.1. Edite-Naxe-Brancaflor: Um triângulo amoroso na sociedade tradicional

No primeiro conto são visíveis as marcas do tempo. O assunto principal é o mito da virgindade (cf. Knibiehler, 2012) e o seu impacto nas relações sociais e nas relações de conjugalidade. A narrativa começa do seguinte modo: “Cutelo Miranda, Calheta de S. Miguel, ano de 1945”. O tom humorístico e o ritmo cadenciado enquadram o enredo num contexto histórico e cultural concreto. Aliás, quando se circunscreve a narrativa numa época, o narrador constrói todo um universo diegético em que parece assumir o lugar de quem transmite uma cultura (antiga), abordando as tradições da comunidade local, os

costumes, as crenças e as superstições, mas também evocando ilustres figuras históricas masculinas, representantes da Igreja e membros do Governo Colonial para testemunhar a autenticidade que se quer imprimir à narrativa.

Nestes termos, como se fosse uma estória contada oralmente, que tivesse passado de boca em boca até chegar ao registo em livro, o relato vai-se desdobrando naturalmente: “Napoleão era branco, *raskon*, bem nutrido e de corpo limpo.” Desde já, denota-se a intrusão da língua cabo-verdiana, figurando o que mais à frente se poderá classificar como um português-acrioulado ou um português-salpicado-de-crioulo.

Napoleão é o cavalo-branco que levaria Brancaflor à Igreja no dia do seu casamento. Mas, por via das dúvidas, Nhara Sakedu (“era como chamávamos Titia”) entendeu que não, porque ela desconfiava que a “mãe de filho do noivo” estivesse a preparar alguma vingança. Conhecedora das crenças e superstições, Nhara entendia que “casar a filha de Gregório era missão difícil.” Sabendo que “os homens da sua família têm sangue quente e cabeça leve”, decidiu que seria ela a resolver os problemas do casamento, pondo de lado a cunhada (mãe da noiva). A idade e a autoridade que possuía lhe conferiam a posição de guardiã da tradição e da família.

O pai da noiva, “nhu Gregório [...], pensava consigo: ninguém merece ter uma irmã fêmea mais velha naquela idade, e ainda por cima viúva, sem nenhum homem para mandar nela.” É isto uma ironia. Assim, o narrador põe a nu o pensamento machista dos homens dessa época histórica.

Receosos, contudo. Pois, embora “havia horas em que ela era simplesmente inconveniente”, entendiam que era “melhor não porfiar com ela.”

Ela ouviu dizer que a “kunbosa” de Brancaflor andou pela madrugada no curral dando água a todos os cavalos dos pais da noiva e que também estava mancomunada com o fogueteiro. Nhara tinha fresco, na sua memória, um caso em que o cavalo da noiva tinha urinado e, com uma implacável justiça, a sogra mandara a noiva de 16 anos “descer do cavalo”. Lembrava-se ainda de um outro caso em que “o foguete não rebentou”. Uma e outra situações davam a entender que a noiva não era virgem. Precavida, Nhara decidiu que a sobrinha iria à Igreja a pé... “nada de cavalos.” Manteve-se atenta em relação às outras situações que, segundo as superstições, podiam pôr em risco aquele casamento convencional que seria celebrado pelo próprio Bispo, natural de Portugal. De modo que o problema só viria a despontar na noite de núpcias.

Três dias depois do casamento, nenhum foguete a arrebentar e nenhum pano branco a ser transportado. A Mãe da noiva jazia na cama, à espera que os homens da família tomassem uma decisão [...]. Os homens da família, cada um no seu canto, esperavam ambos a primeira iniciativa do compadre [...]. Enquanto isso, lá dentro, a madrinha de casamento, reconfirmada [...] da virgindade de Brancaflor [...], aproveitou a reunião de família, à tardinha, e pediu-lhes um prazo a todos — até amanhã de manhã, para lhes dar uma resposta [...]. A madrinha pediu licença e se fechou no quarto com a jovem por duas horas. Mary Elizabeth Miranda Hamilton, 35 anos, nasceu nos EUA e veio, de feito, para ser madrinha de casamento da prima [...].

Então sim. A madrinha descobriu que Brancaflor simplesmente não consumou o matrimónio porque o noivo “era muito grande”.

- Oh dear! Não me digas. Ele é “muito grande”? So what?

[...] [Inácio] achou que sua mulher ia aceitá-lo desta vez. Era preciso era ter jeito com ela. Mas ficar calmo era tarefa difícil. Logo devera.

Brancaflor é uma protagonista de lendas populares que vinha nos antigos manuais escolares. Foi utilizada, a título de exemplo, por Osvaldo Alcântara (Baltasar Lopes), nos poemas “Brancaflor” e “Saudade no Rio de Janeiro”, insertos no livro *Cântico da Manhã Futura*. Em “Saudade no Rio de Janeiro”, o poeta apresenta a personagem nestes termos: [...] ‘**Brancaflor** era alva de Lua, / **Passo-Amor** era cavaleiro andante!’.

No conto de Mana Guta, depreende-se que aquele casamento convencional entre Naxe e Brancaflor foi a solução ambicionada pela família dos nubentes e para a sociedade em geral. Para além dos preconceitos da época quanto à sexualidade e ao corpo da mulher, isto mostra como os interesses sociais e económicos condicionavam as escolas pessoais. Resolveu-se um problema social (de honra familiar), tendo em conta o prestígio social. Assim, o jovem rapaz (Naxe), descendente de uma das famílias da terra e com anos de estudos liceais em São Vicente, naquele tempo, casou com pompa e circunstância com a filha predilecta da família mais rica do lugarejo (Brancaflor/Branca Flor).

Filha de uma viúva pobre, Edite (pejorativamente chamada de Nha Flana [Senhora Fulana]) acaba

por ser uma espécie de antítese da **Brancaflor/Branca Flor** (enquanto símbolo de pureza feminina, que seria levada ao altar, “com o seu longo vestido branco, mais parecia Nossa Senhora”) e, desta forma, diabolizada e socialmente marginalizada ao longo da narrativa. E isto acontece inclusive na representação do erotismo a partir do corpo feminino: o corpo da Brancaflor/Branca Flor não é objeto erótico nem alvo de violação, todavia o corpo da Edite o é. Veja-se como Edite é vista por Naxe e porque a história dos dois não teve desfecho feliz:

[...] Mulher bonita é como manga bijagó: quando verde, é amarga e ácida; quando madura, é cheirosa e amarela. Se colhida antes, sabe mal; se não colheres a tempo, cai madura aos teus pés: sabedoria de Naxe-homem, na réstia de lua que cobria os seios de Edite. Já era madrugada de 15 de Agosto. Ela dormia, esquecida da vida. Ele sorria um riso suado. Passou a mão no peito e na barriga e sorriu de novo. Sentiu, sim, que estava acordado e que aquela preta de ancas largas e coxa redonda era mesmo Edite. Era o que importava [...]. Os dois eram café quente de bule [...]. Inácio-homem-que-honra-as-calças-que-veste voltou para cama decidido a reparar o mal. E acordou Edite. Ela parecia assustada e ia-lhe fazer uma pergunta importante..., mas nisso entraram pelo quarto adentro e viraram ambas as vidas do avesso. O resto foi um pesadelo. Primeiro a mãe dele; depois a parteira; depois ele foi expulso, para que conversassem com Edite sozinha. Depois, no fim, todos da sua família e mais Edite, que não conseguia justificar a sua verdade de que Inácio teria sido o seu primeiro homem... Ela chorava, e chorava, e dizia que não: não ia voltar para a casa da Mãe, assim.

É no relato sobre a desventura de Edite que os homens entram em apreciações sobre o corpo de mulher,

em que se denota um certo conflito de gerações na apreciação machista da sexualidade feminina. Neste caso, o pai de Naxe, mais antigo, que zela pela moralidade familiar e o filho, da nova geração, e com instrução, que não obstante comungar dos ideais da cultural tradicional, parece menos apegado ao peso do tradicionalismo rural. Veja-se a conversa entre os dois:

A sabatina de Edite podia ser mais dolorosa, mas a sabatina de Inácio não era menos vergonhosa. Nhu Artur levou o filho para outro quarto a ver se, longe das mulheres, ele diria a verdade.

- Inácio, meu filho – reclamava o pai, com ele a sós – tu não sentes uma mulher quando ela serve um homem pela primeira vez?

- Papai, ela me disse que nunca tinha tido outro e eu acreditei.

- Mas sentiste ou não a diferença? Tu és um moço viajado, filho. Não me digas que não sabes sentir essas diferenças!

- Não senti, Pai. E não me lembrei de pensar em sentir isso. Eu acreditei nela. Antes disso, ela tinha todo o jeito de menina nova.

- Jeito é uma coisa, filho; mas corpo... *corpo de mulher* é outra coisa. Estou a falar do corpo dela, tu me entendes, Naxe.

- Mas eu não senti nenhuma diferença. Nem no corpo dela, e nem no seu *corpo de mulher*...

- Inácio, não me atrapalhes a cabeça: não sentiste a diferença entre ela e *as mulheres*, ou a diferença entre ela e *as meninas novas* que te serviram?

- Oh Pai, paxença... eu esqueci de me lembrar de pensar nessas diferenças. Mas eu assumo as minhas responsabilidades. Eu sou homem, eu dei a minha palavra a uma mulher; e vou assumir as minhas responsabilidades.

- Pois, claro! Desde que mundo é mundo, nenhum Furtado deixou de cumprir com as suas obrigações. Mas primeiro, há que ver quais as tuas responsabilidades. Porque também nenhum Furtado serviu jamais de chacota, nem tomou os restos de outro homem.

Pela primeira vez na vida, Inácio sentiu que a sua vida não era dele e que, definitivamente, não estava nada compassado: nem os seus sonhos, nem os seus planos, nem a sua palavra de honra. O pai pediu que ele esperasse no quarto. Ainda ouviu seu pai chamar sua mãe para a sala e os dois saíram de lá e não lhe disseram um *piu* [...].

Em suma, se por um lado a tradição surgia como garante da harmonia social, por outro poderia pôr em causa a felicidade individual. Por outras palavras, enquanto observadora dos costumes, Mana Guta põe em relevo uma perspetiva em que os códigos sociais da sociedade tradicional se sobrepõem à subjetividade ou à intersubjetividade dos seus protagonistas, tendo impacto maior nas vidas femininas. Daí a necessidade de fuga para Pasárgada. É assim que progressivamente o caso da Edite se desenvolve de tal modo que ela substitui a negação pelo desprezo, optando por ficar no seu próprio mundo; Naxe substitui o seu desapontamento com o comportamento da Edite pelo silêncio; Blancaflor permanece calada, tendo a sua história acabado na noite de núpcias, donde se pode prever uma vida (feliz ou infeliz) à sombra da domesticidade.

Referências bibliográficas

AlcântaraL, Osvaldo (1980), “Itinerário de Pasárgada”, in Mário Pinto de Andrade (org.), Na Noite Grávida de Punhais, (3ª ed.), Vol 1. Praia: ICL, pp32.

AlcântaraL, Osvaldo (1986), Cântico da Manhã Futura. Praia: BCV.

Bandeita, Manuel (1967), Poesia Completa e Prosa. Rio de Janeiro: José Aguiar.

Brito-Semedo (1995), Caboverdianamente ensaiando. Mindelo: Ilhéu Editora.

Cabral, Amílcar (1976), A Arma da Teoria: Unidade e Luta, Vol. I. Lisboa: Seara Nova.

Knibiehler, Yvonne (2012), La Virginité Féminine: Mythes, Fantasmés, Émancipation. Paris: Odile Jacob.

Martins, Ovídio (1998), Não Vou Para Pasárgada (2ª ed.). Praia: IPC.

Martins, Ovídio (1980), “Antievasão”, in Mário Pinto de Andrade (org.), Na Noite Grávida de Punhais, (3ª ed.), Vol 1. Praia: ICL, pp48.

Mana Guta (2014), Outras Pasárgadas de Mim. Praia: Casa e Verbo.

Silva, Tomé Varela (1985), Finasons di Nha Nasia Gomi. Praia: IKL.

Silveira, Onésimo (1963), Consciencialização na Literatura Cabo-verdiana. Lisboa: CEI.

ALGUMAS SINGULARIDADES LINGUÍSTICAS NA OBRA NARRATIVA DE MÁRIO CLÁUDIO

Carla Sofia Gomes Xavier Luís
Universidade da Beira Interior
cxavier@ubi.pt

Resumo

Rui Manuel Pinto Barbot Costa tem vindo, sob o pseudónimo literário Mário Cláudio, a consolidar inexoravelmente a sua marca na Literatura Portuguesa Contemporânea. Adepto do designado *romance como obra de arte*, este premiado ficcionista ordena o cosmos, cultivando um estilo erudito e peculiar que se materializa no efeito de *rendilhado vernacular* que produz. Caracterizando-se por uma complexidade generalizada, a sua escrita é urdida sob o signo da fluidez genológica e assente em insígnias figuras e marcos históricos da cultura portuguesa e forânea. Assim, desafiando o interminável novelo de identidades sobrepostas, procuramos com o presente trabalho dar continuidade à divulgação deste incontornável vulto das letras portuguesas de hoje, destacando, desta feita, algumas especificidades linguísticas, como é o caso da musicalidade da frase, seus instrumentos e consequências. No fundo, intentamos também por via atestar a excelência da escrita daquele que é já considerado, por muitos, uma das mais brilhantes mentes da cultura portuguesa contemporânea.

Palavras-chave: Mário Cláudio, estilo, singularidade, musicalidade

Abstract

Rui Manuel Pinto Barbot Costa has inexorably been, under Mário Cláudio's pseudonym, putting his stamp in the Contemporary Portuguese Literature. Follower of what is called *novel as a piece of art*, this award-winning fiction writer organizes the cosmos, putting into practice an erudite and peculiar style which is materialized in the effect of *vernacular lacy* that he produces. Characterized by a generalized complexity, his writing is forged under the sign of the postmodern pastiche and based on remarkable characters and memorable landmarks of the Portuguese and outdoors culture. Thus, reveling the endless plot of the overlapping identities, through this paper work, besides from contributing to the knowledge of this undeniable contemporary Portuguese literature character, we intend to, this time, highlight some of the Mario Claudio's linguistic specificities, such as the musicality of the sentence, its instruments and consequences. Basically, we try to prove, also through this, the excellence of the written style of someone who is already considered, by many, one of the most brilliant minds of contemporary Portuguese culture.

Keywords: Mário Cláudio, style, singularity, musicality.

Seguindo os sábios ensinamentos de Jacinto do Prado Coelho, que explica que “não teremos da obra literária uma visão total se a não virmos na sua historicidade, em equação com o artista (vida e cultura)” (1961: 23), e do próprio escritor em foco, que nos confessa que “o estilo de um autor [...] não é uma questão de opção, mas sim de natureza” (in Neto, 2008), de “caráter” (in Rita, Luís e Real), opinando ainda que “escrevemos o que somos” (in Neto, 2008), mas também por uma questão metodológica, não podemos deixar de dedicar algumas palavras a um conjunto de aspetos concernentes ao trajeto pessoal e profissional de Mário Cláudio. Traçado o perfil do ficcionista em estudo, e visto que estamos perante um escritor que cultivava “um estilo de verdadeiro mestre” (Rodrigues, 1991), procuramos ainda no presente trabalho evidenciar algumas características, mormente relacionadas com a musicalidade da frase e respetivas consequências linguísticas, atestando também por esta via a excelência da escrita de “uma das mais brilhantes mentes da cultura portuguesa” (Neto, 2008) contemporânea.

Pondo em prática os desideratos atrás enunciados, começamos por referir que Rui Manuel Pinto Barbot Costa nasceu no Porto, a 6 de novembro de 1941, no seio de uma família de “aristocracia média” (Luís, 1990: 91), que apelidamos de *melting pot* europeu, na medida em que integra membros oriundos das nacionalidades portuguesa, castelhana, irlandesa e francesa. Este dado biográfico repercute-se, sem surpresa, na edificação de uma complexa identidade, que registará avultada expressão no labor ficcional que tem

vindo a produzir sob a assinatura do pseudónimo literário Mário Cláudio, que, de resto, nasceu da necessidade de separar o escritor do jurista, sendo que este último deu os seus primeiros passos, em parceria com Joaquim Gomes Canotilho, concretamente na Guiné Bissau. Quanto ao escritor, e a título de curiosidade, quando o seu primeiro livro, *Ciclo de Cypris*, deu à estampa, no Porto, ficando o seu pai encarregue das questões editoriais, Mário Cláudio encontrava-se na Guiné Bissau a cumprir serviço militar (cf. Biografia de Mário Cláudio, 2011).

Em suma, estamos, em nossa opinião, perante uma espécie de *password* que nos abre as portas da constante busca da identidade individual e coletiva que pontua a sua vida e obra. O escritor em apreço procura, por conseguinte, traçar “o desenho e a fundura das nossas raízes” (Machado, 1996: 131) que, tendo em conta a secular História lusitana, se expandem por vários continentes, sem os quais, de resto, não se pode verdadeiramente conceber a identidade portuguesa, pois, além dos afetos, há um longo historial de partilhas (língua, cultura) que perdurarão para sempre no nosso ADN. Na realidade, sem se reunirem várias peças do *puzzle*, humano, cultural, temporal, como o escritor em destaque faz, que inclui obrigatoriamente portugueses, africanos, judeus, cristãos e muçulmanos, não se conseguiria levar a bom porto tal desiderato.

Assim, Mário Cláudio não poderia deixar de contemplar outros espaços, outros tempos, outras civilizações, como sucede, por exemplo, com *Oríon* ou com *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Como é sabido, a primeira

obra apresenta, como pano de fundo histórico, digamos assim, a dolorosa temática da extradição de crianças judias para a ilha de São Tomé que ocorreu no ano de 1493, ordenada pelo rei D. João II (Cláudio, 2003); a segunda abarca o período da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, embora, em jeito metaficcional, seja contada e protagonizada pelo anti-herói Barnabé das Índias, um pobre diabo feito grumete, recebendo, este último, inclusive a honra de ter descoberto as Índias: “Deus te abençoe, meu rapaz, que foste tu, foste tu, e mais ninguém, quem essas Índias na verdade descobriu” (Cláudio, 1998: 278). Esta história, mais do que panegírica, ao sabor pós-modernista (cf. Arnaut, 2002), baralha as contas, apresentando exatamente o outro lado dos acontecimentos, ou seja, a lentidão dos ritmos vividos, as dificuldades e medos enfrentados pelos marinheiros, etc. Vejamos, a título de exemplo, uma passagem ilustrativa do que acabámos de referir:

“Um a um iam-se-lhe os **dent**es **desprendendo das gengivas**, e uma áspera supuração invadia-lhe os alvéolos de que a inteira dentadura se lhe destacara. **Cuspia a mistela arranhante da garganta**, e **cobria-se-lhe o peito de pústulas** que até aos ossos lhe esburacavam a lassidão das carnes. E uma disseminada podridão cobria-lhe os membros emagrecidos, e ofegava sem descanso, e não encontrava local onde repousasse a cabeça” (Cláudio, 1998: 169, negrito nosso).

Escusado será dizer que este trecho, além de espelhar alguns dos pesadelos vividos a bordo, apela a todos os nossos sentidos por via de uma linguagem que, por razões óbvias, apelidamos de cinestésica. Salientamos a aliteração dos sons [ʃ], [R], [r] e [p] das frases

destacadas que contribui para intensificar a visualidade da cena dedicada à exasperante agonia vivida.

Aberto um pouco o véu acerca do trajeto pessoal de Mário Cláudio, e algumas repercussões imediatas na sua obra, e destacando a sólida formação intelectual (Direito, Biblioteconomia e Ciências Documentais) e a multifacetada experiência profissional (cf. Luís, 2012: 29-31), fica perceptível a sua versatilidade e participação ativa na agenda cultural lusíada. Afinal, este “nauta e guardião da portugalidade” (Luís, 2011: 57-80), como o apelidámos em tempos, empreende o seguinte movimento complementar: por um lado, devolve à memória coletiva certos agentes culturais inolvidáveis, já que tem vindo, mediante uma engenhosa sobreposição de identidades, tecida em jeito de “rendilhado vernacular” (Real, 2012: 64), a contar “o que somos enquanto literatura e arte” (Magalhães, no prelo: 5), desenhando uma verdadeira “enciclopédia do essencial da portugalidade – *Os Lusíadas* de uma epopeia portuguesa estritamente literária e artística” (Magalhães, no prelo: 6) e, por outro lado, critica a facilidade com que, muito por conta dos tempos de desmemorização generalizada que se vivem, tais vates da nossa cultura caem no olvido:

“o grande inimigo interno é aquilo a que posso chamar os demónios da pátria, que é o repúdio sistemático daquilo que somos, a nossa desfiguração como país, a regressão constante do nosso imaginário, a forma como se trata a História, a tradição, o património, ou seja: o que se pode designar como a individualidade de um povo” (Cláudio in Castro, 1999: 19).

Feitos estes esclarecimentos prévios, importa agora refletirmos um pouco sobre a gênese da musicalidade que debrua a obra claudiana e que, curiosamente, nasceu logo no seu primeiro título publicado. Como é sabido, “Mário Cláudio ‘veio’ da poesia” (Colaço, 2006: 3), tendo-se estreado com *Ciclo de Cypris*, facto que o vai marcar profunda e irreversivelmente, na medida em que a sua prosa mantém “evidentes contiguidades com a poesia” (Cláudio in Castro, 1999: 22). Assim sendo, este elemento tão determinante no âmbito da poesia, é exemplarmente transportado para a prosa. O próprio autor em estudo, a dada altura, adianta que “escrever é dar ritmo à língua. É a matéria em busca do ritmo da vida” (Cláudio in Castro, 1999: 22). Além disso, afirma estar de acordo com Auden “que dizia que o primeiro passo para ser um bom poeta, era ouvir muita música” (Cláudio in Castro, 1999: 22). Ademais, a este respeito, refere ainda o seguinte: “Se percorro uma época, ou a alma de uma personagem, faço-o através dos instrumentos que utilizo, isto é, a língua portuguesa, encarada como órgão musical, e como órgão de luzes, sem os quais coisa nenhuma se concretiza” (Cláudio in entrevista CLonline: 3). A título de curiosidade, convém mencionarmos que, além da prática corrente da audição de música (Cláudio in Castro, 1999: 22), a sua veia melómana, audível em toda a sua obra, contagiando todos os géneros, que possuem diversos tons, intensidades e melodias, é intrínseca, isto é, está inscrita no seu código genético pelo lado materno, posto que a sua mãe foi professora de música toda a sua vida.

Enfim, como se pode inferir, esta característica terá imensas repercussões

na sua escrita, no seu estilo, na sua linguagem. Concretizando, a musicalidade da frase desencadeia consequências nomeadamente na cadência da narrativa, na arquitetura das frases e das palavras, nos recortes textuais, na colocação da vírgula, muitas vezes alheia às regras canónicas, gerando, por conseguinte, outros “ritmos de leitura” (Arnaut, 2005: 25), tornando “possível a construção de variados sentidos” (Arnaut, 2005: 25). Além disso, constitui ainda um imprescindível instrumento na montagem de uma língua cinestésica, perifrástica (cf. Magalhães, no prelo: 4-5), aspetos vitais à sensualidade estilística que lhe é tão vital, ou diríamos mesmo intrínseca.

Ora vejamos, nas próximas páginas, como é que estes elementos se processam na prática. E para tal nada melhor do que tomarmos o belíssimo capítulo sétimo de *Peregrinação de Barnabé das Índias*, intitulado “Os Anjos”, muito por conta da alvura das vestes e das habitações dos moçambicanos, como peça probatória da conjugação exemplar de todos esses elementos, fazendo a apologia da paixão, o sentimento que move o ser humano. Atentemos, por conseguinte, no momento da chegada da expedição lusitana a Moçambique. Mal ficam os pés em solo africano, o nosso anti-herói Barnabé cai de amores por uma mulher que vislumbra, fazendo um pouco jus às benignas teorias luso-tropicalistas Gilbertianas: “E sucedeu que havendo desembarcado com grande parte do pessoal, lhe caiu o instinto nos artelhos de uma mulher que adiante lhe seguia, e neles chocalhavam, e bem assim nos pulsos da que por feitiço o encantara, **argolas e argolas e argolas**

de marfim” (Cláudio, 1998: 179, negrito nosso). Note-se, desde logo, a repetição intencional da conjunção coordenativa copulativa “e” e do substantivo “argolas”, responsáveis pela musicalidade, específica e intencional, que induz a sensação de transe, de feitiço, que arrebatou Barnabé. Por outras palavras, esta técnica linguística, repetição, “geradora de ritmo” (Fonseca, 1992: 12), de resto, bastante usada por Mário Cláudio, aliada a outras impressões sensoriais, como a rapidez dos movimentos das pernas da mulher em causa e a “alva túnica” que veste (repare-se no adjetivo cromático “alva” que vem intencionalmente anteposto ao substantivo), reproduz fielmente o estado de embriaguez amorosa de Barnabé que o faz inclusive sair de órbita: “ao som que o entontecia, e que tão celestial se tornava [...], acabou por se perder do grupo dos companheiros, e não vislumbrava o que não fosse o rapidíssimo movimento dos tornozelos, animando a figura vestida de uma alva túnica” (Cláudio, 1998: 180). Note-se que esta inebriante busca “da que o enfeitiçara” (Cláudio, 1998: 180) levou Barnabé a contactar visualmente com gentes locais diversas, “mouros”, “banianes” e “bathiás”, vislumbrando certos produtos mais comuns, digamos assim, “mangas e romãs, arroz e feijão, pepinos e ervilhas e rabanetes” (Cláudio, 1998: 180, negrito nosso), outros mais exóticos, “tarântulas e osgas”, “lagartos e ratazanas” ou ainda as “pontas de um rinoceronte” e as “missangas” (Cláudio, 1998: 181, negrito nosso) multicolor, tão típicas no âmbito dos adereços de proveniência africana e tão apreciadas por todos.

Não obstante, apesar desta verdadeira festa dos sentidos, Barnabé,

focado nos aros que “intensamente guisavam”, apartava-se do mundo circundante e até do calor abrasador que sobre ele caía, provocando-lhe um penoso sofrimento: “e doía o clarão da tarde nos ossos do jovem de Ucanha” (Cláudio, 1998: 180, negrito nosso). Mas eis que finalmente sentimos a frescura da câmara, o cheiro refrescante dos limões e a ausência de ruído, cenário preparatório do apogeu e desfecho desta paixão que lhe turva os sentidos: “E refreou o andar o mancebo nauta, e estremeceu um pouco, e redobrou-se-lhe a bravura, e pela sombra que do interior se projectava lestando se enfiou, e sentiu o fresco da câmara, e nela o aroma dos limões, e nenhum ruído percebia, **nem** de fonte, **nem** de mosca, **nem** de madeira que estalasse” (Cláudio, 1998: 181, negrito nosso). É deste modo que a perseguição desenfreada, espécie de *hybris*, que desafia as leis da resistência física, com o *pathos* à mistura, que se materializa na busca dorida, e o *climax*, atingido aquando do reencontro e conseqüente envolvimento carnal de ambos, são expressos por via de uma linguagem, como já se disse, prodigiosamente sensual, cinestésica e perifrástica, senão vejamos:

“E habituando-se-lhe o olhar ao peso da escuridão, detectou o volume de um almude de barro e o lampejo de uma bacia de metal, e deu com uma certa forma onde as pupilas brilhavam. E estendeu a mão direita, e outra mão lha tomou, e rufaram os braceletes, e de inquietude maior se lhe aceleraram as batidas do coração, e quase chorava de desejo, ou de ternura, ou dessa tristeza que assalta os que das distâncias aportam, e há que atinam o tamanho dos braços, e de uma mancha de cinza renascem, e entre as pernas se lhes ergue um animal de serventia. Desceu sobre a fêmea, e despiu-se das bragas que

eram as suas melhores, e alteara ela já os panejamentos em que se enrolava, e no aperto das coxas o hospedou sem que consentisse que lhe desvendasse ele a face, e através da alvura do tecido o ia beijando. E galopava Barnabé devagarinho, e sob si era a respiração do mar que reencontrava, acalmado das tormentas que por léguas e léguas viajam, habitado pela floresta das algas e dos limos. E acompanhava-o a encoberta com o empenho das mãos das amazonas que trucidavam os que as emprenhavam, e rumava ao país das especiarias a nau de suor em que singravam, e acenavam-lhe da lonjura com aromas que jamais se decompõem, o da pimenta e do gengibre, o da canela e o do cravo, e o da maçã e o da noz-moscada. E antes que chegasse a frota ao termo da travessia, arfando nas ondas que constituem sobressalto e descanso, afogamento e baptismo, sepulcro e ressurreição, na largueza do oceano se expandia a luminescência da ilha, e no centro dela um ventre baixava e se soerguia” (Cláudio, 1998: 181-182, negrito nosso).

E muitos são os mecanismos linguísticos que cooperam nesta festa sensorial. Assim, no âmbito da engenhosa habilidade para criar ritmos, entoações distintas, além dos instrumentos já referidos, destacamos ainda a ausência de pontuação canónica, com especial enfoque no uso exagerado da vírgula antes da conjunção coordenativa copulativa ou aditiva que, neste caso concreto, auxilia a intensificação do ritmo açodado, tendo em conta a especificidade do episódio em destaque. Não obstante, esta característica surge em muitas outras obras, de entre as quais destacamos, por exemplo, *Boa Noite, Senhor Soares* (2008) e *Camilo Broca* (2006):

“Contávamos anedotas, e sufocávamos o riso para que o patrão Vasques nos não ouvisse, e não viesse aos berros

mandar-nos calar” (Cláudio, 2008: 17); “De qualquer modo a madrinha cobrava-lhe pontualmente o quarto e a comida, e a verdade é que o desgraçado pagava uma fortuna por um cubículo interior, e por uma lasca de bacalhau mal demolido que a doida lhe apresentava com um ralo fio de azeite” (Cláudio, 2008: 16); “Debruçava-se da varanda, atentava num carregão que alombava com um caixão vazio, e logo se aproximava um segundo com outro caixão vazio, e mais um terceiro com um carroto igual, e eram estas andanças até cair a noite” (Cláudio, 2006: 31).

Mas se a colocação excessiva da vírgula, designadamente antes da conjunção coordenativa copulativa, é uma realidade na obra claudiana, não deixa de ser interessante referirmos a ausência intencional deste sinal linguístico, novamente em prol da musicalidade ou da semântica da frase. Vejamos, a título de exemplo, o *incipit* de *Oríon*, outra das obras já mencionadas:

“Antes de o sol desaparecer vagarosa é a sombra, calcando a areia como um animal que arrastasse o cansaço. E eu deixo que o olhar pouse na copa das palmeiras, ponho-me à escuta do que me chega aos ouvidos. Há por aqui grande arruído de aves, agitando as asas e lançando-se em gorjeios, tão bonitas de plumas e de sons como dos nomes que possuem, olho-branco ou beija-flor ou papa-figos, criadas no quinto dia com as serpentes do mar, e com todos os seres vivos que rastejam e que fervilham nas águas. Observo-lhes o voo como quando as avistei pela vez primeira, menino desembarcado com meninos da mesma expedição, ano de mil quatrocentos e noventa e três, a contar do nascimento do filho do carpinteiro, nesta Ilha de São Tomé” (Cláudio, 2003: 11, negrito nosso).

Fazemos notar a omissão da vírgula que deveria separar a oração

subordinada temporal “antes de o sol desaparecer” (introduzida pela locução conjuncional temporal “antes de”) da oração principal, “vagarosa é a sombra”. Parece-nos que, neste caso concreto, tal ausência está ao serviço “da fiel reprodução da fadiga que turva os sentidos, provocada pela dramática separação e, naturalmente, pela longa viagem que culmina com uma crepuscular chegada” (Luís, 2012: 34). Aliás, as três frases que inauguram esta obra, responsáveis pela descrição geral do cenário exótico, são produzidas em tom cinestésico e alheias às regras linguísticas canónicas, conduzindo intencionalmente a uma certa asfixia rítmica, uma vez que, como refere Mário Cláudio, estamos perante “um discurso impregnado pela febre tropical. Podemos dizer que é a malária. Isso dá uma dimensão algo alucinante, como acontece quando as pessoas estão num delírio febril” (Cruz, 2003: 48).

Como o próprio escritor adianta, “todo o texto é construído de acordo com um padrão, um ritmo, que foi pensado propositadamente” (Cláudio in Castro: 24). Urbano Tavares Rodrigues, a propósito de *A Quinta das Virtudes*, condensa alguns aspetos da escrita claudiana, onde não falta a referência à musicalidade, ao rigor terminológico e à abundância lexical, senão vejamos:

“[...] o estilo de Mário Cláudio apurado ao extremo neste seu novo livro, apesar da sua grande extensão, oscila entre o **rigor terminológico** – para cada coisa a sua exacta definição – e a captação metafórica da realidade, ela própria concebida como fruto de anteriores metáforas espontâneas. Neste **universo verbal de conotações luxuriantes**, cada período é lavrado como uma jóia.

E tanto nos impressiona no fluir do discurso a **abundância lexical**, que vai desvendando microcosmos sucessivos, como um certo preciosismo adjectival, que, limpo de sonoridades serôdias, recupera o melhor do impressionismo e do expressionismo. E a **música da frase**, os ritmos ascensionais, o arredondado dos paralelismos, as bruscas apódozes que, na sua queda, geram novas modulações. Em suma, **um estilo de verdadeiro mestre**, que, com sua feição muito original, se inscreve na tradição da mais bela prosa portuguesa, a que vai de um Vieira a um Camilo, a um Eça, a um Aquilino, a um Vitorino Nemésio” (Rodrigues, 1991, negrito nosso).

Enfim, uma vez que estamos perante características que persistem em várias obras, podemos conferir-lhes o estatuto de singularidades do estilo de Mário Cláudio que, não fossem as naturais limitações de espaço requeridas por qualquer publicação, seriam exploradas, a par de outras, com maior exaustividade.

Por tudo quanto foi dito, parecemos claro que “a excelência da escrita de uma das mais brilhantes mentes da cultura portuguesa” (Neto, 2008) contemporânea materializa-se no notável e singular manuseamento da Literatura, da Cultura, da História lusitanas e, como tivemos oportunidade de, muito sumariamente, demonstrar ao longo deste artigo, da Língua Portuguesa. Sendo apologista do “romance como obra de arte”, Mário Cláudio continua impermeável¹⁴ ao “uso cosmopolita e

14. Note-se, contudo, que há que distinguir a linguagem do narrador da de certas personagens que, sem surpresa, ajudam a imiscuir o leitor no espírito da época em causa. Veja-se o caso de *Peregrinação de Barnabé das Índias*, posto que, quando o narrador ergue a sua voz em terceira pessoa, o estilo é indubitavelmente mais culto e até decorativista (como é o caso do capítulo “As Neves”), ao passo que, quando certas personagens mais pitorescas (e

quotidiano da língua, de vínculo não erudito” (Real, 2011: 64) como, de resto, tem vindo a provar ao longo destes anos de apurado labor literário

o capítulo intitulado “os Demónios” é disso mesmo exemplificativo, posto que é dedicado às aventuras e desventuras do nosso grumete) tomam as rédeas do discurso (como por exemplo Barnabé que, em primeira pessoa, usa, sem surpresa, uma linguagem que apelidamos de popular, arcaica), a sua condição, a sua simplicidade, a sua rusticidade são refletidas no estilo, na forma de dizer (a este respeito, cf. Luís, 2011: 205 e 293).

(desde *Cyclo de Cypris*, 1969, até *O Fotógrafo e a Rapariga*, 2015). Enfim, pela valiosa e coerente obra que nos tem vindo a legar, conquistou, em nossa opinião, um lugar cativo na constelação de escritores/agentes culturais contemporâneos de extrema relevância que “por obras valerosas se vão da lei da morte libertando” (Camões, 2002, Canto I, Proposição: 1-3).

Referências bibliográficas

Arnaut, Ana Paula (2005). Mário Cláudio. Aproximação a um Retrato. In Delfim F. Leão, Maria do Céu Fialho e Maria de Fátima Silva (coords.). Mito Clássico no Imaginário Ocidental. Coimbra: Ariadne Editora, 24-29.

Arnaut, Ana Paula (2002). Post-Modernismo no Romance Português Contemporâneo. Fios de Ariadne. Máscaras de Proteu. Coimbra: Almedina.

Biografia de Mário Cláudio, Recuperado em 15 de dezembro de 2011, de <http://www.youtube.com/watch?v=BLLzbZ9z714>

Camões, Luís Vaz de (2002). Os Lusíadas, Canto I, Proposição, edição comentada e anotada por Henrique Barrilaro. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1-3.

Castro, Laura (coordenação e recolha de textos) (1999). Mário Cláudio – 30 anos de trabalho literário (1969-1999). Árvore – Cooperativa de Actividades Artísticas. Fundação Engenheiro António de Almeida. Porto: Livraria Modo de Ler.

Cláudio, Mário (2008). Boa Noite, Senhor Soares. Lisboa: Dom Quixote.

Cláudio, Mário (2006). Camilo Broca. Lisboa: Dom Quixote.

Cláudio, Mário (2015). O Fotógrafo e a Rapariga. Alfragide: Dom Quixote.

Cláudio, Mário (2003). Oríon. Lisboa: Dom Quixote.

Cláudio, Mário (1998). Peregrinação de Barnabé das Índias. Lisboa: Dom Quixote.

Cláudio, Mário (1990). A Quinta das Virtudes. Lisboa: Quetzal.

CLonline (Círculo de Leitores online). “Oríon” Escolha da Luz, Escolha da Sombra, entrevista a Mário Cláudio (1-5). Recuperado em 21 de novembro de 2008, de http://www.circuloleitores.pt/cl/artigofree.asp?cod_artigo=11957

Coelho, Jacinto do Prado (1961). Problemática da História Literária. Lisboa: Ática.

Colaço, Jorge (2006, julho 13/14). Mário Cláudio: Uma Deliberada Singularidade. *Foro das Letras*, 1-3.

Cruz, Valdemar (2003, março), “Sete Personagens e uma Constelação”. *Expresso*, 15 de março, 48-49.

Fonseca, Irene (1992). *Vergílio Ferreira: A Celebração da Palavra*. Coimbra: Almedina.

Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2012). Espelhos de África na Obra Narrativa de Mário Cláudio: os casos de *Tocata para Dois Clarins* e de *Peregrinação de Barnabé das Índias*. In Cristina Vieira, Alexandre Luís, Domingos Nzau, Henrique Manso e Carla Luís (coord. de). *Portugal-África. Mitos e Realidades Vivenciais e Artísticas*. Covilhã: UBI, 27-51.

Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2011). *Língua e Estilo: um Estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*. Vila Real: CEL e UTAD.

Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2011). Mário Cláudio: nauta e guardião da portugalidade. In André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (org.). *Representações da Portugalidade*. Alfragide: Caminho, 57-80.

Luís, Fernando (1990, outono). História de uma Casa. Entrevista a Mário Cláudio. *Revista Ler*, n.º 12, 91-93.

Machado, Álvaro (1996). Cláudio, Mário. In Álvaro Manuel Machado (org. e dir.). *Dicionário de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 129-131.

Magalhães, Gabriel (no prelo). *O Romance como Utopia: Notas de um Percurso Claudiano*. Bibliografia facultada pelo próprio autor, encontrando-se em vias de publicação, 1-10.

Neto, Anastácio (2008). Mário Cláudio: a Função do Escritor Não é Ser Legível, mas Autêntico. Recuperado em 21 de novembro de 2008, de <http://oviciodaarte.blogspot.com/2004/11/mario-claudio-fundo-do-escritor-no-ser.html>

Real, Miguel (2012). *O Romance Português Contemporâneo – 1950-2010*, 2.^a ed. Alfragide: Caminho.

Rita, Annabela, Luís, Carla Sofia Gomes Xavier & Real, Miguel (entregue para publicação). Entrevista a Mário Cláudio. *Revista Letras com Vida*. Lisboa: CLEPUL e reposta na íntegra no livro *Mário Cláudio e a Portugalidade* in Carla Sofia Gomes Xavier Luís, Alexandre António da Costa Luís e Miguel Real (coordenadores). Setúbal: Edições Fénix (no prelo).

Rodrigues, Urbano Tavares (1991, janeiro 2). A Quinta das Virtudes. Mário Cláudio e o Romance de Grande Fôlego. *Letras e Letras*.

OS CASTELHANISMOS NOS PRIMEIROS LIVROS IMPRESSOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

José Barbosa Machado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
jleon@utad.pt

Resumo

São conhecidos sete livros e três folhetos em língua portuguesa, impressos entre 1488 e 1500. Os livros, exceto um deles (as *Constituições de D. Diogo de Sousa*, Porto, 1497), são traduções de obras noutras línguas (do castelhano e do latim). As obras traduzidas diretamente do castelhano são as seguintes: *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial (com duas edições incunabulares: Chaves, 1488; Braga (?), 1494-1500), *Tratado de Confissom* (Chaves, 1489), *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (Lisboa, 1496) e *Evangelhos e Epístolas com suas exposições em Romance* (Porto, 1497). A análise do texto da *Vita Christi* (1495), embora o cólofon indique uma tradução diretamente do latim, parece provar que os tradutores tiveram em conta uma versão castelhana, de que se serviram em abundância. Propomo-nos com este trabalho fazer o levantamento dos principais castelhanismos presentes nestas obras, apresentando algumas hipóteses de âmbito ortográfico e lexical para os explicar.

Palavras-chave: castelhanismos, história da imprensa, século XV.

Abstract

There are known seven books and three booklets printed in Portuguese between 1488 and 1500. All but one of the seven books (*Constituições de D. Diogo de Sousa*, Porto, 1497), are translations of works from other languages (Castilian and Latin). Directly translation from the Castilian are: *Sacramental* of Clemente Sanchez Vercial (with two incunabula editions: Chaves, 1488; Braga (?), 1494-1500?) *Tratado de Confissom* (Chaves, 1489), *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (Lisbon, 1496) and *Evangelhos e Epístolas com suas exposições em Romance* (Porto, 1497). The analysis of the *Vita Christi* (1495) text and although the colophon indicates to be a translation directly from Latin, seems to prove that the translators took into account a Castilian version, that they served themselves with profusely. With this work, we propose to survey the main Castilianisms that exist in these works, presenting some hypotheses in the sphere of spelling and lexical usage to explain them.

Keywords: castilianisms, history of the printing, fifteenth century.

I. Introdução

A imprensa em Portugal no século XV é escassa, ao contrário do que sucede noutros países da Europa, como Alemanha, França, Espanha, e Itália. Especificamente de língua portuguesa, são conhecidos sete livros e três folhetos, impressos entre 1488 e 1500. Os livros, exceto um deles (as *Constituições de D. Diogo de Sousa*, Porto, 1497), são traduções de obras noutras línguas (do castelhano e do latim).

No nosso estudo, falaremos dos castelhanismos presentes em quatro desses livros: no *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial (com duas edições incunabulares: Chaves, 1488; Braga (?), 1494-1500); no *Tratado de Confissom* (Chaves, 1489); na *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia (Lisboa, 1495); e na *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (Lisboa, 1496).

Ao longo do *Sacramental* (Chaves, 1488), o primeiro livro impresso em língua portuguesa, os castelhanismos, quer a nível vocabular, quer a nível sintático, são bastante frequentes, o que pode significar que, ou o tradutor esteve desatento, ou o impressor, certamente espanhol, tendo um conhecimento da língua portuguesa bastante rudimentar, fez uma interpretação muito pessoal do manuscrito em português de que fora incumbido passar a letra de imprensa. De outro modo seriam inexplicáveis ocorrências como: *ahũu* (por *ainda*), *benes*, *Dios*, *difyniçiones*, *dominaciones*, *estuuue*, *fasta* (por *até*), *fingiendo*, *hyrmanas*, *jurissdiçiones*, *oluydados*, *puees*, *sofrir*, *su madre*, *tuue*, *veinte*, etc.

Nalgumas construções sintáticas, nota-se a presença da língua castelhana. Transcrevemos alguns exemplos. No primeiro aparece a seguinte frase: «foy estabelecido por medeaneyro antre Deus e *elle homẽ* por que ho leuase a elle.» A expressão *elle homẽ* é transcrição errada de *el hombre*, que está no original castelhano. O mesmo sucede noutro exemplo: «E o titulo *della madre* he este». No castelhano é transcrito como: «E el titulo dela madre es este». Na tradução de algumas expressões, o tradutor manteve a construção castelhana, como em: *deste dor* (na edição de Sevilha de 1478 surge *deste dolor* – a palavra *dolor* em castelhano é masculina). Damos um último exemplo, em que se nota a influência das construções da língua vizinha: «ho saçerdote çerra os olhos e *esta huũ pouço de espaço*», tradução à letra de «el sacerdote cierra los ojos e *esta un poco de espacio*». Estes castelhanismos foram, na sua maior parte, corrigidos nas edições posteriores.

O *Tratado de Confissom* (Chaves, 1489) contém um conjunto significativo de castelhanismos que parece indicar que o texto-base da obra foi um texto em castelhano posteriormente traduzido ou adaptado para português. As formas *mercores* (1), quarta-feira, e *uernes* (1), sexta-feira, sem dúvida os mais evidentes castelhanismos de todo o texto, surgem no capítulo intitulado «Em que guisa se deue dar a peedença dos pecados da luxuria». O contexto em que as formas aparecem é o seguinte: «*iai*□e os *mercores* a uiãda de coresma e os *uernes* a pã e agoa». Um pouco mais adiante e no mesmo parágrafo, surge a seguinte passagem já com os nomes dos dias da semana em português: «*iei*□e .xiiii. anos as

sestas feyras a pam e agua e sete anos as *quarta feiras* a uiãda de coreesma». Entendemos que o capítulo, ou grande parte dele, terá sido traduzido ou adaptado de um texto castelhano, devendo-se a presença dos dois castelhanismos que representam os dias da semana a uma distração do tradutor / adaptador.

Na *Vita Christi* (Lisboa, 1495), ao contrário do que é dito no cólofon, ou seja, que a obra foi tresladada «de latym em lingoage portugues», os muitos castelhanismos no texto reforçam a ideia de que a tradução foi feita de uma qualquer versão castelhana. Alguém mentiu na informação dada no cólofon, ou pretendeu enganar os leitores e quem ordenou e pagou a impressão da obra. Ou mentiram os impressores (Valentino de Morávia e Nicolau de Saxónia), ou mentiu o responsável pela tradução (o Dom abade do moesteyro de sam Paulo), ou quem a corrigiu e reviu «cõ muyta dilligência» (os reuerendos padres da ordem de sam Françisco de Emxobreguas de oberseruãcia chamados menores). Ou seja, os tradutores, por ignorância, por preguiça ou simplesmente por pressa, em vez de traduzirem a partir do original latino, usaram uma das muitas versões castelhanas que corriam no século XV. Mais estamos convencidos disso lembrando a ignorância da língua latina por parte do clero português, denunciada em diversos sínodos episcopais, que era endêmica e se tornara numa das principais preocupações dos bispos, que entendiam que o clero ignorante não podia exercer convenientemente o seu múnus pastoral.

A *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma* (Lisboa, 1496) foi

traduzida de uma edição castelhana e nela ocorrem castelhanismos como *saludou*, *tenia*, *leida* (do verbo ler), *dezir*, *creia* (do verbo *crer*) e *truxo* (do verbo *trazer*).

2. Sistematização dos castelhanismos

Apresentaremos os castelhanismos que surgem no *corpus* selecionado de acordo com as seguintes características: permanência do *-n-* intervocálico; sufixos em *-ero* / *-era*; redução do ditongo *ou*; terminação em *-cia* / *-cio*; ditongação em *-ia* / *-ie*; hiatos em *-ei* / *-ie* / *-oi*; formas sem *j*; formas em *-n-* em vez de *-nh-*; terminação em *-les*; vocabulário tipicamente castelhano, como os nomes dos dias da semana, os pronomes possessivos *tu* / *su*, os verbos em *-ir*, algumas das formas do verbo *ser*, etc.

Apresentamos a fonte dos exemplos entre parênteses através das seguintes abreviaturas: S – *Sacramental*; TC – *Tratado de Confissom*; VC – *Vita Christi*; V – *História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma*. O número que vem a seguir à abreviatura é o número de vezes em que a forma ocorre numa obra.

2.1. Permanência do *-n-* intervocálico

Ocorrem palavras com terminações em *-ano*, *-one*, *-une* e seus plurais:

ancianos (VC, 1). Contexto: «e os mais *ancianos* do poboo»

barones (VC, 1). Contexto: «os *barones* de Ninie»

christianos (VC, 1). Contexto: «E aquestas duas maneiras de lauar comunes som a todos *christianos*»

comunes (VC, 1). Contexto: «E aquestas duas maneiras de lauar *comunes* som a todos christianos»

conjuraçonees (VC, 1). Contexto: «alg[]as vezes fazem *conjuraçonees* e aj[]tamentos que son defeytos»

confisonees (S, 1). Contexto: «deue ouuir as *confisonees* dos estrangeiros»

diuisionees (S,1). Contexto: «discordias, sseitas, *diuisionees*, homeçidos»

êtençonees (S, 1). Contexto: «rreçeba este sacramento com estas *êtençonees* susso dictas»

ladrones (VC, 2). Contextos: «crucificado antre os *ladrones* auia semelhança de carne»; «grãdes *ladrones* leuã aa forca hu[] pequeno»

maano (TC, 1); *maanos* (TC, 1). Contextos: «tomar sua natura na *maano* e faz lixo»; «has *maanos* leuamtadas pera o ceo»

oraçonees (S, 1). Contexto: «E estas oraçonees se chaman colectas»

orphano (VC, 1). Contexto: «comete ao *orphano* e vay contra elle»

pone (VC, 1). Contexto: «onde se *pone* a parte por o todo»

razoones (VC, 1). Contexto: «e a questo por tres *razoones*»

Terminações em *-ion* e *-iones*:

conclusiõ (VC, 1). Contexto: «traz esta outra *conclusiõ*»

difyniçiones (S, 1). Contexto: «como quer que outras *difyniçiones* tem os doctores»

jurissdiçiones (S, 1). Contexto: «hã *jurissdiçiones* en esta maneira»

opiniones (VC, 1); *oppiniones* (VC, 1). Contextos: «Antre as desuairadas *opiniones* que sam sobre este ponto»; «per *oppiniones* cõtrairas que auia antre o poboo»

Outros casos com *-n-* intervocálico:

alguna (TC, 4; VC, 1); *algunas* (TC, 1). Contextos: «Se prouocaste per ty ou per outrem *alguna* mulher a luxuria» (TC); se outrosy dormio com *alguna* sua cunhada» (TC); «A .xii. se cobiçou *alguna* que nom podese auer» (TC); «se prometeo de casar com *alguna* mulher seemdo seu marido uiuo» (TC); «E por auer em my *alguna* semelhança da tua coroa dos spinhos» (VC); «se se gaba ou gabou de *algunas* cousas uaãs» (TC).

amonestaua (VC, 1); o mesmo que *amoestava*. Contexto: «em como os *amonestaua* que guardassem os mandam[]tos de deus»

benees (S, 1); *benes* (S, 1); o mesmo que *bens*. Contextos: «donde tres *benees* ha no matrimonio: fee, geraçom e sacram[]to»; «por que nõ embargasse o bautismo aos outros *benes*»

cardinales (S, 1). Contexto: «E diz[]se *cardinales* de cardine, que he o couçinho da porta»

çenã (VC, 1); o mesmo que *ceiam*, forma do verbo *cear*. Contexto: «porque nõ *çenã* cõ deuudo feruor»

hyrmanas (S, 1). Contexto: «fylha e neta e bisneta e das *hyrmanas*»

pertenece (VC, 1); o mesmo que *pertence*. Contextos: «e a questo *pertenece* da parte do hom[]»

tenerẽ (TC, 1); o mesmo que *terem*. Contexto: «para ho *tenerẽ* mais prestes a todo tempo que fezzer mester»

tenia (V, 1); o mesmo que *tinha*. Contexto: «des que os *tenia* recebidos leuouos aa sua tenda»

uirginidade (TC, 4); o mesmo que *virgindade*. Contextos: «todo hom□ ou molher que promete *uirginidade* a Deus e torna a fazer adulterio»; «o primeiro he *uirginidade*»; «O uirg□ que b□ guarda sua *uirginidade* e □tendese cō obras»; «b□ asy a *uirginidade* poucos ha am e poucos trabalhã por ela»

venas (VC, 1); mesmo que *veias*. Contexto: «O jaspe bōo he verde e he muyto luz□te e t□ h□as *venas* vermelhas»

vna (VC, 3); o mesmo que *uma*. Contextos: «Tres vezes fez Christo *vna* oraçō»; «foysse meter em *vna* cauerna»; «poseromlhe *vna* cana na mão destra»

2.2. Sufixos em *-ero/-era*

Os sufixos *-eiro/-eira*, típicos da língua portuguesa, são substituídos pelos correspondentes castelhanos *-ero/-era* nos seguintes casos:

carrera (VC, 4); *carreras* (VC, 1). Contextos: «seede certos e te□de prestes a *carrera* do senhor»; E lauo o corpo e stabelleço husança de bauprtizar aparelhãdo a *carrera* ao mais forte que my»; «nō jrees per a *carrera* dos gentios a preeguar»; «Encaminha senhor os meus pees em *carrera* de paz»; «por tal siguas as suas *carreras* e peeguardas»

çeguera (VC, 1). Contexto: «Primeiram□te vem h□a *çeguera* de poo da cobijça terreal»

figuera (VC, 5). Contextos: «e achouho de fundo de h□a *figuera*»;

«quãdo stauas sob a *figuera* eu te vy e conhoci»; «porque te eu disse que te vy sob a *figuera*: crees»; «staua desob h□a *figuera* pensando alg□a cousa do saluador»; «de como se achegua a graça do remim□to e da semelhãça da *figuera*»

manera (TC, 1; VC, 1). Contexto: «este que o faz he *manera* de circ□stancia» (TC); «seg□do falla Bernardo □ esta *manera*» (VC)

medeaneras (TC, 1). Contexto: «se forō outras pesoas *medeaneras*»

moreira (VC, 1). Contexto: «e da natureza da *moreira* quãto aas folhas»

ribera (VC, 2). Contextos: «assy a *ribera* ou praya delle he a fim do mundo»; «E estando acerca da *ribera*»

primera (VC, 1); *primero* (VC, 1); *primeramēte* (VC, 2). Contextos: «A *primera* vida he natural a qual he em cōtrairo da morte que outrosi he natural»; «*primero* foste cheo de deus»; «elle quis que *primeramēte* preçedesse lōga ordenãça de pregoões»

sortera (TC, 1). Contexto: «A seg□da se he sorteiro ou *sortera*»

guerrero (VC, 1). Contexto: «he muy forte *guerrero*»

caualleros (VC, 1). Contexto: «nem erã *caualleros* seg□do os dagora»

2.3. Redução do ditongo *-ou*

As palavras que em português apresentam o ditongo *ou*, em sílaba tónica ou pré-tónica, em castelhano apresentam a vogal *o*. Nas obras em estudo ocorrem os seguintes casos:

cosa (TC, 1, VC, 2); *cosas* (TC,

1; VC, 5); o mesmo que *cousa*, *cousas*. Contextos: «Qual *cosa* he mais auorriciuel mais lixosa da turpidade dos pecados» (TC) «nom lhe aproueitaua *cosa* que fizesse» (VC); «nõ som *cosas* temporaaes mas perpétuas» (VC); «Que *cosa* ha hy mais çuja que o sterco» (VC); «Nem reuerença falando corrutamente nas *cosas* m□danaes» (TC); «Quatro *cosas* per ord□ deuemos amar per caridade» (VC);

dos (VC, 2; V, 1); numeral *dous*. Contextos: «o peyxe assado cõ *dos* outros peyxes que filharõ na rede» (VC); «nõ pode algu□ seruir *dos* senhores» (VC); «mãdou a *dos* escudeyros que matassem os .xxviii. judeus» (V)

locura (VC, 3). Contextos: «por tal que elles se tirass□ da sua *locura* e por dar aa sua vergonha logar»; «Que sandiçe e que *locura* he aquesta»; «criar sua *locura* ou neidência per teus guabam□tos»

o (TC, 1; VC, 17); conjunção *ou*. Contextos: «em desterro pobreza ou em desprezo *o* enfermidade» (VC); «era pequena culpa *o* pecado nõ receber os apostolos na pousada» (VC); «ou de toda tua fortelleza *o* virtude» (VC); «e seguillo aa morte *o* aa vida» (VC); «e cõuertea *o* tiraa pera sy» (VC); «tres *o* quatro vezes na somana» (VC); «deue de dizer esto ou se o □synou a outr□ *o* se o fez □ logar sagrado ou □ tempo de ieiu□» (TC)

oro (VC, 1); o mesmo que *ouro*. Contexto: «nem *oro*. nem prata. nem algu□ dinheiro em vossas bolsas»

otra (TC, 2; VC, 2); *otras* (VC, 2); *otro* (VC, 1); *otros* (VC, 2). Contextos: «Item se a heredade alhea ou *otra*

cosa escomdeo» (TC); «Entom *otra* vez o principe dos sacerdotes o preg□tou» (VC); «nem a h□as pessoas mais que a *otras*» (VC); «Porque ajnda que per *otro* modo nos podera liurar» (VC); «per boas tirã os *otros* de pecados» (VC)

moros (TC, 1) ; o mesmo que *mouro*. Contexto: «O .xxv. os que dam armas ou outras *cousas* aos *moros*»

poco (VC, 10) ; o mesmo que *pouco*. Contextos: «n□ tã *poco* ho quer pagar»; «E afastousse delles *poco*»; «e tornãsse a cõt□plar e deuulguãdo *o poco* e fraco proueito de muytos»; «eu ajnda convosco starey algu□ *poco* de t□po»; «n□ tã *poco* ho quer pagar se o outr□ da»

2.4. Terminação em *-cia* / *-cio*

deferência (VC, 1); *deferencia* (VC, 7); *defferência* (3); *differência* (VC, 1); *differências* (VC, 1); *differencia* (VC, 1). Contextos: «nom faz elle *defferência* nos linhag□s mas nos feitos»; «mas o boo spiritu tem *deferencia* do spiritu maa»; «E quanta *differência* há antre os regedores dagora»; «aquestes tres que te□ duas *differências* por hu□ seer tomado e outro leixado»; «tanta *differência* se pode dizer»

gracia (VC, 2); *graçia* (VC, 1). Contextos: «forem ajudadas per celestial *gracia*»; «o qual mereçi a cruz de meus pecados tanta *gracia*»; «e ante que ally sobisse (chamados) per *graçia*»

injusticia (VC, 1). Contexto: «jra. priguça. incontinnencia. *injusticia* e todas estas te□ aqui o princípio»

presencia (VC, 5). Contextos:

«star em *presencia* do injusto juiz»; «comprido da alegria e prazer da tua *presencia*»

sentencia (S, 1). Contexto: «deue o juiz pronũciar e dar sua *sentencia*»

seruicio (VC, 2); *seruicios* (VC, 1). Contextos: «por *seruicio* de Christo»; «despõdamos em *seruicio* de Christo»; «fossõ tirados aos offiços e *seruicios* de deus»

2.5. Ditongaço em -ia / -ie

alinpiar (VC, 1). Contexto: «teue por bem lavar e *alinpiar* o poo dos vossos pees»

alimpiamẽtos (VC, 1). Contexto: «Em aquelle se entendõ os *alimpiamẽtos* das almas penitõtes»

infierno (VC, 1). Contexto: «assy meesmo aquelles do *infierno*»

cayerom (VC, 1). o mesmo que *caíram*, forma do verbo *cair*. Contexto: «e que *cayerom* em pecado»

crierã (VC, 1); o mesmo que *creram*, forma do verbo *crer*. Contexto: «forom cõuertidos aas suas pallauras. e que *crierã* em elle assi como aquelles»

criente (VC, 1); o mesmo que *crente*. Contexto: «alimpando as çugidades da carne e da alma em qualquer que for *criente*»

quisieres (VC, 2). Contextos: «E se tu *quisieres* seer chagado diras cada dia quinze vezes o pater noster cõ a aue-maria»; «E se *quisieres* mereçer perdom»

2.6. Hiatos

Em -ei / -ie / -oi

creia (V, 1); o mesmo que *cria*, pretérito imperfeito do indicativo do verbo *crer*. Contexto: «Como o emperador pregõtou se Jesu Christo *creia* nos idollos»

creydo (VC, 1); o mesmo que *crido*, participío passado do verbo *crer*. Contexto: «se diz aquelle que quer que seja *creydo* a despõsaçõ da encernaçõ»

leida (V, 1); o mesmo que *lida*, participío passado do verbo *ler*. Contexto: «Tanto que a sentença foy *leida* o emperador mandou a trinta cauallayros que se aparelhassem»

eiglesia (TC, 1). Contexto: «Mas nosso senhor Deus, ao qual cãta a sãta *eiglesia*, que a el he propria cousa amercear e perdoar»

oydos (VC, 1); o mesmo que *ouvido*. Contexto: «Em a cabeça spinhas. em os *oydos* doestos»

uyente (TC, 1); *veinte* (VC, 1); o mesmo que *vinte*. Contextos: «iaiõ e *uyente* e oyto coresmas»; «som mais rrijos de dezoito anos que outros de *veinte*»

Gerúndio em -iendo

diziendo (VC, 1). Contexto: «quando o quisera toruar e cõselhar que nõ padeçe: *diziendo*»

faziẽdo (VC, 1). Contexto: «*faziẽdo* os meus mãdados»

fingiendo (S, 1). Contexto: «tomam o nome de Deus *fingiendo* ser boos»

Terminação em -miento

regimiẽto (VC, 1). Contexto: «Aquelle poẽ a alma por as ouelhas que sobe no

alto lugar e perijoso de teer *regimiêto* e guarda»

consêtimiêto (TC, 1). Contexto: «O .xvi. he os que cometem omecidio per obra ou per conselho ou per *consêtimiêto*»

famiêtos (TC, 1). Contexto: «Dar de comer aos *famiêtos*»

2.7. Formas sem j

aya (VC, 1); o mesmo que *haja*, forma do verbo *haver*. Contexto: «que eu *aya* prazer de soportar semelhantes cousas»

desear (VC, 1); *deseares* (VC, 1); *desear*, *desejar*. Contextos: «tam fremosa face com feridas quiserom *desear*»; «se te fara qualquer cousa que *deseares*»

pellear (VC, 1); *pelleam* (VC, 1); *pelleariam* (VC, 1); *pellehando* (VC, 1); *pelleyar* (VC, 1); formas do verbo *pelear*, *pelejar*. Contextos: «assy como aquelle que cõuida alguê pera *pellear* ou pera alguũ trabalho»; «por os herejes e reuesados home□s que *pelleam* a falsidade»; «certas *pelleariam* ou trabalhariã cõtra os jmijgos»; «*pellehando* e lutando cõ todos os desejos da carne»; «e *pelleyar* e trabalhar em o exercicio das virtudes»

sea (VC, 5); o mesmo que *seja*, forma do verbo *ser*. Contextos: «qualquer graça por grãde que *sea* ajnda tem sobre sy outra mayor»; «a geeraçom humanal *sea* salua»; «feita *sea* a tua voontade»; «guardame que eu nom *sea* achado mereçedor de morte ante os teus olhos»; «em como *sea* homê e pecador»

seam (VC, 3) o mesmo que *sejam*, forma do verbo *ser*. Contextos: «E como se podem escusar os que se paguã dos delleytos e viços que nõ *seam* perseguidores de Christo?»; «quãtoquer que seus pecados *seam* graues»; «porque comprir *seam* mais depois todas as cousas que te sam ditas do senhor»

vea (VC, 1); o mesmo que *veja*, forma do verbo *ver*. Contexto: «de maneira que *vea* o homê seu creador e seu error»

2.8. Formas em -n- em vez de -nh-

adiuinando (VC, 1). Contexto: «staua aa porta defora como escuyta e como *adiuinando* e receando que auia de neguar Christo»

connosçer (VC, 1). Contexto: «os quaaes auia de *connosçer* a deus»

sobrino (VC, 1). Contexto: «e deulhe o *sobrino*. por o filho que era todo seu»

uina (TC, 1); o mesmo que *vinha*. Contexto: «Deus me seia testemunha que a *uina* ficou de minha geeraçõ e eu nõ lha u□dery»

vino (VC, 1); o mesmo que *vinho*. Contexto: «coyma a ty pam e vino»

2.9. Terminação em -les

difficiles (VC, 1). Contexto: «som cousas *difficiles* e graues»

signales (VC, 1). Contexto: «todas as do□ças que som curadas som *signales* que os spiritus erã enfermos»

2.10. Vocabulário tipicamente castelhano

Dias da semana

lunes (VC, 1). Contexto: «assy como da lũa chamauã o dia de *lunes*»

martes (VC, 1). Contexto: «e do planeta de Mars. o dia de *martes* e assy dos outros dias»

mercores (TC, 1); o mesmo que *miércoles*. Contexto: «sobre todo esto iaiũe os *mercores* a uiãda de coresma e os uernes a pã e agoa»

uernes (TC, 1); o mesmo que *viernes*. Contexto: «sobre todo esto iaiũe os *mercores* a uiãda de coresma e os *uernes* a pã e agoa»

Pronomes possessivos *teu, seu*

tus (VC, 1). Contexto: «pera guardar as *tus* justificações ou dereituras»

su (S, 1; TC, 1; VC, 4; V, 1). Contextos: «auia da justiça diuinal mas que da *su* misericordia infijnda» (VC); «começa de pêsar em *su* pecado» (VC); «trouue na *su* cabeça a coroa dos spinhos» (VC); «tijnham e terrijam por *su* rey» (VC); «Bem asy como huũ rey ã *su* reyno põe ley e mãdamêto» (TC); «nõ honrrar a seu padre nẽ a *su* madre» (S); «e offereçendolhe *su* oraçom desenuolueo» (V)

sus (TC, 1). Contexto: «Outro auemos de obedecer a nosos padres sprituaes asy como religiosos a *sus* prelados e os clerigos»

Verbos em *-ir*

dezir (VC, 1; V, 1). Contexto: «ouuira *dezir* que Jhesu vijnha» (VC); «o

emperador marauilhouse muyto disto que ouuio *dezir*» (V)

recebir (VC, 3). Contextos: «a qual com muy grande alegria se deue *recebir*»; «nõ seremos aparelhados para *recebir* os açoutes»; «depois que foste escarneçido tornoute a *recebir*»

sofrir (S, 1). Contexto: «castiguar, consolar, *sofrir*, perdoar, rrogar»

Formas do verbo *ser*

eres (VC, 1). Contexto: «e soportaste se *eres* leuado preso a Cayphas»

fue (VC, 3). Contextos: «esto *fue* grãde cousa»; «porque assy *fue* elle julguado»; «e meestre Arnolde que depois *fue* bispo Ambioñ»

fuesse (VC, 2). Contextos: «ajnda que *fuesse* seu meestre»; «e porque *fuesse* mais fiel para ao diãte»

sea (VC, 5); *seam* (VC, 3). Contextos: (vide acima no ponto 2.7)

soy (VC, 1). Contexto: «Nem *soy* eu fallido de mereçimento»

Outro vocabulário

ahũu (S, 1); o mesmo que *ainda*. Contexto: «pecado, *ahũu* que algũs bẽes fizeram»

auorridas (VC, 1); *auorrida* (VC, 1); *auorrido* (VC, 1); particípio passado de *auorrir*, *aborrecer*. Contextos: «som juras feas e *auorridas* ao ouuido»; «sua muy spãtosa voz e muy *auorrida*»; «seer *auorrido* do mũdo»

çelebro (S, 1); o mesmo que *cérebro*. Contexto: «que quer dizer vãao e vãydade ou sen *çelebro*»

contentos (TC, 2); o mesmo que *contentes*. Contextos: «som algũs que se nõ teẽ por *cõtentos* de tã soamente cõ a orelha do corpo ouuirẽ os mãdados»; «nem poderã seer *contentos* e auondados»

cruces (TC, 1); o mesmo que *cruzes*. Contexto: «das *cruces* e dos outros ornamentos»

cruda (VC, 1); o mesmo que *crua*. Contexto: «E pois aly he *cruda* a rresurreçõ onde som os que o crucificarõ»

dios (S, 1); o mesmo que *deus*. Contexto: «nõ pẽsar ẽ *dios*, non o temer»

estuue (S, 1); o mesmo que *estive*, forma do verbo *estar*. Contexto: «ante *estuue* aparelhado pera pecar outra vez»

euãgelio (VC, 1); o mesmo que *evangelho*. Contexto: «que Christo jamais no *euãgelio* ensinou»

fasta (S, 46); *ffasta* (S, 2); o mesmo que *até*. Contextos: «fezera voto de nõ comer *fasta* que o vise»; nom podemos □trar em a gloria *fasta* que todo seja perdoado»; «E proçede o saçerdote *ffasta* que he acabada a mysa»

guay (VC, 4); interjeição. Contextos: «Empero *guay* dos ricos nõ de todos mas daquelles que auees aqui a vossa consollaçõ»; «*guay* de vos que rijdes agora»; «*Guay* de vos quando vos os hom□s b□ disser□»; «mas *guay* de nos que fazemos todo o contrairo»

gusto (VC, 1); o mesmo que *gosto*. Contexto: «sempre teer o *gusto* enxabijdo: e destemperado»

hoespeda (VC, 1). Contexto: «e de maaõ gesto desafeitada *hoespeda* strangeira»

la (VC, 1); artigo definido. Contexto: «A palaura dobrada demostra a intençam e *la* grandeza do desejo dobrado»

juizio (VC, 2); *iuyzio* (TC, 5); o mesmo que *juízo*. Contextos: «sõ ẽfames e nõ podem dar testemunho nõ podẽ demãdar nõhuũ a *iuyzio*» (TC); «entregou lhes Jesu que o crucifigassem per seu *juizio* e autoridade delle» (VC).

lejxana (VC, 1); atual *lejana*. Contexto: «o ouro he apartado e a terra *lejxana*»

medios (VC, 1). Contexto: «Os quaaes elle per sy ou per alguũs *medios* e ministros seus tem por bem de nos dar»

oscuro (VC, 1). Contexto: «e he aqueste aar *oscuro* e treeuosos»

pollos (VC, 1); o mesmo que *frangos*. Contexto: «pareçe auer mayor desejo de criar: e guardar os *pollos* tã grãde affecçõ ha aos filhos»

punto (VC, 1); *pũto* (VC, 1). Contexto: «e os filhos som theudos de proueer ao padre e aa madre das necessidades se for□ em *punto* de as auer mester»; «Este *pũto* e passo he cõtra aquelles que entrã em religiõ e tomam estado de clerezia por ramo de pryguiaça»

res (TC, 1); o mesmo que *reis*. Contexto: «e os que fazem boa uida o auiam de ssaber asy como som os leterados e os *res* e os principes e os que bem uiuem»

oluydados (S, 1); *oluidara* (VC, 1); formas do verbo *olvidar*. Contextos: «dos pecados *oluydados* abasta a confissom geeral»; «o senhor deus nõ se *oluidara* de te visitar per sua graça»

puees (S, 1); o mesmo que *pois*. Contexto: «*Puees* que de çima he dicto e trautado dos artijos»

sãgre (TC, 1); o mesmo que *sangue*. Contexto: «depoys que consumir o corpo e o *sãgre* do senhor»

saludou (V, 1). Contexto: «e o mestre salla *saludou* e disse lhe».

semejança (S, 1). Contexto: «A terceira ão faras *semejança*, que quer dizer ymag^o da alguã cousa que seja no çeo de çima»

suzias (TC, 1); atual *sucias*. Contexto: «se disse palavras torpes e *suzias* e toma prazer com ellas»

testigos (TC, 3); *testigus* (TC, 1); o mesmo que *testemunhas*. Contextos: «Outros asacã *testigos* falsos por mal querença dalguẽ por lhe fazer perder o que ha»; «A primeira pernicia que quer destroyr esta he pecado mortal em aqueles casus que ditos som ^ocima dos falsos *testigus* e asi dos outros casos»

truxo (V, 1); o mesmo que *trouxe*, forma do verbo *trazer*. Contexto: «e *truxo* consigo vna su fija e *truxo* consigo vna buena dueña de grande lugar»

tuue (S, 1); o mesmo que *teve*, forma do verbo *ter*. Contexto: «outra vez, *tuue* proposito de pecar»

tuvyste (VC, 1); o mesmo que *tiveste*, forma do verbo *ter*. Contexto: «E *tuvyste* o corpo do senhor cõ a tua glória»

venga (VC, 1); o mesmo que *vinga*, forma do verbo *vingar*. Contexto: «Nom contradiz pois elle nem se *venga*»

venguança (VC, 1). Contexto: «ensinando nos em aquesto que nom filhemos *venguança* das injúrias feitas a nós»

Algumas palavras presentes no *corpus* selecionado eram usuais no século XV quer no português quer no castelhano, e muito provavelmente, pelo menos algumas delas, provieram da língua vizinha. Caíram atualmente em desuso no português mas mantêm-se no castelhano. É o caso de *blanco*, *color*, *dolor*, *madre*, *naturaleza*, *pero*, *padre*, etc.

3. Conclusão

A abundância de castelhanismos nalguns dos primeiros livros impressos em língua portuguesa vem confirmar que em finais do século XV havia uma grande contaminação do castelhano, não só por ser uma língua próxima devido a fatores históricos e geográficos, mas porque esses livros eram diretamente traduzidos da mesma, levando a que os tradutores muitas vezes, e quase inconscientemente, mantivessem as formas e expressões estrangeiras em vez das portuguesas.

Depois do latim, o castelhano foi a língua que mais contribuiu com empréstimos vocabulares nessa época, sendo o português grande devedor a *nuestros hermanos*.

Referências bibliográficas

Machado, José Barbosa (2003): Tratado de Confissom – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Informático-Linguístico. Braga: APPACDM.

Machado, José Barbosa (2006): Constituições de D. Diogo de Sousa. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real, Cadernos Culturais, III série, n.º7.

Machado, José Barbosa (2007): História do mui Nobre Vespasiano Imperador de Roma. 2.^a ed.. Braga: APPACDM

Saxónia, Ludolfo de (2010): Vita Christi: Vol. I. Edição de José Barbosa Machado. Braga: Edições Vercial.

Saxónia, Ludolfo de (2012): Vita Christi: Vol. III. Edição de José Barbosa Machado. Braga: Edições Vercial.

Saxónia, Ludolfo de (2013): Vita Christi: Vol. II. Edição de José Barbosa Machado. Braga: Edições Vercial.

Vercial, Clemente Sánchez de (2005): Sacramental. Edição de José Barbosa Machado. S./l.: Pena Perfeita.

NOTAS BIOGRÁFICAS DE AUTORES

Adilson Filomeno Carvalho Semedo – Universidade de Cabo Verde. Doutorado em Sociologia, pela Universidade do Porto. Publicações relevantes: Publicações relevantes: *Pode-se falar da Secularização em Cabo Verde antes da Independência Nacional? A diferenciação funcional do religioso e político no período colonial (1462-1975)*. E-cadernos CES, nº 13, Coimbra, 2011; *Religião e Cultura: A Influência da Igreja Católica na Reprodução da Dominação Masculina em Cabo Verde*. Porto, CEAUP, 2009. Experiência profissional: Docência em instituições de ensino superior; Coordenação do curso de Ciências Sociais.

Alexandre António da Costa Luís – Universidade da Beira Interior (Covilhã, Portugal). Doutorado em História pela Universidade de Coimbra. Publicações relevantes: *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, Coimbra, tese de doutoramento; *O Portugal Messiânico e Imperial de D. João II na Oração de Obediência dirigida a Inocêncio VIII em 1485*, 2013; (com outros, coord.), *Portugal-África. Mitos e Realidades Vivenciais e Artísticas*, 2012; Experiência profissional relevante: Vice-presidente da Faculdade de Artes e Letras da UBI; Diretor do Mestrado em Estudos Ibéricos (UBI); Membro do Conselho Editorial da Revista ...à Beira, Dep. de Letras da UBI; Membro do Conselho Editorial da UBILETRAS, Revista online do Dep. de Letras da UBI. Centro de investigação Investigador Integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Secção de História).

Ana Mafalda Flório Trindade de Cristo Rodrigues – Mestre em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de Coimbra, na qual é doutoranda em Ciência do Risco. Publicações relevantes: *Regulação Urbanística e Forma da Nova da Expansão Urbana: O caso de Évora*, 2007; *Dissertação de Mestrado*. Experiência profissional relevante: Estudos de monitorização do estado de execução do PUE; Acompanhamento da discussão pública do PDM e apreciação das participações no âmbito da mesma - Câmara Municipal de Évora. Centro de investigação: Centro de Estudo Sociais – CES, Universidade de Coimbra.

Artur Monteiro Bento – Museu Nacional – UFRJ, Pesquisador. Doutorado pela Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2005-2009. Publicações relevantes: *História, migração e cidade: dimensões da política urbana na ilha de SV em CV (1980-2000)* In RILP, *Cidade e Metrôpoles III*, série 23, 2010. Experiência profissional relevante: Docente, UniCv, UniPiaget, PPGAS – Museu Nacional, UFRJ; Coordenador da área Psicologia UniPiaget. Investigação: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), PPGAS.

Carla Sofia Gomes Xavier Luís – Universidade da Beira Interior. Doutorada em Letras (Linguística Literária) pela mesma instituição. Publicações relevantes: *Língua e Estilo: um Estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*, 2011; (com outros), *Algumas Páginas sobre Língua, Cultura e História Portuguesas*, 2013; “Mário Cláudio: nauta e guardião da portugalidade”. In *Representações da*

Portugalidade, André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (org.), 2011. Experiência profissional relevante: Membro do Conselho da Faculdade de Artes e Letras da UBI, da Comissão Científica Departamental e das Comissões de Curso: Doutoramento em Letras e Mestrado em Ensino do Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol nos Ensinos Básico e Secundário. Centro de investigação: LabCom.IFP (UBI), desde 2013; CEL, UTAD, de 201-2013, CLEPUL.

Crisanto Barros – Universidade de Cabo Verde. Doutoramento em Sociologia, pela Universidade Católica e de Lovaina. Publicações relevantes: A ascensão dos pobres a posições de elite político-administrativa no contexto do Cabo Verde pós-independente. In *Revista de Ciências Sociais*, vol 49, nº1, 2013, número online, Unisinos-Brasil 2013. http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais. Notas sobre recrutamento da elite político-administrativa cabo-verdiana pós-independência. In Sarmento e Costa (2013, Org.). *Entre África e Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Experiência profissional relevante: Vice-presidente da Comissão Instaladora da Uni-CV – 2004-2006; Vice-reitor da Uni-CV (2006-2009). Centro de Investigação em Ciências Sociais e Políticas (CICSP, em instalação).

Eduardo Adilson Camilo Pereira – Universidade de Cabo Verde. Doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo (USP). Publicações de referência: “Cabo Verde: Elites Coloniais e Lutas Partidárias na primeira metade do séc. XIX (1821-1841)”. In *SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número X, Ano VI, Janeiro*. São Paulo, NEACP, 2013, p. 129 – 149. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-10>; “Cabo Verde: Elites Coloniais e Lutas Partidárias na primeira metade do séc. XIX (1821-1841)”. In: *SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número X, Ano VI, Janeiro*. São Paulo, NEACP, 2013, p. 129 – 149. Disponível em: <https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-10>; “Cabo Verde: monopólio da terra, disputas partidárias e criação de um centro de civilização em Mindelo (1822-1851)”. In: *Desafios: Revista Científica da Cátedra Amílcar Cabral*, n.1, Novembro de 2013, p. 217-251. Experiência profissional relevante : Professor regente de História Económica e Social – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (2011-2014). Coordenador do Programa Pró-Mobilidade Discente/Docente AULP/ CAPES entre a UFMG e a Uni-CV (desde 2013).

Elter Manuel Carlos – Universidade De Cabo Verde. Mestre em Filosofia da Educação, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Publicações de referência: “Ensaio sobre o Sentido Ético-estético da Literatura e da educação Literária em Cabo Verde.”. In *Nova Águia – Revista de Cultura para o Século XXI*, nº 11, 1º semestre de 2013; “A Singularidade da Leitura do Olhar Cabo-Verdiano”. In *Nova Águia – Revista de Cultura para o Século XXI*, nº 9, 2012. Experiência profissional relevante: 2013 – Docente da UNICV; 2009 a 2013 – Docente da UNISANTIAGO e da UNICV. Investigador/colaborador em grupos de Investigação, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras, Universidade do Porto (DFFLUP).

Eurídice Furtado Monteiro – Universidade de Cabo Verde. Doutorada em Sociologia, pela Universidade de Coimbra. Publicações relevantes: *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais: Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*, 2009; “*Racism and Sexism: Between Colonial Discourse and Postcolonial Challenge in Cape Verde*”. In Luca Bussotti e Severino Elias Ngoenha (eds.), *Pos-colonialismo na África Lusófona: Cabo Verde*, 2011. Experiência profissional relevante: Professora na Universidade de Cabo Verde. Centro de investigação : Membro da CAC (Cátedra Amílcar Cabral); Membro da equipa de instalação do CICSIP (Centro de Investigação em Ciências Sociais e Políticas – Uni-CV).

João Paulo Madeira – Universidade de Cabo Verde. Mestre em Estudos Africanos. Publicações relevantes: “*A construção da Nação em Cabo Verde: do nativismo ao nacionalismo*”. *Desafios - Revista da Cátedra Amílcar Cabral*. Nº 2, 2014; “*O processo de construção da identidade e do Estado-Nação em Cabo Verde*”. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM*. Nº 6, Ano III, 2014. Experiência profissional: Docência – Uni-CV – 2010-2013; Secretário da Unidade de Investigação Centro de Administração e Políticas Públicas (ISCSP-UL) – 2008-2012. Centro de investigação: Centro de Administração e Políticas Públicas, ISCSP-Universidade e Lisboa.

José Barbosa Machado – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Doutorado em Linguística Portuguesa. Publicações: *Sacramental de Clemente Sánchez de Vercial (2005)*; *Introdução à História da Língua e Cultura Portuguesas*, 2009; *Regimento Proveitoso contra a Pestenença*, 2010; *Estudos de Língua e Cultura Portuguesas*, 2012. Experiência profissional: docente de Semiótica, Língua e Cultura Portuguesas, Língua Portuguesa e Introdução aos Estudos Linguísticos na UTAD; Coordenação do Curso de Animação Sócio-cultural. Centro de Estudo em Letras (CEL), UTAD.

Luís Paulo Carvalho de Almeida – Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (UNL); Mestre em Direito Internacional e Pósgraduando em Globalização, Diplomacia e Segurança.

Maria Adriana B. G. Sousa Carvalho – Universidade de Cabo Verde. Doutorada em Ciências da Educação, pela Universidade de Lisboa. Publicações relevantes: *O Liceu em Cabo Verde: um imperativo de cidadania (1917-1975)*, 2011; *A construção social do discurso educativo em Cabo Verde (1911-1926)*, 2007. Experiência profissional: Vice-Reitora da Uni-CV; Curadora do Museu Virtual da Educação em Cabo Verde.

Pedro Borges Graça – Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Doutorado pela UTL-ISCSP em 2004. Investigações relevantes: Investigador Responsável do Projecto A Extensão da Plataforma Continental: Implicações Estratégicas para a Tomada de Decisão (financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e em parceria com a Marinha Portuguesa e a Esri-Portugal); *Mundo Secreto: História do Presente e Intelligence nas*

Relações Internacionais, Luanda, Instituto de Informações e Segurança de Angola. Experiências profissionais: Coordenador do Doutoramento em Estudos Estratégicos (UL-ISCSP); Coordenador do Grupo de Investigação em Estratégia e Intelligence do Centro de Administração e Políticas Públicas (UL-ISCSP). Centro de investigação: Centro de Administração e Políticas Públicas pela (UL-ISCSP).

Sergio Morales Hernandez - Universidade Jean Piaget, CV. Doutorado em História de Arte, com especialidade em Cinema Cubano.

Vladmir Silves Ferreira – Universidade de Cabo Verde. Doutorado em Ciências Sociais, pela Universidade de Cabo Verde e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Publicações relevantes: O Discurso do Desenvolvimento e a Gestão dos Recursos Hídricos - Colóquio Internacional sobre Ciências Sociais em Cabo Verde – 2012. Conflitos e Participações no Uso da Água da Barragem de Poilão, Ilha de Santiago, Cabo Verde. Tese de doutoramento, 2014. Experiência Profissional: Vogal para área administrativa da Escola Superior de Ciências Agrária e Ambientais; Director Escola Secundária de Achada Grande. Núcleo de Investigação em Desenvolvimento Rural, ECAA / Uni-CV.

Yakelin Rodriguez Ferreira – Universidade Jean Piaget, CV., Doutoranda em Filosofia, pela Universidade de Santiago de Compostela. Espanha.



REITORIA DA UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

Praça António Lerenó - Praia, Santiago - Cabo Verde CP: 379-C

Tel.: (+238) 334 0200 - Fax: (+238) 261 2660

reitoria@adm.unicv.edu.cv | www.unicv.edu.cv